



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO TRÓPICO ÚMIDO

SILVANEIDE QUEIROZ

TERRITÓRIO QUILOMBOLA DO CURIAÚ E ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL DO RIO CURIAÚ: interpretações dos conflitos socioambientais
pela economia ecológica

Belém
2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO
TRÓPICO ÚMIDO

SILVANEIDE QUEIROZ

TERRITÓRIO QUILOMBOLA DO CURIAÚ E ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL DO RIO CURIAÚ: interpretações dos conflitos socioambientais pela
economia ecológica

Dissertação apresentada como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em Planejamento do
Desenvolvimento.

Orientadora: Profa. Dra. Rosa Acevedo Marin

Belém
2007

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Queiroz, Silvaneide

Território quilombola do Curiaú e área de proteção ambiental do rio Curiaú: interpretações dos conflitos socioambientais pela economia ecológica / Silvaneide Queiroz; orientador Rosa Acevedo Marin. – 2008.

103 f. il.; 30 cm
Inclui bibliografias

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Planejamento do Desenvolvimento, Belém, 2008.

1. Quilombolas – Curiaú (PA). 2. Proteção ambiental – Aspectos sociais – Curiaú (PA). I. Acevedo Marin, Rosa, orientador. II. Título.

CDD 21. ed. 363.7009811

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO
TRÓPICO ÚMIDO

SILVANEIDE QUEIROZ

TERRITÓRIO QUILOMBOLA DO CURIAÚ E ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL DO RIO CURIAÚ: interpretações dos conflitos socioambientais pela
economia ecológica

Dissertação apresentada como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em Planejamento do
Desenvolvimento.

Defesa: Belém(PA), 07 de fevereiro de 2007

Banca Examinadora

Profa. Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marin
Orientadora, NAEA/UFPA

Prof. Dr. Juarez Carlos Brito Pezutti
Examinador interno, NAEA/UFPA

Prof. Dr. Manoel. Malheiros Tourinho
Examinador externo, UFRA

AGRADECIMENTOS

À professora Rosa Elizabeth Acevedo Marin por ter aceitado a proposta de orientação desta dissertação e principalmente pela sua disponibilidade, rigor analítico e paciência.

Ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) por ter me possibilitado a oportunidade no Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES).

Ao CNPq pela bolsa de estudos que foi fundamental em todas as etapas deste estudo.

A todos os amigos da turma PLADES 2005, em particular Márcia Costa, Elen Pessôa, Hisakhana Corbin e Eduardo Gomes.

A Madalena Freire, Patrícia Mendes e Rogério Almeida pela amizade, carinho e respeito.

A Dimitri A. Queiroz Nery, filho amado, cujo afeto e companheirismo são fundamentais.

Aos quilombolas do Curiaú de Fora, Curiaú de Dentro e Fronteira pela receptividade e, especialmente à família de Sebastião Menezes da Silva.

À minha “cumadi” Carla Syanne Gama e Evandro Gama pelo carinho, confiança e apoio dispensados na cidade de Macapá (AP).

À minha família pelo estímulo à concretização desta pesquisa.

Enfim, a todos que colaboraram direta ou indiretamente para a elaboração desta dissertação.

RESUMO

Aborda um estudo sobre as relações sociais, econômicas, ambientais e políticas no território quilombola do Curiaú, município de Macapá, estado do Amapá. A pesquisa tem como objetivo analisar as regras do sistema de uso comum das famílias quilombolas, considerando os conflitos socioambientais ocorridos no território em função da pressão da cidade numa perspectiva da economia ecológica. O trabalho fundamentou-se na pesquisa de campo, com aplicação de 55 formulários entre os meses de junho e agosto de 2006. A presença de novas regras de uso no território quilombola em função da criação da Área de Proteção Ambiental do Curiaú tem contribuído para a pressão sobre os recursos naturais disponíveis no ecossistema local. Foi possível observar alterações nas regras de uso comum dos recursos pelas famílias em função da pressão do mercado, assim como pela instauração de políticas públicas ambientais e programas de governo limitando o uso comum dos recursos. Verificase, por fim, a necessidade de fortalecer o debate sobre o uso dos recursos naturais e a importância desses para a manutenção e a sobrevivência das famílias do Quilombo do Curiaú.

Palavras-chave: Território; Uso comum dos recursos naturais; Território quilombola do Curiaú; Conflitos socioambientais; Área de Proteção Ambiental do Curiaú; Macapá (AP).

ABSTRACT

This research is based on a study of the existing social, economic, environmental and political relations within the Quilombola territory, Curiaú, located within the municipality of Macapá, state of Amapá. The objectives of this study were to analysis the regulations governing the system of communal (resource) use as adopted by Quilombola families, considering the existing conflicts within these territories in relation to the pressure on natural resources as a result of the interferences of institutions such as the state and the market. This study is primarily based on field study when fifty-five (55) questionnaires were administered during the period that extended from June to August, 2006. The presence of new resource use regulations governing lands occupied by the Quilombolas has contributed towards the overexploitation of resources available in some ecosystems. In relation to market forces and the enactment of environmental policies and government programmes, it was possible to observe changes in the regulations governing the system of communal resource use as adopted by Quilombola families. Finally, the study confirmed the need for strengthening the debate on communal use of natural resources and its importance for the maintenance and survival of Quilombola families in Curiaú.

Keywords: Territory: Communal Resources naturals; Quilombo from Curiaú (AP); Economy Ecology;

A todas as pessoas da floresta que através do trabalho garantem a manutenção da vida.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1:	Espaços de uso do território e suas nomeações segundo as famílias do Curiaú	31
Quadro 2:	Ecosistemas, principais tipos de recursos e de uso pelas famílias	32
Mapa 1:	Área da Bacia Hidrográfica do rio Curiaú e da Área de Proteção Ambiental do Rio Curiaú	13
Mapa 2:	Localização do território quilombola do Curiaú de Dentro e do Curiaú de Fora	27
Mapa 3:	Área da Bacia Hidrográfica do rio Curiaú com seus respectivos sistemas ecológicos florestais	39
Mapa 4:	Áreas de ocupação no entorno do Quilombo do Curiaú	61
Mapa 5:	O avanço da cidade de Macapá em direção às terras do Curiaú	66
Mapa 6:	Comparação dos níveis de desmatamento na área de várzea do Curiaú, em que é possível visualizar a intensificação dos danos, principalmente na margem esquerda do rio. Imagem esquerda do Satélite Landsat TM5 (1986)	89
Mapa 7:	Mapas comparativos mostrando em imagens de satélite o avanço do desmatamento num intervalo de cinco anos entre as imagens registro. As três áreas indicadas pela seta somam juntas 294,15 hectares de floresta de várzea desmatada. Satélite Landsat TM5 (1991) e Satélite Landsat TM5 (1997)	90

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1:	Canal de drenagem do rio Curiaú durante período de estiagem. No entanto, mesmo com a estiagem e um menor fluxo das águas do rio Amazonas, este permanece com um volume de água razoável durante todo o ano cortando a vegetação de cerrado que se destaca no período das secas	34
Fotografia 2:	Vegetação de cerrado e o Tapera, um dos 19 poços do Curiaú que armazena peixes durante o período da estiagem e contribui para garantir a alimentação das famílias durante a escassez de recursos, pois neste mesmo período o açaí, como já foi mencionado se torna rarefeito (agosto/dezembro)	35
Fotografia 3:	Sistema ecológico de cerrado e poço Tapera ao fundo, período do ano em que é possível chegar às margens do poço sem o uso de canoas	36
Fotografia 4:	Floresta de várzea, cujo acesso é feito de canoa por aproximadamente de 20 a 30 minutos do Curiaú de Fora onde são “colocadas roças” de milho e leguminosas como o quiabo, o jerimum e o maxixe	37
Fotografia 5:	Área de roça recém queimada e preparada para receber o “broto” da mandioca	46
Fotografia 6:	Área de roça com aproximadamente três meses após o plantio do “broto” na área registrada a foto anteriormente demonstrada	46
Fotografia 7:	Parte do processo de preparação da farinha de mandioca, casa de farinha no Curiaú de baixo. Do lado esquerdo para direito, a retirada do tucupi com um instrumento conhecido como tipiti. À direita a massa após ter sido ralada a mandioca	48
Fotografia 8:	“Farinhada” na casa de farinha da família Ramos na ilha de mata do Piauí no Curiaú de baixo, agricultores realizam a seleção da massa para em seguida realizar a torrefação	48
Fotografia 9:	Leguminosas de diferentes tipos entre elas abóboras e jerimuns colhidas na roça da família do senhor Sabá localizada na floresta de várzea	53
Fotografia 10:	Roça de milho e de banana da família de Sabá na área de várzea.....	54
Fotografia 11:	Algumas placas de identificação da APA do rio Curiaú podem ser vistas ao longo da AP-70	65
Fotografia 12:	A “cerca viva” e as casas das famílias do Curiaú. Ao lado direito, o bairro Capilândia. A área ocupada por esse bairro foi uma das primeiras perdas verificadas no território quilombola de Curiaú	67
Fotografia 13:	Canal de drenagem do rio Curiaú	80
Fotografia 14:	Bares e o complexo com as construções destinadas a venda de comidas típicas e de açaí no mês de agosto período em que as águas estão baixas. Nesta área do rio se identificam plantas aquáticas	81
Fotografia 15:	Ponte de aproximadamente 200 m de comprimento construída sobre o rio Curiaú, banhistas no espaço que para os moradores pertence a elementos imaginários. Estes elementos pertencem às estratégias utilizadas para manejar os recursos do rio, do lago e dos poços	82
Fotografia 16:	Estrada construída sobre o lago do Curiaú com aproximadamente 1 km de extensão, responsável por impedir o fluxo natural das águas do lago	84
Fotografia 17:	Morador do Curiaú na várzea colhendo	85
Fotografia 18:	Filhas do senhor Jucivaldo Ramos selecionando açaí para a extração do suco na própria casa no Curiaú de Fora	88

LISTA DE SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental

AMCC – Associação dos Moradores da Comunidade do Curiaú

ATER – Assistência Técnica

CAADA – Conselho das Associações Afro-Descentes do Amapá

CONGAR – Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental do Rio Curiaú

DETUR – Departamento de Turismo

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

IEPA – Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá

INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LCMS – Lei do Livre Comércio de Macapá e Santana

MPF – Ministério Público Federal

PDSA – Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá

RURAP – Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá

SEMA – Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Amapá

SEAF – Secretaria de Agricultura, Pesca, Floresta e do Abastecimento do Estado do Amapá

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UNA – União dos Negros do Amapá

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	TERRITÓRIO QUILOMBOLA DO CURIAÚ E USO COMUM DOS RECURSOS	19
2.1	LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO E ASPECTOS CLIMÁTICOS E GEOLÓGICOS	24
2.2	SISTEMAS ECOLÓGICOS DE USO COMUM PELAS FAMÍLIAS QUILOMBOLAS	28
2.3	O CICLO DAS ÁGUAS DO RIO CURIAÚ	33
2.4	A FLORESTA DE VÁRZEA	35
2.5	OS QUINTAIS	42
2.6	AGRICULTURA E AUTO-CONSUMO	43
2.6.1	A produção da farinha de mandioca	47
2.7	OUTRAS PRÁTICAS DE CULTIVO DO CURIAÚ	52
3	POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO PARA O AMAPÁ E INTERVENÇÃO NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DO CURIAÚ	56
3.1	A CONSTRUÇÃO DA ESTRADA E DA PONTE SOBRE O LAGO DO CURIAÚ	57
3.2	PERDAS TERRITORIAIS	59
3.3	A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO RIO CURIAÚ	62
3.3.1	A SEMA no território segundo os quilombolas	74
4	CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS	77
4.1	CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS SOBRE OS PRINCIPAIS RECURSOS DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA	77
4.1.1	O território de pesca	79
4.1.2	A floresta de várzea (o açaí)	84
4.1.3	Outros usos para a floresta de várzea	88
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
	REFERÊNCIAS	95
	APÊNDICE	101

1 INTRODUÇÃO

Curiaú representa formas de organização social e cultural de grupos sociais que produzem a identidade coletiva de quilombolas. Estudos histórico-antropológicos analisam esse processo político recente, assim como as estratégias sociais que tornam possível sua existência e sua identificação na sociedade amapaense (MARIN, 1997; TRINDADE, 1999). A presente pesquisa contribui para a compreensão das estratégias econômicas e ecológicas de unidades domésticas que findam em elaborar um sistema complexo de uso e acesso aos recursos naturais. Estes representam um conjunto de práticas de uso comum da floresta, dos igarapés, dos rios e dos lagos, extraíndo e produzindo meios de vida articulados a uma organização social complexa.

Regras de uso dos recursos possibilitam a distribuição entre as unidades domésticas de bens (alimentícios, instrumentos de trabalho, material de construção, elementos simbólicos) com situações e métodos que preservam a natureza. As atividades econômicas desenvolvidas pelos quilombolas do Curiaú caracterizam-se por garantir a conservação dos recursos biológicos com sustentabilidade do sistema produtivo. Os componentes do sistema garantem a diversidade biológica e genética, o que favorece a reciclagem de nutrientes e o uso dos ecossistemas nas atividades econômicas. Os elementos componentes do sistema, utilizados tanto no processo de coleta vegetal quanto em áreas cultivadas nos arredores das casas (sítios, também conhecidas como quintais), e roças, são aspectos importantes das regras de uso comum.

Em Curiaú, o uso comum dos recursos e o reconhecimento desse uso são partes do desenvolvimento da construção de relações sociais realizadas com sólidos vínculos de solidariedade e de trabalho entre as famílias quilombolas. Representados na própria história de luta de grupos rurais por seu direito ao reconhecimento do uso do território, assim como, por seu modo de viver e de existir.

Este trabalho está fundamentado na Economia Ecológica que surge no final da década de 1980. Trata-se de uma abordagem ecológica da Economia como um novo campo transdisciplinar, que estabelece relações entre os ecossistemas e o sistema econômico, utilizando uma síntese de conceitos econômicos, sociais, políticos e ecológicos que considera as possibilidades de escassez dos recursos e dos serviços ambientais. Para esta abordagem, disciplinas como Biologia, Ecologia, Geologia, Engenharia Sanitária, Geografia, Psicologia Social e a Economia estão interligadas, para demonstrar que não se trata de uma nova

disciplina, mas uma nova maneira pluralística de se abordar os problemas sociais, econômicos e ambientais.

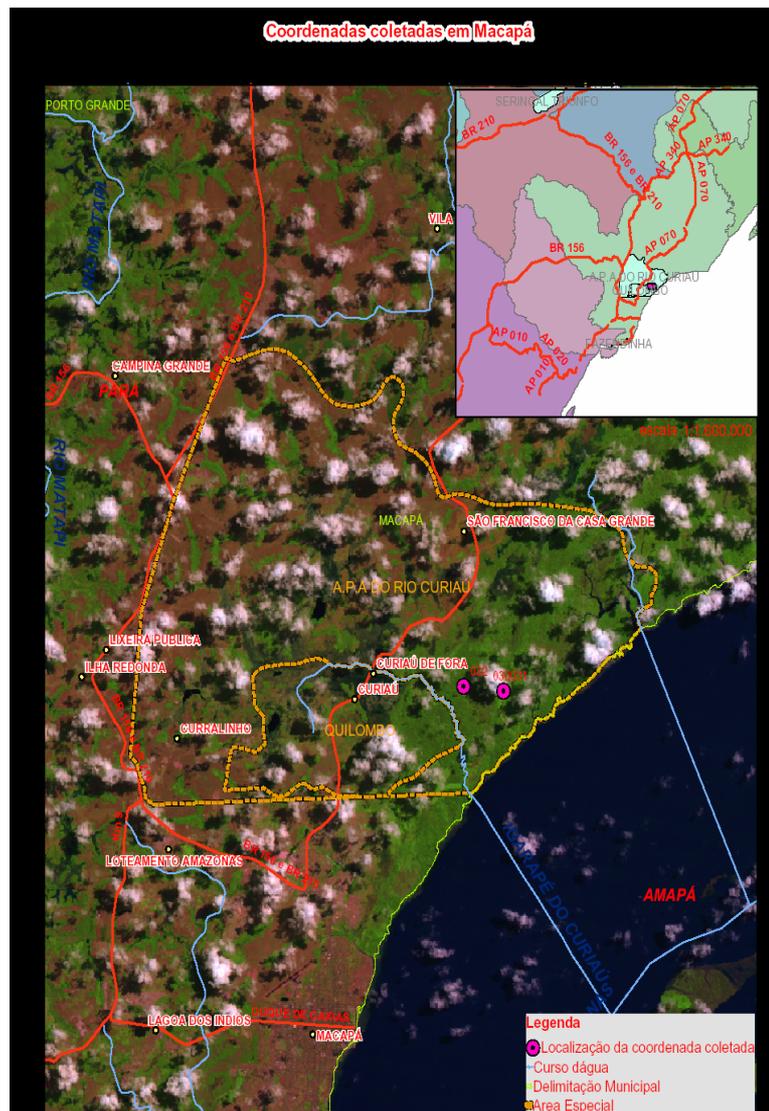
A proposta de uma economia transdisciplinar remete à possibilidade de uma economia politizada, em que as decisões sobre os limites ecológicos da economia se baseiem em debates científicos políticos, com objetivo de evolução social e de caráter democrático (MARTINEZ ALIER, 2004) nos quais possam ser inseridos os grupos sociais responsáveis, diretamente, pela manutenção e manejo dos ecossistemas.

A Economia Ecológica possui como proposições principais investigar aspectos que estão ocultos nos sistemas de preços, subvalorizando a escassez e os prejuízos ambientais e sociais atuais e futuros; fazer da discussão da equidade, da distribuição, da ética e dos processos culturais um elemento central para a compreensão do problema da sustentabilidade; dar ênfase aos conflitos ecológicos distributivos inter e intrageracionais; considerar como uma questão central a sustentabilidade ecológica da economia, em oposição à visão tradicional centrada somente no crescimento econômico; compreender que “a escala da economia” está limitada pelos ecossistemas e que em grande parte do patrimônio natural, não é substituível pelo capital fabricado pelo homem; reconhecer a importância de desenvolver indicadores biofísicos, que permitam superar a insuficiência dos indicadores, exclusivamente monetários, para medir a sustentabilidade ecológica; sugerir o uso dos recursos renováveis (pesca, madeira), entre outros a uma taxa que não exceda sua taxa de renovação, assim como o uso dos recursos não renováveis (como petróleo e o minério em geral), num ritmo que não seja superior ao necessário para sua substituição por recursos renováveis; além de ter como objetivo a conservação da diversidade biológica e entender que os resíduos, só podem se regenerar, em uma magnitude que o ecossistema é capaz de assimilar, ou seja, de reciclar (HAUWERMEIREN, 1998; MARTINEZ ALIER; 2004).

No Curiaú, a economia ecológica se torna instrumento de análise importante para compreender a dinâmica ocorrida nos moldes de apropriação e distribuição dos recursos no território quilombola recentemente. O processo de disputas sociais pelos recursos naturais no território quilombola desencadeou lutas no campo material e simbólico, o que vêm desenhando cenários de conflitos estruturados em torno da questão urbano-ambiental, em função da pressão exercida pela cidade de Macapá sobre o território do Curiaú.

As diferentes lógicas de apropriação desses espaços geram conflitos em torno do seu uso e significação, o que segundo Bastos (2006) promove entre os diferentes atores sociais diversas ações voltadas para a formação de políticas ambientais e urbanas, que, constituindo tensões entre o público e o privado em torno dos recursos econômicos, sociais, culturais, bióticos e abióticos da cidade e seu entorno. Desta forma, a questão principal nesta pesquisa é: Como as estratégias econômicas e ecológicas das unidades domésticas do quilombo do Curiaú relacionam-se atualmente com os recursos naturais do seu território e entorno, após, a pressão da cidade de Macapá sobre este?

De acordo com a questão anterior, propõe-se o estudo de caso do quilombo do Curiaú, localizado no município de Macapá (AP). Quanto ao recorte espacial, optou-se por restringir o objeto de estudos a partir das problemáticas socioambientais específicas do quilombo do Curiaú dentro dos limites da bacia hidrográfica do rio Curiaú, atualmente também dentro da Área de Proteção Ambiental do Rio Curiaú (Mapa 1).



Mapa 1: Área da Bacia Hidrográfica do rio Curiaú e da Área de Proteção Ambiental do Rio Curiaú

Fonte: Secretaria de Estado de Meio Ambiente - Coordenadoria de Recursos Ambientais – Divisão de Geoprocessamento. Escala – 1:1.500 – março de 2006.

A partir da escolha do quilombo do Curiaú – analisado enquanto patrimônio cultural e território ocupado secularmente por unidades domésticas remanescentes de quilombo – chegou-se a uma unidade de análise compreendida pela área de influência direta do crescimento urbano em direção a área norte da cidade de Macapá, área afetada por

empreendimentos públicos, como a construção da estrada que atravessa o quilombo, assim como, privados como chácaras e fazendas e interesses especulativos. Justifica-se assim a área de estudo por influência direta do processo de urbanização que avança sobre o quilombo do Curiaú, principalmente a partir das duas últimas décadas do século XX.

É importante ressaltar que na unidade de análise, as novas dinâmicas socioespaciais levaram o poder público a construir dois instrumentos legais que se “sobrepõem” como forma de “preservar” a bacia hidrográfica do rio Curiaú e “proteger” o território pertencente às famílias quilombolas. De um lado foi criada a Área de Proteção Ambiental do rio Curiaú em 1992, e de outro, iniciou-se o processo de demarcação e titulação das terras do Curiaú como pertencentes a remanescentes de quilombo. Levando-se em consideração que os dois instrumentos referem-se ao mesmo espaço, foram usados critérios histórico-antropológicos, socioeconômicos e ambientais para delimitar a área de estudo.

No recorte espacial de análise percebeu-se a movimentação e a coexistência de atividades modernas – relacionadas a empreendimentos comerciais e habitacionais - com atividades tradicionais baseadas no uso direto da diversidade biológica pelas unidades familiares quilombolas do Curiaú. Por tanto, a compreensão que se tem sobre o território estudado, não constitui apenas um espaço físico limitado geograficamente, mas um espaço que tem uma história e uma cultura, que segundo Morin (1999) representam o agir transformador de determinado território através da consciência e compreensão do seu processo histórico.

Os desafios ambientais em função do processo de urbanização, identificam um campo amplo de conflitos em torno do uso e da apropriação do território e dos elementos sociais, bióticos e abióticos do espaço urbano (BASTOS, 2006) e, principalmente, dos espaços que possuem proximidade com o urbano. Neste sentido, a pressão urbana sobre o Curiaú contribui para conflitos socioambientais envolvendo os recursos naturais de uso das famílias quilombolas. A análise dos conflitos na concepção de Acserald (2004), no que diz respeito à “sociologia ambiental” encontra dificuldades para discernir os “conflitos ambientais” como objeto científico.

Palácio (2002) afirma que a teoria clássica dos conflitos parte de três convenções: primeiro, que estes são necessários; segundo, que constituem o motor das mudanças sociais e terceiro que são gerados pela incompatibilidade de interesses entre seres humanos. Em geral se entende como conflito a situação em que o ator se encontra em oposição consciente com outro ator, ao perseguirem objetivos incompatíveis, colocando-os em extremos antagônicos e situações de enfrentamento, negociação e luta.

Ao aprofundar a estruturação do conceito de “conflitos ambientais”, Acserald (2004) aponta que estes podem ser compreendidos como aqueles que envolvem grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território. Sua origem ocorre quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que se desenvolve ameaçada por impactos indesejáveis, transmitidos pelo solo, água, ar ou seres vivos, decorrentes do exercício das práticas de outros grupos.

Se entendermos que o conflito ambiental é o que produz o processo humano de apropriação e transformação da natureza, o conflito ambiental faz parte da história humana, pois, se o ambiente condensa natureza-cultura, parafraseando Palácio (2002), o ambiente só existe ao se falar dessa relação, palco constante de batalhas pela apropriação, transformação, controle e construção cultural da própria natureza. Little (2001) aponta como importante campo de ação política, a abordagem dos conflitos “socioambientais”, definindo esses conflitos, como embate entre grupos sociais, em função dos seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico (que envolve o meio social e natural). Essa definição focaliza o relacionamento dinâmico e interdependente entre o mundo biofísico e o mundo social e identifica as novas realidades socioambientais que surgem da interação entre esses dois mundos.

No entanto, é importante considerar o conceito antropológico do conflito, que está além do foco restrito nos embates políticos e econômicos, pois precisa incorporar elementos cosmológicos, rituais, identitários e morais que nem sempre são claramente visíveis desde a ótica de outras disciplinas. Um olhar antropológico pode enxergar conflitos latentes que ainda não se manifestaram politicamente no espaço público formal, porque os grupos sociais envolvidos são politicamente marginalizados ou mesmo invisíveis ao olhar do Estado (LITTLE, 2001).

A abordagem dos conflitos socioambientais constitui um campo em formação e disputas com significados relevantes no plano das ações materializadas e das visões de mundo. Este compõe o instrumento analítico da ecologia política e da economia ecológica. Neste sentido, concebe-se como campo de pesquisa o que no âmbito das ciências sociais corresponde ao recorte que o pesquisador precisa fazer em termos espaciais. Além desse recorte espacial, trata-se do lugar onde convivem diferentes grupos sociais de uma determinada história a ser investigada, mediante uma dada construção teórica. A partir dessa construção, “[...] o campo torna-se um palco de manifestações de intersubjetividades e interações entre pesquisador e grupos estudados propiciando a criação de novos conhecimentos [...]” (CRUZ NETO, 1994, p. 54).

Outro aspecto importante que se procurou no trabalho de campo foi o “olhar”, o “ouvir” e o “escrever” (OLIVEIRA, 1996) que segundo este o ouvir complementa o olhar e o escrever deverá sintetizar as expressões observadas no campo. Com esta estratégia privilegiou-se interações, relações e transações especialmente relevantes para o entendimento das questões investigadas. Foram também aplicadas nas entrevistas para as análises dos resultados, as avaliações com base na história oral dos participantes (LOZANO, 1998). Segundo Lozano (1998), a história oral é importante por ser revestida de depoimentos diversos fatos que marcam as tradições do lugar, relatos de história de vida, narrações, recordações, memórias de um passado presente no cotidiano de um espaço.

O campo da pesquisa é o território quilombola do Curiaú de Fora e Curiaú de Dentro, que está localizado no município de Macapá (AP). É a partir da análise política e socioeconômica dos quilombolas do Curiaú - como são reconhecidos - que desenvolvemos um conjunto de interpretações sobre as intervenções diversas desse grupo no ecossistema local, a partir de suas práticas na agricultura e no extrativismo animal e vegetal.

As análises feitas nesta dissertação são advindas do período referente à pesquisa de campo realizada no Curiaú de fora e Curiaú de dentro¹. As idas a campo ocorreram no período de 19 de janeiro a 5 de fevereiro; de 8 a 20 de maio, de 17 de agosto a 26, todas no ano de 2006. Foram feitas observações diretas e a aplicação de um roteiro de entrevista com grupos de pessoas-chave do povoado e com instituições que possuem alguma atuação na Área de Proteção Ambiental do Rio Curiaú ou no Quilombo. A aplicação dos formulários foi realizada em mais de 50% dos domicílios.

Os informantes responderam a formulários com perguntas fechadas e abertas, e as entrevistas foram instrumentalizadas metodologicamente para envolver ao máximo o entrevistado no objeto de pesquisa. As perguntas foram feitas de forma espontânea para que o entrevistado pudesse assumir mais o papel de um informante, expressando suas opiniões, emoções sobre determinado questionamento, ao invés de um mero respondente (YIN, 2001). O que proporcionou informações consideráveis sobre as principais atividades econômicas realizadas pelas famílias quilombolas, as alterações quanto ao uso dos recursos naturais e o acesso a esses, aspectos referentes a territorialidade, ao modo de produção, ao meio de vida e conseqüentemente ao uso da natureza, temas pertencentes à problemática da pesquisa. Os grupos foram divididos em três, cujo critério para divisão foi a faixa etária basicamente. Seis

¹ O Curiaú possui uma “divisão” que muitos moradores preferem não considerar. Dizem que esta foi apenas a forma encontrada por uma das primeiras professoras do lugar para identificar o local em que haveria aulas para os alunos quando este ainda não possuía um local fixo para que os professores realizassem suas atividades.

homens de idade entre 70 e 48 anos, que desenvolvem a agricultura sendo esta a principal fonte de trabalho. Outro no numero de 8 pessoas (homens e mulheres) com idade entre 18 e 27 anos, na sua maioria estudantes. O terceiro era composto de seis pessoas (homens e mulheres), na faixa etária entre 24 a 45 anos, com distintas profissões exercidas no Curiaú, tal como vigilante, recepcionista, agricultora, serviços gerais e estudante.

Sobre o número de famílias no Curiaú obteve-se dados primeiramente a partir das informações do censo realizado em 2004/2005 pelo Conselho de Associações Afro-descendentes do Amapá (CAADA). Dois colaboradores do Conselho e membros de famílias do quilombo fizeram um levantamento exato do número de famílias² no povoado.

Nesta pesquisa um novo censo foi realizado com o apoio de Sebastião da Silva Menezes, 47 anos, após saber por este e por outras pessoas do local que nestes quase dois anos muitas mudanças sócio demográficas haviam ocorrido na comunidade. Então, foram identificados 94 domicílios em função de que algumas casas estão fechadas devido as famílias estarem vivendo principalmente na cidade de Macapá. No entanto, estas famílias voltam a ocupá-las nos finais de semana ou durante as festividades religiosas que ocorrem em determinados meses do ano no Curiaú.

O objetivo do censo era cobrir 100% das casas, no entanto, conseguiu abranger 55 dos 94 domicílios. Ajustes quanto ao levantamento do material se deram constantemente em função da festividade de São Joaquim³, que direta ou indiretamente envolve as famílias nas atividades. O formulário aplicado com 56 perguntas fechadas e abertas foi estruturado a partir das observações diretas feitas em campo durante as duas primeiras visitas no Curiaú, entre os meses de janeiro/fevereiro e maio de 2006. Ajustes e considerações importantes eram realizados à medida que a aplicação dos formulários era feita, com o objetivo de valorizar o conteúdo das informações que não necessariamente estavam contempladas nas perguntas elaboradas.

Em campo, observou-se que o acesso aos recursos naturais não é negado a nenhum dos integrantes do grupo, inclusive e principalmente a terra, pois esta pertence a todos do Curiaú que queiram plantar, retirar um fruto ou realizar a caça. Isso é possível devido à diversidade de ecossistemas encontrados no território. Esses ecossistemas se distribuem em

² Sobre este levantamento foi esclarecido durante a pesquisa de campo pelos próprios responsáveis pelo censo que este é um levantamento muito delicado no povoado, pois as pessoas não gostam de dar informações. Principalmente para quem é de fora. Este contribuiu para junto com a coleta das informações durante a pesquisa cruzar as informações e totalizar 38 domicílios no Curiaú de Fora e 67 no Curiaú de Dentro, com 105 residências visitadas. Nesta pesquisa os locais pertencentes ao Curiaú, denominados de “Extrema” e “Fronteira” não foram incluídos na coleta de material.

³Padroeiro homenageado a cada dois anos no mês de agosto, sendo esta a principal festa religiosa no Curiaú .

diferentes espaços: lago, rio, várzea, poços, quintais, áreas de roça, floresta, ilhas de mata, onde cada um contribui de forma específica para reprodução das famílias. Tais aspectos associados ao Curiaú foram constituídos por formas de organização social e cultural relacionada à identidade coletiva. Esses traços ainda hoje são observados por historiadores-antropólogos ao analisarem os processos e as estratégias sociais que tornam possível a existência de uma sociedade com traços fortes de organização coletiva, apesar de todas as transformações ocorridas na sociedade amapaense (MARIN, 1997; TRINDADE, 1999).

O Curiaú apresenta-se como um espaço de diferenciações sociais e simbólicas, em que as famílias se esforçam para manter a estrutura cultural, social, ecológica e econômica na medida em que as ações do poder público, contrárias aos interesses das famílias quilombolas são promovidas e acabam devastando o meio ambiente (TRINDADE, 1999), afetando o modo de vida das famílias e o meio físico necessário para a manutenção de suas estratégias de sobrevivência.

Em realidade, com maior ou menor intensidade, existe por parte das famílias uma consciência de que os recursos devem ser usados com parcimônia, pois deles dependem a reprodução social e simbólica do grupo, o que contradiz a “Tragédia dos comuns”⁴. Essas experiências sociais em áreas de florestas demonstram que o modo de vida dessas famílias garantido a proteção ecológica de ecossistemas florestais ou aquáticos de fundamental importância para a conservação da diversidade biológica; revelaram também uma sociodiversidade ou uma diversidade cultural relevante (DIEGUES, 2000). No Curiaú os ecossistemas de florestas e aquáticos foram recorrentemente destinados a estratégias de uso comum pelas famílias para que esses fossem de acesso a todos.

⁴ A histórica invisibilidade a propósito da importância das práticas de uso comum das comunidades quilombolas para o equilíbrio dos ecossistemas foi reforçada pela teoria da “Tragédia dos comuns” manifestada no Brasil na “tragédia da apropriação privada dos recursos naturais, já que a consolidação da propriedade rural se deu com a destruição da floresta” pela iniciativa privada, através dos incentivos concedidos pelo Estado em detrimento do reconhecimento da posse e do uso coletivo da terra e áreas florestais pelos quilombolas e demais grupos sociais, tendo como consequência – além da histórica concentração de terras – o aumento do desequilíbrio ecossistêmico.

2 TERRITÓRIO QUILOMBOLA DO CURIAÚ E USO COMUM DOS RECURSOS

Curiaú de Dentro, Curiaú de Fora e Fronteira são as toponímias destacadas nas terras banhadas pelo rio Curiaú (Fotografia 1) que forma a bacia do mesmo nome no estado do Amapá (Mapa 1). As famílias do Curiaú de Fora, Curiaú de Dentro e Fronteira estão entre um grupo ainda maior de negros que ocupam áreas de terras rurais neste estado. Estes por sua vez se denominam quilombolas⁵ que possuem seus direitos de posse e uso da terra garantido pela Constituição de 1988 em função de seus aspectos culturais e simbólicos⁶. Os quilombolas do Curiaú tiveram suas terras reconhecidas e legitimadas no ano de 1998 em função do uso coletivo dos recursos naturais, das relações sociais, históricas e ecológicas estabelecidas pelas famílias nesta área há mais de dois séculos⁷.

O território aqui é entendido como o espaço que o grupo estabelece a seus membros direitos estáveis de acesso, uso e controle dos recursos naturais. Garantido pela combinação de padrão de assentamento, espaço territorial, práticas simbólicas e uso dos recursos naturais com atividades produtivas intimamente ligadas entre si baseadas em relações de intercâmbios econômicos não monetário (CASTRO, 1998). Escobar (1999) atribui a relação íntima entre terra, diversidade ecológica e cultural a tipologia do sistema de produção tradicional de inúmeros povoados locais que justifica a importância da luta pela titulação coletiva da terra como forma de garantir o uso dos recursos.

⁵ Segundo Trindade (1999) o conceito quilombo já aparece nos documentos do conselho Ultramarino de 2 de dezembro de 1740, que descreve como sendo “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em partes despovoados, ainda que não tenham ranchos levantados, nem se achem pilões neles”. Por isso, segundo a autora, o conceito de quilombo traduz-se mais como uma definição jurídica formal do que uma categoria sociologicamente construída. O que valeria dizer que contemporaneamente, as chamadas “terras de preto” e “comunidades remanescentes de quilombo” constituem uma especificidade dentro do campesinato brasileiro que conjugam três elementos: terra, etnia e território. Ou seja, entende-se que além do uso da terra para subsistência, existe uma apropriação simbólica da mesma, constituindo assim, os territórios negros no Brasil que são marcados por histórias e ocupações singulares. Segundo Almeida (1998), sobre o conceito de “comunidades remanescentes de quilombo” encontra-se as distintas situações sendo estas: quilombo como situação de fuga, situações que não se ligam a fuga, área de fazenda, quilombo em terra urbana, terras de herança; terras que pertenciam a igreja, as chamadas terras de santo, e as terras conquistadas nas guerras (pelo fato dos escravos terem prestados serviços de guerra ao governo), estes aspectos definiram as chamadas *terras de preto*.

⁶ A Constituição Federal de 1988, em seu art. 68 da ADCT, dispôs que “aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir os respectivos títulos”.

⁷ Segundo Silva (2000, p. 12), nas narrativas dos “guardiões da memória” de Curiaú se identifica a formação do povoado a partir da chegada de africanos “há aproximadamente três séculos, [os quais vieram] da margem nordestina, um casal de origem africana, e com eles, seus sete escravos”. Baena (1969) também se refere à chegada dos negros que vieram de Açores para ocupar as terras da Vila São José de Macapá. De acordo com Marin (1997), tal afirmativa esta associada a um dos primeiros atos da administração colonial para ocupação desta parte da Amazônia brasileira. Marin chama atenção para os anos de 1760, quando essas terras do Cabo Norte⁷ foram entregues aos açorianos e mazagonistas, juntamente com uma centena de cabeças de gado para estimular a criação de gado bovino, a fim de aproveitar os campos naturais existentes nas terras, hoje, identificadas pelo Curiaú.

O território quilombola do Curiaú está assentado sobre a diversidade do sistema ecológico da bacia hidrográfica do rio Curiaú que possui vários lagos temporários e permanentes, cuja drenagem é influenciada tanto pelos regimes de marés quanto pluviais. Tal característica é responsável pela composição de um sistema ecológico que condiciona diretamente a vida dos quilombolas do Curiaú e influencia sua estrutura social há mais de dois séculos.

Curiaú possui três sistemas ecológicos predominantes: os campos cerrados, os campos inundáveis e a floresta de várzea, sendo todos importantes para as famílias quilombolas. Desses sistemas ecológicos o cerrado é o predominante (MARIN, 1997) presente também na maior parte do estado do Amapá. Além destes ambientes, fazem parte das áreas de matas de galeria, ilhas de mata e lagos naturais permanentes, que se apresentam de forma bastante representativa na composição da paisagem da região (FACUNDES; GIBSON, 2000).

Cada um desses sistemas ecológicos possui importância para a reprodução social das famílias quilombolas do Curiaú, que utilizam estratégias de sobrevivência baseadas no “uso comum dos recursos”, que se fundamenta em uma rede de relações sociais e culturais expressas em relações econômicas de bases não monetárias e também monetárias com a cidade de Macapá.

O quilombo do Curiaú encontra-se entre os grupos sociais cuja análise acerca do uso comum dos recursos naturais deve considerar um aspecto central para ampliar o entendimento: o fato de que a reciprocidade⁸ é um elemento indispensável para manter a coesão social desses grupos. Tais fenômenos sociais, para Mauss (1974) exprimem ao mesmo tempo de uma só vez, toda espécie de instituições, “religiosas, políticas e morais – estas políticas e familiares ao mesmo tempo; econômicas – supondo formas particulares de produção e consumo, ou antes, de prestação e de distribuição sem contar os fenômenos estéticos nos quais desembocam tais fatos e os fenômenos morfológicos que manifestam essas instituições”.

Estas formas particulares de produção, distribuição e consumo por esses grupos sociais, segundo Pritchard (1976), estão vinculadas à própria cultura material simples em que a tecnologia, sob um determinado ponto de vista é um processo ecológico, ou seja, uma

⁸ A teorização que deu origem à discussão sobre reciprocidade foi formulada inicialmente por Marcel Mauss (1974), no seu notório Ensaio sobre a Dádiva, publicado originalmente em 1924, e pretendia possuidora de uma validade universal (pelo menos no que tange às assim denominadas “sociedades arcaicas”). Vista enquanto uma dimensão mais ampla de ligação social entre os indivíduos, a dádiva implicava principalmente em uma produção de alianças, um substituto das guerras e da violência que pressupunha a construção de relações entre povos (matrimoniais, festivas etc.), políticas, econômicas, jurídicas e religiosas, sendo o sacrifício enxergado como o estabelecimento de uma ligação com as divindades através da dádiva (LANNA, 2000).

adaptação do comportamento humano às circunstâncias naturais. Para o autor ainda, a cultura material pode ser considerada como parte das relações sociais, pois os objetos materiais são correntes ao longo das quais correm os relacionamentos sociais, e quanto mais simples for uma cultura material, mais numerosos são os relacionamentos que se expressam através dela.

O ato de partilhar através de uma cultura material simples está presente no meio rural contemporâneo, criando e dinamizando relações de sociabilidade e vínculo social (SABOURIN, 2003). O valor de uso é atribuído ao resultado da produção num ambiente determinado sobre a lógica de um modo de produção “primitivo” e “arcaico”. No quilombo do Curiaú coexistem as prestações econômicas não-mercantis e o manejo comunitário de bens e recursos coletivos (florestas, recursos hídricos) em contexto marcado pela integração parcial do mercado e a pressão urbana da cidade de Macapá.

Fato possível em função da forte influência que a paisagem experimenta da bacia hidrográfica do rio Curiaú, receptora das águas e sedimentos do rio Amazonas e do oceano Atlântico que torna as terras quilombolas um campo fértil para a roça, a produção de animais e o extrativismo de produtos não madeireiros como o açaí (*Euterpe oleracea*). Na Amazônia o rio e o ciclo das águas são incorporados como dimensão fundamental na vida das famílias ribeirinhas da região (MARIN; CASTRO, 1993).

O que significa dizer que as relações sociais neste território são influenciadas pelo valor atribuído às relações ecológicas que são igualmente significativas para a compreensão do sistema social que é um sistema dentro de outro sistema que é o ecológico parcialmente dependente deste e parcialmente existindo por direito próprio (PRITCHARD, 1976, p. 107). O sistema social por outro lado, se baseia numa concepção de tempo social e individual que se encontram regulados pelo tempo da própria natureza (MARIN; CASTRO, 1993).

Há aproximadamente três décadas os recursos naturais sujeitos ao aproveitamento coletivo têm se convertido em objeto de intenso debate acadêmico, principalmente quanto à gestão do uso comum e privatizado desses recursos. Após a publicação do artigo de Garrett Hardin (1968), "A tragédia dos comuns", a gestão coletiva dos recursos converteu-se em tema central para economistas ambientais e especialistas em recursos naturais. Ao identificar estes sistemas como de "acesso aberto", o autor caracteriza-os pela ausência de restrições para o uso e o controle. Ademais, por serem recursos limitados, as decisões racionais de cada indivíduo dariam “lugar a um dilema irracional para o grupo”.

Segundo a lógica da teoria da escolha racional o indivíduo é levado a tomar continuamente decisões sobre seus interesses particulares, as quais podem coincidir ou não com as de seu grupo. No entanto, em relação às instituições coletivas, outros aspectos são

capazes de nortear as suas relações que não apenas interesses imediatistas de curtíssimo prazo, a exemplo dos processos sócio-culturais que lhes têm permitido desenvolver estilos de vida diversos e, ao mesmo tempo, preservar e incrementar a diversidade biológica (BALLÉ, 1993; ASCHER, 1995).

Os grupos sociais aqui estudados possuem uma relação com os sistemas ecológicos, principalmente com a floresta, que está além do valor econômico ou funcional, uma vez que o valor simbólico (STRAUSS, 1976) é responsável, também, por garantir o manejo dos recursos não apenas como entidades geográficas e sociais, constituindo acima de tudo, em bens simbólicos que asseguram a reprodução social.

Neste sentido, Scoles Cano (2005) afirma que o uso comunitário colocado em prática por numerosos grupos humanos na Região Amazônica contradiz a teoria da “Tragédia dos comuns” de Garret Hardin (1968) que propunha a restrição e a regulação do uso dos sistemas ecológicos manejados por estes.

Sobre os limites e as conseqüências da liberdade individual no contexto dos bens comuns, Hardin (2002) afirma que quando os recursos são de uso comum estes são explorados intensivamente em função da racionalidade que privilegia o interesse individual em detrimento dos interesses do grupo social em questão, capazes de gerar uma escassez dos recursos. A economia ortodoxa, que analisa as relações dos grupos sociais coletivos com a natureza, identifica estes como sendo uma ameaça à sustentabilidade dos recursos. Tal afirmação ocasionou a imposição de instituições que levantaram a bandeira da propriedade privada e do controle pelos governos de áreas, cujo uso dos recursos é realizado por numerosos e diferentes grupos sociais.

Podemos dizer que os quilombolas do Curiaú encontram-se entre os grupos humanos de agricultores, produtores e extrativistas que vivem em áreas de floresta e que através de práticas culturais e simbólicas possuem o seu modo próprio de viver e de se relacionar com os sistemas ecológicos. Esse modo de vida garante a produção e a reprodução tanto dos grupos das famílias humanas como das famílias de animais e vegetais que habitam o mesmo território e espaço ecológico.

Silva (2004) no livro, “Curiaú: a resistência de um povo” ressalta a importância das regras de uso comum identificadas nas atividades culturais, religiosas e econômicas do dia-a-dia de homens, mulheres e crianças, pois, é neste território que eles encontram os recursos naturais necessários para a produção e transformação de uma diversidade de recursos materiais e imateriais necessários para a manutenção das famílias. O autor indaga: “Este povo

que ficou dentro do Curiaú, sobrevivendo nas diversas atividades, sobreviveu como?” Ensaia uma resposta do seguinte teor:

Na agricultura, na religião, cultura, lazer, esporte. Na saúde com a medicina caseira, as parteiras cuidando das crianças; os criadores de animais cuidando de seu rebanho; o pequeno vendedor vendendo caro, mas servindo a comunidade e os seus parentes e amigos; os curandeiros da terra, cuidando de construir as casas tradicionais; os mariscadores caçando e pescando alimentos para seus familiares; os extrativistas colhendo produtos da natureza; os carvoeiros fazendo carvão; os produtores plantando e colhendo; os rezadores rezando suas ladainhas em latim; [...] os artesões fazendo artesanato de uso do trabalho e lazer, como tipitis, peneiras esteiras, abanos, paneiros, panacáricas, alguidares, torradores, defumadores, panela, cachimbo, fogões, todos esses materiais de barro e talas; os vaqueiros fazendo cordas de couro e de enviras, muxingas para surrar cavalos, esteiras e selas. As mulheres faziam chinelos para seus filhos; as costureiras faziam as roupas para seu povo; os mariscadores faziam seus utensílios de marisco como a zagaia e arco (SILVA, 2004, p. 12).

Neste trecho é apontada a divisão social do trabalho: de artesões, carvoeiros, mariscadores, pescadores e retratam-se vários aspectos da vida diária das famílias do Curiaú. A maior parte das atividades depende diretamente dos recursos encontrados no território. Ao utilizarem tais recursos para assegurar as funções da existência, que vão da alimentar a espiritual, as famílias estabelecem, também, regras para o uso dos recursos indispensáveis ao equilíbrio de espécies animais e vegetais, contribuindo para a manutenção da diversidade biológica, da cultura e da sociodiversidade do Curiaú.

Para Mehta et al. (2002), as populações rurais sempre empregaram regras institucionais e estratégias de sustento flexíveis para fazer frente às variações ecológicas e estacionais a que são submetidas. A presença de um tempo ecológico (PRITCHARD, 1976) que usa um calendário agroecológico está entre as regras, cujo objetivo é obter alimentos durante todos os períodos do ano. Outro aspecto presente entre as regras institucionais de uso dos recursos naturais é a relação de parentesco entre as famílias quilombolas. Se por um lado os arranjos familiares possuem a função de minimizar a fragmentação do território quilombola (TRINDADE, 1999), por outro, também favorecem o estabelecimento de práticas de obrigações de “reciprocidade” entre as famílias que são decisivas no uso dos recursos nas atividades econômicas.

De acordo com Smith et al. (2002), o conceito de reciprocidade, tão importante para entender a dinâmica das sociedades rurais, está ausente nas discussões sobre ação coletiva e o manejo dos bens comuns. Para Mauss (1974), a reciprocidade representada em dar e receber constituem ações obrigatórias e parte complementar de um sistema total de serviços em que cada presente é um sistema de reciprocidade para as instituições coletivas.

Outro aspecto presente entre as regras institucionais de uso dos recursos naturais no Curiaú é a relação de parentesco entre as famílias quilombolas. Se por um lado os arranjos familiares funcionam para minimizar a fragmentação do quilombo (TRINDADE, 1999), por outro favorecem o estabelecimento de práticas de obrigações de “reciprocidade” entre as famílias, que são decisivas no uso dos recursos nas distintas atividades econômicas não-monetárias realizadas entre eles. Neste sentido, considerando os aspectos que envolvem as instituições políticas baseadas nos laços familiares e de reciprocidade é que estratégias de uso e controle dos recursos são identificadas, a partir dos aspectos culturais e simbólicos. Diegues (2001) observa que em todas as regiões do país são encontradas diferentes formas comunais de acesso a recursos naturais e que “foram desconsideradas e até ignoradas pelos modelos de apropriação dominantes, seja pela grande propriedade privada seja pela pública”.

2.1 LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO E ASPECTOS CLIMÁTICOS E GEOLÓGICOS

Curiaú de Fora e Curiaú de Dentro – Macapá (AP), localizados no extremo norte da Bacia Amazônica possuem uma rica diversidade ecológica característica marcante do Curiaú. O estado do Amapá⁹ ocupa uma área de 143.453,7 km², que em sua maior parte encontra-se ao norte do Equador. Estende-se, aproximadamente, da latitude 1°S, a partir da confluência com o rio Jarí, na embocadura do rio Amazonas até quase 5° de latitude norte, onde se limita com a Guiana. É limitado a leste pelo Oceano Atlântico, a sul, sudeste e oeste pelo estado do Pará e à noroeste faz fronteira com a Guiana e o Suriname. Esta posição geográfica proporciona ao estado características das regiões equatoriais, refletidas, principalmente, nas condições climáticas e hidrológicas que condicionaram modificações nas paleo-coberturas do solo e da vegetação.

O estado do Amapá sintetiza em seu território grande parte da diversidade ecológica amazônica que representa três grandes unidades de paisagem. Um dos poucos estados amazônicos com planície costeira depois do Maranhão. Além da faixa de planície, possui inúmeros lagos, várzeas, terrenos alagados e pantanosos. Juntos caracterizam uma intensa diversificação de ambientes, cuja interação solo-água-clima resultou na predominância de ambientes de vegetação arbustiva e herbácea e extensas áreas de manguezais, constituindo-se ainda em um imenso reduto de diversidade ecológica aquática.

⁹ O Amapá é uma das mais recentes unidades administrativas brasileiras e resulta de gestões institucionais do Governo Federal na defesa do território amazônico, desde a sua criação e evolução como território federal (1943) até a sua transformação em estado (1988).

Para o interior, alcançando os terrenos da formação Barreiras, as características dos solos, intensamente lixiviados, associados às condições climáticas, onde os períodos de estiagem são bem marcados, propiciam a conservação de áreas de campos de savanas (cerrados), remanescentes de uma vegetação de clima pretérito, entremeados de baixios com veredas de buritis. Nas terras mais elevadas, onde o relevo já se encontra bastante dissecado até se alcançar as montanhas de Tumucumaque direção oeste, predominam fisionomias de uma vegetação densa de porte elevado que colonizou terrenos com solos mais evoluídos e onde a intensidade e frequência mensal das chuvas são seus principais condicionantes.

No Curiaú, desses sistemas ecológicos a várzea possui maior relevância e importância, principalmente econômica para as famílias quilombolas que ocupam este território, pois, abriga bosques de palmeiras de açai (*Euterpe oleracea*) e de buriti (*Mauritia flexuosa*) além de oferecer terra fértil para o cultivo de culturas, como mandioca, milho, feijão e leguminosas. Porém, é o açai o principal recurso extraído desse sistema que sempre foi utilizado como uma das principais fontes alimentícias das famílias, depois da farinha de mandioca, segundo os próprios moradores em entrevistas.

O território quilombola do Curiaú pertence a 165 famílias¹⁰ “divididas” entre Curiaú de Fora, Curiaú de Dentro e Fronteira¹¹, que estão entre os cinco povoados de “populações residentes” da Área de Proteção Ambiental (APA) do rio Curiaú (Mapa 2). Esta “divisão” ocorreu com o Decreto nº 1.417, de 28 de setembro de 1992, que institucionalizou a “APA¹² do rio Curiaú”, sobre o território do Curiaú, atingindo mais três povoados vizinhos (Casa Grande, Curralinho e Mocambo). Este decreto mostra a importância destas terras devido à biodiversidade existente.

Situado ao norte da cidade de Macapá, município do Amapá, as terras do Curiaú estão localizada entre os paralelos 00° 00' N e 00° 15' N, cortado pelo meridiano 51° 00' W. Seus limites são: a leste, rio Amazonas; a norte/nordeste, o igarapé Pescada e o ramal que liga a EAP-070 a BR-210; a oeste, a estrada de ferro do Amapá, e ao sul, uma linha de latitude 00° 06' N.

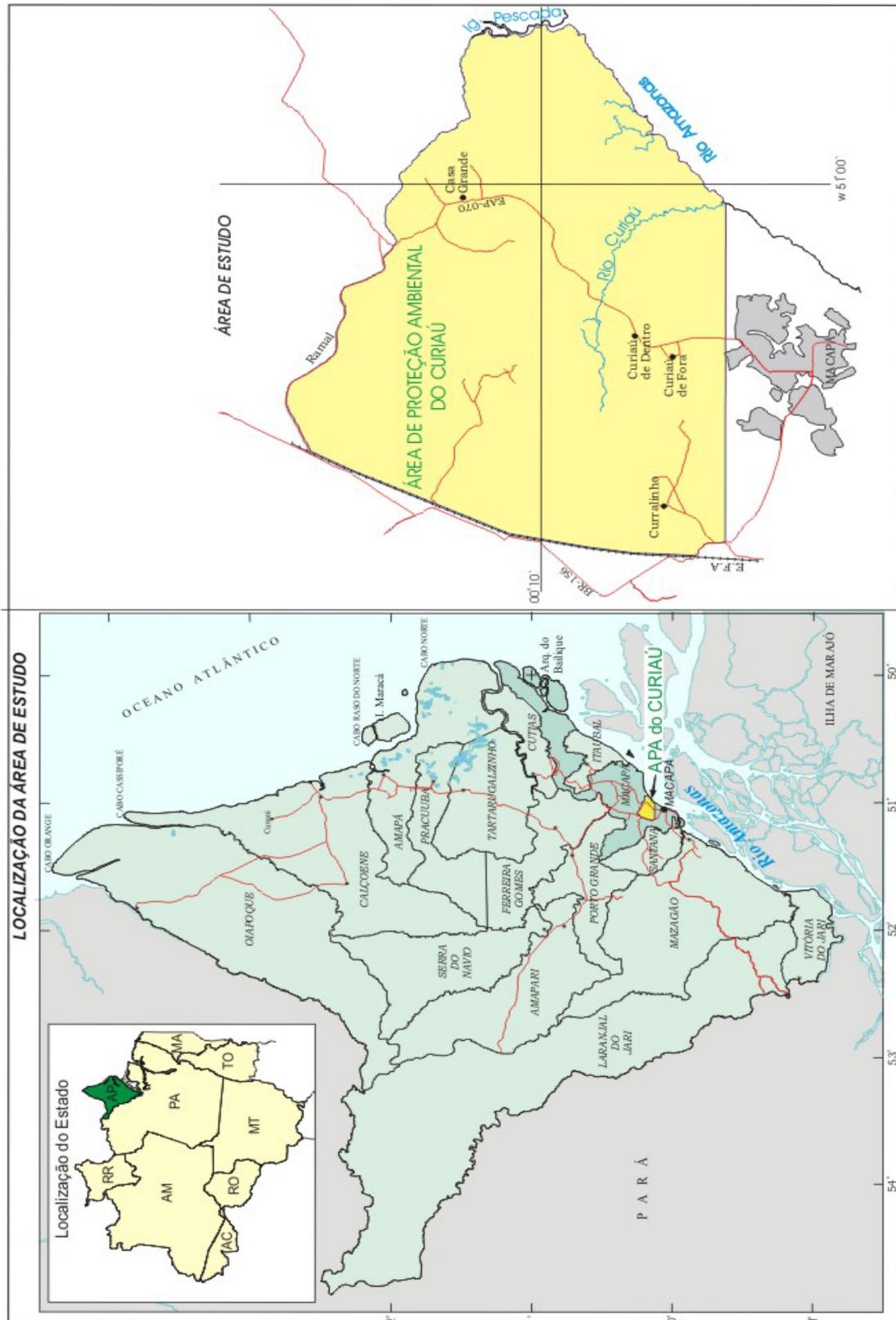
¹⁰ Dados fornecidos pelo Conselho das Associações Afro-descendentes do Estado do Amapá, que realizou o censo na área nos dois últimos meses de 2004 e no primeiro mês de 2005.

¹¹ Denominação utilizada pelos quilombolas para identificar os limites ao sul de suas terras com a área urbana do Capilândia, composto pelos bairros Jardim I e II, em Macapá, distante aproximadamente a 3 km da vila de Curiaú de Fora e Curiaú de Dentro.

¹² De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação instituído pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. “as *Áreas de Proteção Ambiental – APAs*, em geral é uma área de extensa com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos e estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivo básico proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais”.

O Curiaú de Dentro, Curiaú de Fora e Fronteira correspondem atualmente a uma área líquida de 3.321.89.31 há, cujos limites são: ao norte, a Gleba Matapi, Curiaú e Vila Nova; ao sul, a área urbana da cidade de Macapá; ao leste, a margem direita do rio Curiaú; e a oeste, Curralinho (SILVA, 2004), mas que na lembrança das famílias já representou uma área acima do que hoje lhe é atribuída.

O acesso terrestre ao Curiaú pode ser feito pela EAP-070, que está em pavimentação, e pela BR-210, que está totalmente pavimentada. As estradas também levam a outras localidades como Santo Antonio da Pedreira, Itaubal, Santa Luzia do Pacuí e Cutias. A via de acesso fluvial pelo rio Curiaú corta o território no sentido leste/oeste. A alternativa fluvial é mais utilizada a partir do mês de janeiro, quando se inicia o período de chuvas na região e aumenta o volume das águas do rio e do lago.



Mapa 2: Localização do território quilombola do Curiaú de dentro e Curiaú de Fora
 Fonte: Facundes e Gibson (2000)

Segundo a classificação de Koopen, o clima da área em questão é Af, ou seja, tropical úmido, caracterizado principalmente por uma elevada taxa pluviométrica aliada a uma pequena amplitude anual de temperatura. A precipitação média anual é de 2.500 mm, tendo o trimestre mais chuvoso os meses de março, abril e maio e o trimestre mais seco ocorrendo nos meses de setembro, outubro e novembro. A temperatura média anual é em torno de 27°C, sendo que a temperatura mínima fica em torno de 23°C e temperatura máxima em torno de 31°C. A umidade relativa anual é em torno de 85% e a insolação média anual é de 2.200 horas. Os ventos predominantes são os alíseos do hemisfério norte, que sopram com direção nitidamente nordeste (SUDAM, 1984).

Em relação ao solo três tipos são identificados nesta área: o Latossolo Amarelo, Solos Hidromórficos e Solos Aluviais. O Latossolo Amarelo ocorre predominantemente nos domínios dos ecossistemas de cerrado estando associado a um relevo plano, suave ondulado a ondulado com uma fertilidade natural baixa. Os Solos Hidromórficos que ocorrem nos ambientes da floresta de várzea e nos campos inundáveis apresentam boa fertilidade e em condições naturais são mais apropriados para a cultura do arroz e de pastagens naturais. Os Solos Aluviais ocorrem nos ambientes de mata de galeria sendo estes os estrófico e com boa fertilidade (FACUNDES; GIBSON, 2000).

2.2 SISTEMAS ECOLÓGICOS DE USO COMUM PELAS FAMÍLIAS QUILOMBOLAS

As instituições políticas desenvolvidas no interior do território quilombola do Curiaú possibilitaram o desenvolvimento de estratégias de uso e controle dos recursos naturais baseados em valores e regras cujo princípio está pautado na reciprocidade. Atividades como o *puxirum* realizado na agricultura, em que as famílias contribuem com a preparação da terra, com a colheita ou mesmo na produção da farinha de mandioca uma das outras, representa em parte tais aspectos no Curiaú, por ficar subentendido que os que colaboraram no trabalho também poderão contar com a colaboração e a solidariedade dos que receberam tais benefícios. Sobre este aspecto Godelier apud Marin (1998) assinala:

Cada sistema econômico e social determina um modo específico de exploração dos recursos naturais e de uso da força de trabalho humana, e por consequência, determina normas específicas do “bom” ou “mau” uso de recursos e desta força, ou seja, uma forma específica original de racionalidade econômica intencional.

Segundo este ainda, por intencional é possível entender um sistema de regras conscientemente elaboradas e aplicadas para alcançar, da melhor maneira, um conjunto de

objetivos. A solidariedade e a reciprocidade presentes nas atividades sociais, culturais e econômicas deste grupo possuem estreita relação com o fato de o mesmo, segundo Trindade (1999), possuir na família o núcleo das relações sociais, sejam elas econômicas, religiosas, simbólicas ou artísticas. O sistema de parentesco determina um conjunto de regras de descendência, sucessão, herança, alianças e o *status* dos indivíduos, através dos laços de consangüinidade e afinidade constatadas na memória coletiva do grupo.

Esta estrutura é responsável por influenciar no comportamento das famílias e na reciprocidade. Sobre este aspecto, Godelier (1975) afirma que em princípio a forma “natural” da sociedade é a comunidade familiar ou tribal. Quanto mais primitiva, mais se baseia na divisão “natural” do trabalho entre os sexos e na cooperação dos membros. Ele ressalta que para Marx, o homem é “naturalmente” um ser social, e que a forma natural de uma sociedade é a família, uma comunidade familiar. Em que esta primeira forma de sociedade é de alguma maneira herança da natureza” (GODELIER, 1975, p. 55).

Na atividade da caça também estão presentes os laços de reciprocidade e de presentear quando esta é dividida entre os familiares, o que implica dizer que o próximo a caçar terá a “obrigação” de retribuir o “presente”. Neste sentido, as regras institucionais presentes nas estratégias de sustento das famílias quilombolas do Curiaú vêm permitindo ao longo dos séculos a estas desenvolverem técnicas capazes de manejar os diferentes recursos naturais no exercício da coexistência de diferentes atividades econômicas baseadas em valores não monetários. Segundo Polanyi (2000), na verdade a relação das famílias com a produção está associada a princípios de comportamentos, não exclusivamente econômicos, ou seja, de reciprocidade e na redistribuição.

Outro aspecto importante ainda da relação entre estes grupos humanos e os recursos naturais é o universo materializado pelos nomes que garantem o desenvolvimento de atividades culturais, sociais, religiosas, curativas e econômicas. Este universo garante conseqüentemente o conhecimento sobre os recursos disponíveis no território, a função de cada um deles e conseqüentemente o manejo humano.

Silva (2004) fala da importância dos ecossistemas e a relação do grupo com cada um ao ponto destes receberem denominações dos próprios quilombolas e afirma estes nomes são muito importantes para as pessoas do quilombo, pois, nas conversas são contados fatos relevantes desses perímetros ou locais. Todos os moradores sabem de onde se está falando. Este universo segundo Trindade (1999) representa a cartografia simbólica da região presente na memória coletiva do grupo e que se apresenta como fator importante para as relações entre as famílias quilombolas.

As ilhas de mata e os poços que também compõem a paisagem dos recursos naturais do território quilombola estão também entre os sistemas ecológicos privilegiados pelas famílias, de um lado por oferecerem os recursos necessários a suas estratégias de sobrevivência e de outro por se apresentarem como parte de um universo de significados e situações representadas pelo dia-a-dia do grupo social.

No Curiaú existe um número de 19 ilhas de matas cujos nomes lembram alguma situação ou fato ocorrido com algum membro do quilombo trazidas na memória do grupo. O mesmo acontece com os 10 poços existentes sobre o lago que também compõe o imaginário local.

Segundo Trindade (1999) na cartografia simbólica da região, os poços e os furos são locais presentes na memória do grupo. Mesmo nos casos em que os poços não existam mais, sua localização e denominação ainda é lembrada. Os poços funcionam como reservatórios e viveiros de peixe. No período menos chuvoso, quando o lago seca, os moradores dirigem-se a estes locais para pescar. Alguns destes poços estão localizados no lago e formam o imaginário local de tal maneira que qualquer morador do Curiaú sabe dizer o nome e a localização de cada um dos poços. Nomes também são utilizados para denominar espaços ao longo da estrada que corta a vila do Curiaú e atravessa o lago de uma ponta a outra do território quilombola (Quadro 1).

Podemos identificar neste sentido um saber prático de grupos como os quilombolas do Curiaú que alimenta, segundo Marin (1998), em processo contínuo, suas necessidades cotidianas e pode ser conferido na forma como são classificados diversos campos da natureza, que têm relação com a capacidade de classificar segundo categorias, os objetos reais, o que importa numa construção de significados para o processo de comunicação. Neste sentido, podemos afirmar que as famílias do Curiaú comunicam-se entre si recriando imagens, reconstruindo termos e enunciados, inspirados na natureza do território construídos nesta relação.

Ilhas de Mata	Poços	Estrada do Curiaú (à direita de quem vem de Macapá)	Estrada do Curiaú (à esquerda de quem vem de Macapá)	Rio Curiaú (a partir da cabeceira do lago)
Ilha Grande	Poço do Buritizal	Fronteira	Mirim	Barrancos
Ilha Piauí	Poço do Caju	Campina do Canto do Beco	Maiadinha	Barro Vermelho
Ilha da Capivara;	Poço do Tapera	Campina do Canto do Pucinho	Canto do Molemole	Cotovelo
Ilha do Cipó	Poço Manoel Filipe	Canto do Pucinho	Tapera	Estirão da Árvore Grande;
Ilha das Flores	Poço do Jacaré	Canto do Bibiano	Canto do Capiuara	Estirão dos Cacuís
Ilha das Pedras	Poço da Malhada	Áreas da mata da ponta (até aqui terra firme)	Canto Jacaré	Matupá
Ilha do Caju	Poço Lantejão	Fundo da Pergunta	Maiada	Banheiro do Capitão Janary
Ilha do Zé Carlos	Poço do Maré	Beira do Torrão	Canto da Picada da Bina	Capadinho
Ilha do Máximo	Poço do Inferno	Taboa	Canto do Barracão	Choro
Ilha da Castanha	Poço do Açai	Passagem do Breu	Canto do Supriano	Arricuri
Ilha da Formiga	X	Dezoito Moita	Canto Cumprido	Mangueira
Ilha dos Nambus	X	Laranjal	Canto do Poço de Baixo	Gopó
Ilha da Justina	X	Capadinho	X	Joaquinzinho
Ilha dos Carneiros	X	Teso da Maiada	X	Limoeiro
Ilha dos Ratos	X	Piriquito	X	Tufão
Ilha do Meio	X	Os Cacuís	X	Tracuá
Ilha da Passagem;	X	As Quineiras	X	Joaquim Bento
Ilha da Lianda	X	Canal da Ligeira	X	Morte
Ilha do Portugal	X	Gopó dos Montes	X	Ipoca
Ilha do Dezenove	X	X	X	Machado
X	X	X	X	Chiqueiro
X	X	X	X	Estirão da área do Mocambo

Quadro 1: Espaços de uso do território e suas nomeações segundo as famílias do Curiaú

Fonte: Trindade (1999); Silva (2004); Queiroz (2006)

As características dos sistemas ecológicos existentes no Curiaú proporcionam um múltiplo uso dos recursos pelas famílias. Estes sistemas podem ser encontrados em diferentes locais do território, distribuídos nas áreas de floresta, várzea e terra firme e ainda nas áreas de quintais. No Quadro 2, apresentam-se alguns dos principais recursos existentes no território do Curiaú, seus respectivos sistemas ecológicos e a finalidade de cada um para as famílias.

Sistemas ecológicos	Tipos de recursos	Tipos de uso pelas famílias
Florestas de várzea	Fruto do açaí, fruto do buriti	Alimentício com alguma comercialização
Floresta de várzea, Ilhas de matas.	Tatu, paca, cutia, porco do mato, catitu, guariba	Alimentício
Florestas de várzea	Fibra da palmeira de açaí, fibra da palmeira de buriti	Utensílios domésticos e de trabalho
Terra firme e quintais	Medicinais (capim santo, erva cidreira, capim cheiroso, capim marinho, capim limão, cipó de alho e cipó d' alho)	Cura de doenças físicas e espirituais
Terra firme e quintais	Frutíferas (laranja, tangerina, abacaxi, maracujá, caju, goiaba, banana, abacate, acerola, bacaba, mamão).	Alimentício com alguma comercialização
Floresta de várzea; terra firme e quintais.	Roças (mandioca; milho); leguminosas (maxixe, quiabo, jerimum).	Alimentício com alguma comercialização
Rio, poços e lago.	Acará, tamuatá, traíra, pirapitinga, jiju, matrixão, tucunaré, cará, surubim	Alimentício

Quadro 2: Ecossistemas, principais tipos de recursos e de uso pelas famílias

Fonte: Gibson e Facundes (2000); Queiroz (2006)

As áreas de florestas¹³ apresentam importância econômica e social para as populações tradicionais, pois por séculos as sociedades humanas dependem dos recursos naturais oferecidos por essas, para sua sobrevivência e qualidade de vida. Suas relações são norteadas não apenas por interesses imediatistas, a exemplo dos processos sócio-culturais que têm permitido a esses desenvolver estilos de vida diversos e ao mesmo tempo preservar e incrementar a diversidade biológica (BALLÉ, 1993; ASCHER, 1995), na medida em que as

¹³ Dados da FAO (2007) apontam para aproximadamente seis milhões de pessoas que possuem algum tipo de relação com os recursos florestais para sua subsistência. Dessas, sessenta mil são indígenas que habitam as florestas úmidas da América Latina, em particular da Região Amazônica. Neste sentido, o Brasil pertence ao conjunto de oito países (Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Venezuela) e Guiana Francesa, que possuem a combinação de diversidade biológica e diversidade étnica cultural como particularidade importante. Apesar, das análises diferenciadas sobre as características e o tamanho da Amazônia na América Latina é possível definir a “Grande Amazônia” com aproximadamente 7.430.785 km² que representa 54% da área total dos países amazônicos e uma população total de aproximadamente 27.979.742 de pessoas (ARAGON, 2005).

florestas oferecem alimentos, combustíveis, medicamentos, madeira e outros produtos que assegurando valor de uso pelas famílias também garantem as trocas para fins comerciais, apesar de muitas vezes os produtos serem consumidos nas regiões coletadas e não passarem pelos circuitos de mercado (PEREZ, 1999).

2.3 O CICLO DAS ÁGUAS DO RIO CURIAÚ

O rio Curiaú, afluente do rio Amazonas¹⁴ na sua margem esquerda, corre numa extensão de aproximadamente 584,47 km² dentro da APA do rio Curiaú, enriquecido pelas águas com sedimentos que contém matéria orgânica trazida pelo grande rio¹⁵. A influência do rio Curiaú e do Amazonas¹⁶ no território quilombola do Curiaú contribui para uma localização privilegiada e favorável acesso ao uso dos recursos naturais bióticos e abióticos pelas famílias.

No período que corresponde à estiagem (verão) ocorre uma redução significativa da área drenada, principalmente pela seca dos lagos temporários e de pequenos tributários. Por outro lado, no período das chuvas (inverno) ocorre um grande acréscimo do referido sistema, notadamente por as áreas campestres permanecerem parte do ano inundadas (FACUNDES; GIBSON, 2000), favorecendo o uso de embarcações pelas famílias que vivem no entorno da bacia para transportar pessoas e produtos das áreas de várzea e terra firme distantes dos núcleos familiares alterando o dia-a-dia das famílias de acordo com o fluxo das águas.

O rio Curiaú corta as áreas de campos inundáveis dentro da floresta de várzea até desembocar no rio Amazonas, o que favorece além da diversidade florestal uma complexa e rica diversidade de espécies de peixes como acará, tamuatá, traíra, pirapitinga, jiju, matrixão, tucunaré, cará, surubim, tambaqui e roedores como tatu, paca, cutia, guariba, porco do mato,

¹⁴ A fisiografia desse município destaca a participação das bacias hidrográficas dos rios: Matapi, Curiaú, Pedreira, Ipixuna, Macacoari, Gurijuba, Araguari e das Ilhas da Pedreira e Arquipélago do Bailique, além da presença de três domínios naturais: domínio das áreas inundáveis, domínio das áreas savaníticas e domínio da floresta de terra firme com uma área aproximada de 3.322,28 km².

¹⁵ Tal característica pertencente ao ecossistema do Amapá foi responsável por nos séculos XVII e XVIII incentivar por parte dos colonizadores portugueses estratégias de ocupação através da dedicação à lavoura e à cultura das terras para plantações de algodão, arroz, mandioca, milho e feijão e ainda a criação do gado bovino para o aproveitamento das campinas. As terras do Cabo Norte distinguiam-se dos outros ambientes da bacia amazônica por ser banhada por quatorze rios, todos delimitados dentro dos domínios portugueses, assim como, está formada por ilhas de aluvião e pelo sistema de drenagem alimentado por rios, igarapés e vários lagos (FERREIRA apud MARIN, 1998).

¹⁶ Segundo Marin (1997), a geografia contemporânea incorpora os fluxos de água na descrição dos elementos mais importantes desta costa setentrional. Uma área de drenagem continental, ademais da subordinação à massa oceânica. Pois, a planície litorânea mostra continuidade com a planície continental e, ambas, são atingidas pelo regime semidiurno das mares oceânicas de forte amplitude. Esse espaço é constituído por dois elementos da mesma origem: a várzea alta e a várzea baixa, que recebem os sedimentos do rio Amazonas.

catitu, todos importantes na composição alimentar das famílias do Curiaú através dos sistemas de trocas não-monetárias.



Fotografia 1: Canal de drenagem do rio Curiaú durante período de estiagem. No entanto, mesmo com a estiagem e um menor fluxo das águas do rio Amazonas, este permanece com um volume de água razoável durante todo o ano cortando a vegetação de cerrado que se destaca no período das secas

Fonte: Queiroz (2006)

Tais aspectos são possíveis em função da vegetação variada e relacionada com o relevo, com a natureza do solo e com o regime de inundação das águas que favorece a predominância da paisagem pela “floresta de várzea de altos cursos” e pela “floresta de várzea de baixo curso” sendo este um dos elementos importantes para compreender a dinâmica das famílias do quilombo e suas estratégias de sobrevivência.

Segundo Marin (1997), nos contornos das áreas inundáveis ou nas linhas de drenagem dos campos, localizam-se solos denominados de “ilhas de mata” ou “bracinhos” que seriam terrenos com melhores condições para a agricultura pela deposição dos sedimentos transportados pelos rios e mares, os quais contrabalançam o problema da lixiviação por efeito da alta pluviosidade.

O rio Curiaú possui para as famílias, outras funções, que apenas o banho ou o lazer, pois, contribui para prover o alimento necessário encontrado principalmente na formação de lagos e poços (Fotografia 2). Este sistema garante a pesca em todas as fases do ano no que diz respeito ao ciclo das águas, inclusive no período de estiagem e diminuição do volume de água do rio e do lago quando ocorre a seca e conseqüentemente a escassez de alguns recursos disponíveis neste sistema ecológico.



Fotografia 2: Vegetação de cerrado e o Tapera, um dos 19 poços do Curiaú que armazena peixes durante o período da estiagem e contribui para garantir a alimentação das famílias durante a escassez de recursos, pois neste mesmo período o açai, como já foi mencionado se torna rarefeito (agosto/dezembro)

Fonte: Queiroz (2006)

O lago do Curiaú contempla parte da paisagem do lugar em que as famílias nasceram, se criaram e aprenderam a pescar e nadar no “tempo das águas cheias” (TRINDADE, 1999). A paisagem do Curiaú de Dentro é dominada pelo lago na estação de chuva e enche e ocupa uma grande superfície. No tempo de inverno os moradores atravessam o lago em pequenas canoas para atingirem a várzea e as matas onde abrem roças e caçam (MARIN, 1997), e o percurso a cavalo também ainda é realizado no “tempo das águas cheias”.

Os poços durante o período de seca servem de reservatório e viveiros para várias espécies de peixes contribuindo para a atividade da pesca durante todo o ano, e recebem os nomes de Buritizal, Caju, Tapera, Manoel Felipe, Jacaré, Malhada, Lantejão, Maré, Inferno. A pesca é realizada artesanalmente, ou seja, com o uso da zagaia (lança curta de arremesso), a linha de mão, o anzol e a malhadeira, instrumentos mais comuns nesta atividade. Os peixes mais consumidos são traíra, piranha, cará, mafirá, surubim, e um réptil, o jacaré (TRINDADE, 1999).

2.4 A FLORESTA DE VÁRZEA

Sobre os sistemas ecológicos florestais do Curiaú o cerrado, a floresta de várzea, os campos inundáveis, as matas de galeria e as ilhas de matas (Fotografia 3) compõem a paisagem. As matas de galerias são de pequeno e médio porte, na maioria circunscrita às veredas de buritizais (formas pioneiras das referidas matas de galerias). Nestes casos, o buriti

(*Mauritia flexuosa*) representa o elemento dominante e o substrato é caracteristicamente hidromórfico. Nas matas de galeria, mais desenvolvidas, tem-se um estrato arbóreo relativamente diversificado, incluindo espécies de árvores próprias das florestas densas de terra firme (FACUNDES; GIBSON, 2000). Segundo o Relatório do Zoneamento Ecológico Econômico do Estado "o cerrado do Amapá apresenta-se com características comuns ao bioma de cerrado do Brasil central acrescidas de algumas outras, que lhe confere particularidades, principalmente, no que diz respeito aos seus padrões florísticos".



Fotografia 3: Sistema ecológico de cerrado e poço Tapera ao fundo, período do ano em que é possível chegar às margens do poço sem o uso de canoas
 Fonte: Queiroz (2006)

Em relação às espécies madeireiras e não-madeireiras que ocorrem no ambiente estuarino, Queiroz (2004), em estudo realizado no braço norte do rio Amazonas, neste estado, identifica que em 10 hectares distribuídos ao longo do grande rio e de seus tributários, foram encontradas 116 espécies, com destaque para o açazeiro (*Euterpe oleracea* Mart.), considerada a espécie mais importante do ponto de vista socioeconômico, e para as madeiráveis andiroba (*Carapa guianensis* Aubl.), anani (*Symphonia globulifera* L.), virola (*Virola surinamensis* Warb.), macacaúba (*Platymiscium filipes* Benth.), pracuúba (*Mora paraensis* Ducke) e pau-mulato (*Callycophyllum spruceanum* Benth.), entre outras.

A várzea do Curiaú (Fotografia 4) abriga entre estas espécies vegetais a andiroba (*Carapa guianensis*), a macacaúba (*Platymiscium sp.*), o pau-mulato (*Calicophyllum spruceanum*), virola (*Virola surinamensis*) e ainda o cedro (*Cedrella odorata*), usados na construção civil e na fabricação de móveis. Esse sistema ecológico ocupa 4,8% das terras do

estado. No Curiaú ele representa 20,83% do seu total cobrindo uma faixa de orla fluvial de aproximadamente 5 km de largura no sentido sul/nordeste (FACUNDES; GIBSON, 2000).



Fotografia 4: Floresta de várzea, cujo acesso é feito de canoa por aproximadamente de 20 a 30 minutos do Curiaú de Fora onde são “colocadas roças” de milho e leguminosas como o quiabo, o jerimum e o maxixe.
 Fonte: Queiroz, 2006.

No entanto, é a palmeira do açazeiro (*Euterpe orelacea* Mart.) que possui destaque neste sistema ecológico. O açazeiro, palmeira típica da Amazônia oriental, possui uma considerável ocorrência no estuário do rio Amazonas, onde ocupa uma área de 10.000 km², fazendo parte os estados do Amapá, Pará, Amazonas, Maranhão e dos países amazônicos como Guianas e Venezuela em áreas de várzea e igapó (SHANLEY, 2005). A dispersão das sementes é realizada por pássaros, macacos, pessoas e água. Estas crescem melhor em áreas abertas e com abundância de sol, onde, a palmeira encontra na região as condições necessárias para o seu desenvolvimento (MARINHO, 2005).

A floresta de várzea constitui o segundo maior ambiente florestado da região, considerando-se estrutura, diversidade e representatividade espacial. Sua área de abrangência e de maior concentração ocorre principalmente em margens de rios de água barrenta, onde, de certo modo, passa a ser regulada pelos regimes de marés. Na medida em que se avalia o comportamento desse ambiente, a partir das áreas estuarinas para o interior do continente, observa-se profunda redução florística, possivelmente ligada às alterações físico-químicas das águas desses rios (IPEA, 2002).

Rios e lagos da Hiléia são muitas vezes acompanhados por faixas de terrenos baixos, sujeitos a inundação durante um determinado período de cada ano. Essas terras baixas são

chamadas várzeas e a floresta que as cobre chama-se “mata de várzea”, em contraste com a “mata da terra-firme”. As terras baixas da zona costeira da Hiléia e do grande estuário amazônico são inundadas pela repercussão das marés atlânticas. A “mata” dos lugares mais baixos, diariamente inundados, aproxima-se do igapó, e a dos lugares mais altos, inundados somente pelas marés grandes, assemelha-se à da várzea de outras partes da região.

O regime de inundação, as diferenças no teor de sedimentos na água, a distância do ponto de origem dos sedimentos e das várzeas das margens dos respectivos rios, a intensidade da inundação e a influência da maré e da água do mar determinam desigualdades significativas no revestimento florístico, na formação do solo, nas características físicas e químicas e na potencialidade agropecuária das áreas inundáveis pelos rios de águas barrentas (LIMA; TOURINHO, 1994).

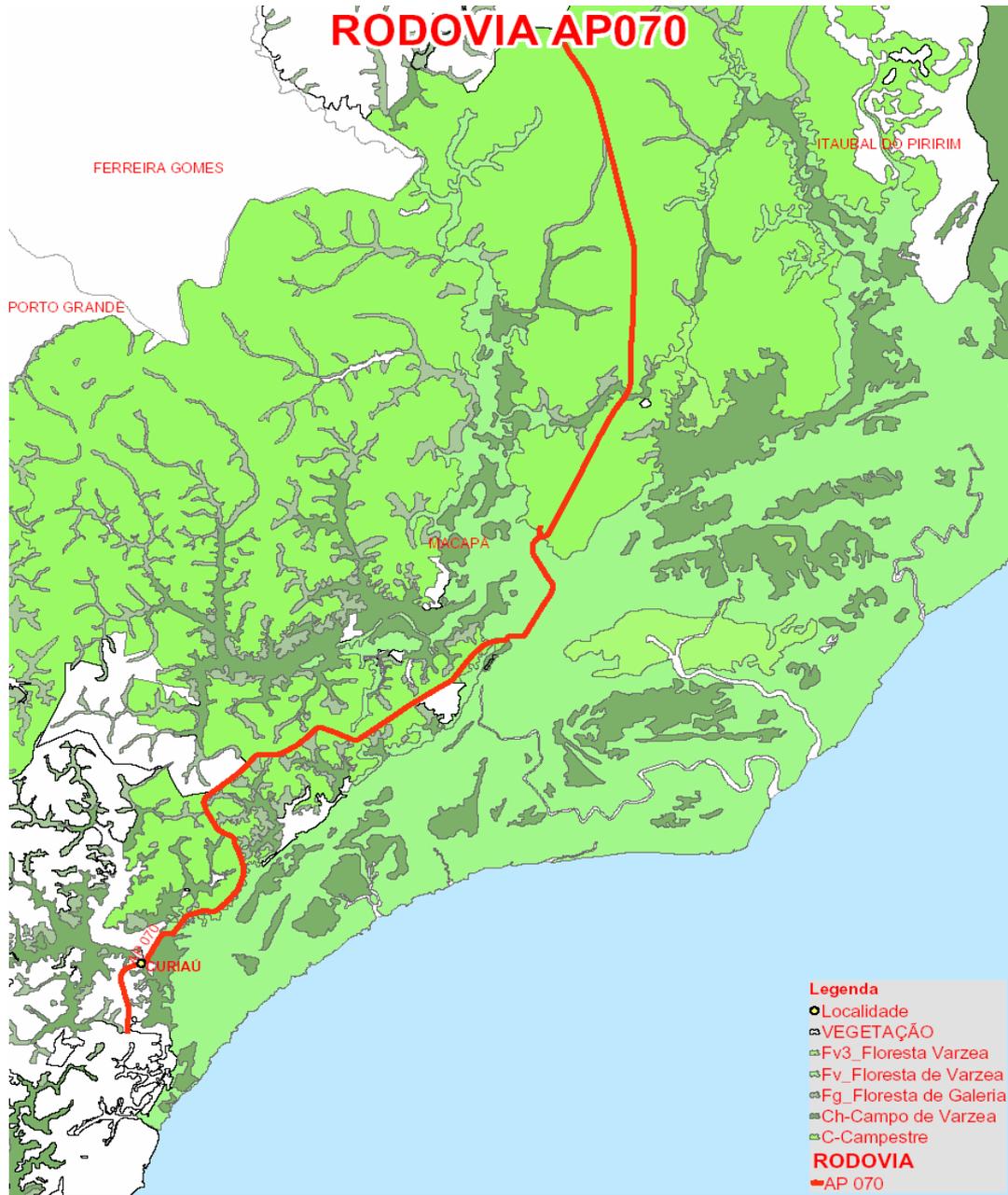
As várzeas são ambientes frágeis, com origem e funcionamento ligados à deposição de sedimentos geologicamente recentes, profundamente influenciados pelos regimes de marés e de águas pluviais. São as chamadas planícies de inundação, planície quaternária, planícies aluviais etc. A essas mesmas condições deve-se a formação de solos com bons níveis de nutrientes e estoques biológicos ainda precariamente conhecidos (IPEA, 2000).

No Curiaú a várzea é de fundamental importância para as famílias, pois, é nesta que as famílias vão à procura do fruto do açaí. O fruto do açaizeiro é um dos produtos que possui maior importância na base alimentícia das famílias do Curiaú depois da farinha de mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) (MARIN, 1997; SILVA, 2004).

Este é o primeiro produto do extrativismo vegetal em floresta de várzea e que também possui regras de uso estabelecidas pelas famílias. Os produtos da coleta são destinados geralmente para o auto-consumo e para distribuir entre parentes ou trocá-lo com os vizinhos. No entanto, além do extrativismo do açaí na várzea também é realizado o plantio de diferentes culturas principalmente as leguminosas por algumas famílias.

O extrativismo animal também é outra categoria de atividade econômica exercida pelas famílias do Curiaú na área de floresta. Ela está diretamente ligada às estratégias de sobrevivência das famílias e ao sistema de uso comum – que como já foi mencionado ocorre através da “economia do dom” sobre regras de reciprocidade, de forma que garanta a alimentação de todos os que compõem as unidades familiares nos meses do ano. Sobre um sistema de rotatividade, cada família, ou melhor, ao representante masculino é dado o direito de caçar em dias específicos, evitando que todos saiam para a atividade ao mesmo tempo e conseqüentemente ameacem a sustentabilidade do recurso. Porém, essa estratégia de uso dos recursos naturais do território está cada vez mais escassa. Sair para caçar com primos,

sobrinhos ou compadres na madrugada faz cada vez menos parte da rotina dos homens do Curiaú.



Mapa 3: Área da Bacia Hidrográfica do rio Curiaú com seus respectivos sistemas ecológicos florestais

Fonte: Secretaria de Estado de Meio Ambiente – Coordenadoria de Recursos Ambientais – Divisão de Geoprocessamento. Escala – 1:250.000/ 2005.

A pressão na área de floresta de várzea também é responsável pela extinção das espécies animais, contribuindo cada vez mais para o desaparecimento da atividade (MARIN, 1997) que garante a proteína animal na alimentação das famílias, em função da diversidade de

espécies animais que faziam parte das rotinas diárias e semanais das famílias. Sebastião Menezes da Silva com profundo conhecimento sobre essas práticas escreve como era realizada no período recente:

A caça era feita com cachorros e espingardas. Os cachorros ajudam a pegar as caças que ficam no buraco: tatu, paca, cutia. Os cachorros têm faro e rastejam. [...] A caça mais difícil para o cachorro é o quati, pois quando tá acuado sobe em árvore; a caça mais veloz é o veado; a mais arisca é a anta; a mais brava é a capivara; os mais perigosos são os porcos, as queixadas e os catitus (SILVA, 2004, p. 71).

A diversidade de espécies animais encontradas na floresta de várzea ou mesmo nas ilhas de mata durante as caças realizadas por moradores mais antigos demonstra o quanto era farta no Curiaú, ou seja, as áreas de floresta Curiaú foram pródigas de diferentes espécies animais (MARIN, 1997). A caça sempre foi utilizada para “presentear” os familiares, pois nunca todas as famílias, conforme mencionado, usavam ao mesmo tempo a floresta para caçar.

Pedro dos Santos recorda que a caça era farta principalmente como estratégia de sobrevivência das famílias. As casas eram conferidas e quando um membro da família saía para caçar todos aqueles vizinhos tinham um pedaço, [...] “presente, tá entendendo? Nós chamava presente, dividia com todos e aí no outro dia, outro fazia a mesma coisa e assim era [...] isso que era uma comunidade [...]”. Todos comiam e bebiam e ninguém passava dificuldades, quer dizer, todos tinham o que necessitavam para viver e a tranquilidade reinava no Curiaú, que era uma grande família (MARIN, 1997).

O ato de presentear não implica dizer que há uma desobrigação do outro em retribuir, pois o presente recebido e trocado cria uma obrigação, associada a uma série de direitos e de deveres de consumir e de retribuir, correspondendo a direitos e deveres de presentear e de receber (MAUSS, 1974). Assim, era garantido no Curiaú o consumo da caça pelas famílias num sistema de revezamento entre os homens das unidades familiares.

No entanto, segundo algumas famílias, encontrar animais hoje se tornou tarefa árdua e difícil, restando algumas poucas espécies para quem se atreve ainda a “entrar no mato”. Espécies como o veado e o porco do mato, praticamente não existem mais, restando espécies como tatu, cutia e paca, que se “o camarada tiver muita sorte”, segundo palavras de Joaquim Araújo da Paixão, ainda encontra.

Durante as entrevistas realizadas constatou-se que das 55 famílias, 11 (20%) possuíam homens com o hábito de caçar, enquanto que 37 (67,3%) não possuíam mais homens dispostos à caça. Quando indagados sobre o porquê, na sua maioria respondeu que a escassez

da caça seria um motivo e que este quadro foi agravado após a construção da rodovia¹⁷ sobre o lago do rio Curiaú. O trânsito de carros em alta velocidade pelo território a qualquer hora do dia ou da noite seria uma das razões que impossibilitam os animais de se manterem no entorno da área de floresta.

A escassez das espécies animais como o veado, guariba, porco do mato, anta, capivara no Curiaú advém das mudanças ocorridas ao longo dessas décadas e ocorre também em função da pressão da cidade sobre o território. Sobre o assunto, soubemos de uma proposta para o controle da entrada e saída de veículos, assim como, de pessoas no Curiaú segundo Sebastião Menezes. A construção de uma barreira com guarita controlada pelas próprias famílias determinaria o horário de entrar e sair ou passar pelo Curiaú, já que se trata de uma área de uso “particular” das famílias do Curiaú segundo palavras de Sebastião Menezes da Silva e destinada a proteção dos recursos naturais.

A construção de uma guarita é segundo Sebastião Menezes da Silva a forma de manter o equilíbrio necessário para garantir a presença dos animais na área de floresta, além da tranquilidade das famílias, pois a construção da ponte sobre o rio Curiaú e a pavimentação da estrada são sempre mencionados devido aos impactos destas duas construções em suas vidas (TRINDADE, 1999).

A estrada trouxe progresso e desenvolvimento mas também trouxe muitos problemas. Os moradores reclamam dos barulhos dos carros. Com o asfaltamento das duas vilas cresceu o tráfego de caminhões com gado, areia, toras de madeiras, pedras, mercadorias, tanques de combustíveis, carros, motos e bicicletas. Todos eles causam danos à comunidade. Derrubam postes de energia elétrica, matam animais, atropelam pessoas, colaboram para o aumento de roubos, enfim, tudo isso causa transtorno para os moradores (SILVA, 2004, p. 74).

A caça que garante a alimentação, a estrada livre de carros, animais de criação nos quintais, as casas sem grades e cercas estão cada vez mais apenas presentes na memória coletiva das famílias quilombolas do Curiaú. A construção da ponte sobre o rio e da estrada representam uma divisão na história das famílias do Curiaú (TRINDADE, 1999). Histórias inclusive de perdas irreparáveis como a filha de Tomé dos Santos, vítima de atropelamento seguido de morte por um carro que passava na estrada em alta velocidade durante a noite e que a atingiu no acostamento. Se é que podemos chamar assim, o pequeno espaço entre o

¹⁷ Esta é a via de acesso a outras localidades e é utilizada como alternativa para burlar a fiscalização que existe na EAP 070, inclusive de carros com transporte de cargas pesadas. Nos finais de semana esse fluxo chega a multiplicar em função da procura tanto pelo Curiaú como pelas festas que também acontecem nos balneários das outras localidades.

asfalto e as cercas das casas que ficam na beira da rodovia destinados aos “pedestres” do Curiaú.

No Jornal do Quilombo¹⁸, foi registrada sobre este assunto a seguinte nota no tópico, denuncia: “A promessa da polícia de colocar redução de velocidade na estrada, ainda, não foi cumprida, motoristas passam em alta velocidade fazendo ultrapassagem no meio do vilarejo com muitas pessoas na rua, bicicletas com carros indo e vindo, no dia em que acontecer um choque de carros e motos vai atingir as casas de moradia”. A nota no jornal do Quilombo demonstra a preocupação com a estrada de 2 km que corta o Curiaú e a ausência de providências principalmente sobre a velocidade de carros e motos na estrada.

2.5 OS QUINTAIS

Os quintais também são espaços do território quilombola que possuem função de uso importante para as estratégias de sobrevivência das famílias. Utilizados para a plantação de mandioca e de algumas espécies frutíferas como laranja, tangerina, maracujá, goiaba, caju, os quintais são também segundo Madeira (2005) os ambientes mais explorados, pois são os locais de maior contato com a família e, em contraste com os quintais na zona urbana, os mesmos dispõem de área considerável em tamanho, onde são plantadas espécies também condimentares, aromáticas e medicinais.

Neste sentido, os quintais do Curiaú de Dentro e Curiaú de Fora são os ambientes mais explorados para a coleta e cultivo de plantas alimentícias para em seguida às roças e hortas. As espécies mais encontradas são: arroz (*Oryza sativa* L.) e mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) para em seguida, o feijão (*Phaseolus vulgaris* L.), coentro (*Coriandrum sativum* L.), couve (*Brassica oleracea* L.) e mangueira (*Mangifera indica* L.), açaí (*Euterpe oleracea* Mart.), tomate (*Lycopersicon esculentum* Mill.), laranja (*Citrus sinensis* (L.) Osbeck), e banana (*Musa cavendishii* Lamb.ex Paxton).

Nos quintais e imediações estão localizadas em maior número as ervas e os arbustos que são cultivados ou nascem espontaneamente, sobre os quais as mulheres e as crianças possuem conhecimento mais específico e também realizam seu manejo. Em contraste, os

¹⁸ Jornal de edição mensal que possui anúncios, ponto de vistas, comentários, esporte, denúncias e curiosidade do Curiaú. Segundo Sebastião Menezes da Silva, que é o principal responsável, o jornal é o único publicado dentro de um território quilombola. Elaborado em folha de papel A4 com impressão de máquina de xerox, os jornais são distribuídos para as famílias e em algumas instituições de Macapá. Esta edição corresponde ao n. 52, de abril de 2006

homens possuem conhecimento mais específico das espécies arbóreas, arbustivas e ruderais, que em regra se encontram no caminho das roças, picadas e matas (MADEIRA, 2005).

De acordo com Stipanovich (2001), em Curiaú existem 58 espécies de 38 famílias e 49 gêneros de plantas medicinais. Silva (2002) catalogou 131 espécies, incluídas em 56 famílias e 109 gêneros, o que demonstra a relevância dos quintais para as famílias do Curiaú. Pois, estas são utilizadas tanto para a alimentação como para a cura de doenças, ou ainda, para comercializar como é o caso das espécies frutíferas.

As espécies vegetais típicas por abrigar uma área de cerrado são barbatimão (*Ouratea hexasperma*), caimbé (*Curratella Americana*), cuiera (*Crescentia cujete*), jutaí (*Himenaea parvifolia*), murici (*Byrsonima crassifolia*), pau d'arco (*Tabebuia Serratifolia*), cajueiro (*Anarcadium occidentale*) sendo que estas são as mais usadas na medicina e na alimentação pelas famílias do Curiaú.

2.6 AGRICULTURA E AUTO-CONSUMO

No Curiaú o sistema de agricultura que predomina é o itinerante migratório (*shifiting cultivation*), e os cultivos plantados são em geral de subsistência, voltado para o auto-consumo das famílias. As famílias quilombolas do Curiaú, em suas práticas agrícolas na terra firme e na várzea, utilizam este modo de produzir: o “corte e queima” (*slash and burn*) para a liberação de nutrientes do solo, as plantações de cultivos temporais de curta duração e o abandono em favor de novas áreas.

Neste sentido, segundo Marin (1997), o grupo do Curiaú possui em seu enraizamento a característica de camponeses com seu modo de vida e práticas culturais, confirmadas no processo histórico da sua formação, apontando a capacidade de diversificação e de produção de excedentes que sempre procuraram colocar no mercado de Macapá.

Neste contexto, o uso comum da terra e o reconhecimento desse uso são partes do desenvolvimento da construção de relações sociais realizadas com sólidos vínculos de solidariedade e de trabalho. Estes são representados pela história de luta das comunidades rurais pelo direito ao reconhecimento do uso do território, assim como, pelo seu modo de viver e de existir. Nessas relações formas harmoniosas de convivência destacam-se por contribuírem para a manutenção e a preservação pautadas na utilização coletiva dos territórios. Castro (1998, p. 26), interpreta esses mecanismos de aproveitamento dos recursos quando escreve: “[...] a maior parte acaba por recriar, no interior das florestas, seus roçados,

fortalecendo assim os laços internos e ampliando seus conhecimentos e as práticas de uso dos recursos da floresta e cursos d'água”.

A prática de derrubar e queimar da agricultura itinerante e os procedimentos de abrir e cultivar uma área específica de solo da Floresta Amazônica foram responsáveis por preservar e manter funções de existência tanto do homem como para o próprio ambiente (MORAN, 1990).

No Curiaú, o território é para as famílias um bem comum (MORAES, 1991) cada um planta o que precisa para ser consumido, no local apropriado. A posse comum da terra é uma forma integrada de exploração de um modo de vida determinado por padrões culturais em harmonia com a natureza. A garantia de sobrevivência não é apenas para o produtor isoladamente, mas para todas as famílias que usam o território para plantar e extrair algum produto. Almeida (2006) chama atenção para a importância da categoria roça, nas relações de produção das famílias de “índios, pretos e caboclos” e considera que:

A autonomia de decisão no que produzir, como e onde, lançando mão de que recursos naturais aproxima tanto os denominados índios e pretos, como os chamados caboclos, fixando um padrão cultural baseado num padrão de práticas correspondentes, ao que designam de roça. Essa designação polissêmica, mais que uma referência aos tratos culturais ou, num sentido restrito, ao plantio de mandioca e, ainda, numa divisão sexual e etária do trabalho, expressa uma certa maneira de viver e de ser. Mais que um modelo de relação antrópica com os recursos escassos, a denominada roça compreende um estilo de vida que vai desde a definição do lugar dos povoados, passando pela escolha dos terrenos agriculturáveis, e dos locais de coleta, de caça e de pesca até os rituais de passagem que asseguram a coesão social em festas religiosas [...] (ALMEIDA, 2006, p. 51).

Este campesinato, segundo Cavallini (2002), apresenta uma relação bastante diferenciada com a natureza que garante a função social e ecológica¹⁹ do território. Identificada nas relações de produção, a partir do uso de energia animal ou humana; de pequena escala da produção; da auto-suficiência e pouco uso de insumos externos; da força de trabalho familiar ou comunitária; da alta diversidade eco-geográfica; de baixa produtividade no trabalho; de baixa ou nula produção de dejetos; além de predominar valores de uso prioritariamente voltados para a reprodução das unidades familiares.

Para se construir um “modelo” coerente de produção camponesa deve-se reconhecer que os produtores utilizam os “recursos naturais” como meios de produção básica e

¹⁹ A palavra ecologia vem do grego “oikos”, que significa casa. No entanto numa definição mais atual seria a investigação de todas as relações do animal tanto com seu ambiente orgânico quanto com seu ambiente inorgânico; incluindo acima de tudo suas relações amigáveis e não amigáveis com aqueles animais e plantas com as quais ele entra em contato direto ou indireto (RICKLEFS, 1996).

insubstituível. Pode-se dizer que a produção camponesa rural realiza dois tipos básicos de trocas materiais: com a natureza e com os setores do organismo social. Em outras palavras, a natureza viva tem a capacidade de compensar perdas energéticas no processo de fotossíntese (CAVALLINI, 2002). No entanto, esta capacidade de renovação e recuperação do ecossistema depende do nível qualitativo e quantitativo do seu uso pelo homem (BRUSEKE, 1992; MAY, 1998), que pode levar em consideração, ou não, a capacidade de resiliência dos sistemas ecológicos, ou seja, a capacidade da natureza de repor as perdas adquiridas durante os processos produtivos.

Nas histórias das famílias do Curiaú o seu modo de vida e a relação constante e direta com a natureza são assuntos que predominam. As unidades domésticas familiares através da transformação desta natureza contribuem para manutenção das vidas presentes nos dois sistemas, o social e o ecológico. Entre estas atividades a agricultura destaca-se como principal meio de subsistência das famílias do Curiaú (MORAES, 1991; MARIN, 1997; SILVA, 2004), sendo “roça” a denominação utilizada pelas famílias para se referir às plantações de mandioca (*Manihot esculenta Crantz*), milho, feijão, maxixe, abacaxi, banana e cana-de-açúcar.

As roças sempre foram colocadas em terra firme, mas, tendo preocupação da proximidade com o lago (SILVA, 2004), onde a raiz é colocada para macerar²⁰. No entanto, também é aberta em áreas de matas de várzea e nos próprios quintais, que formam uma “colcha de retalhos” com vários quadrados distribuídos nos diferentes terrenos do Curiaú de Baixo (MARIN, 1998).

Nestas áreas o plantio é regido pelo calendário agrícola semelhante, em que os meses de novembro e dezembro correspondem ao tempo da queima, para em seguida aguardar as chuvas de janeiro para plantar a mandioca, pois a terra esta encharcada. No mês de maio é feita a capina, o que deve ocorrer regularmente a cada três meses para estar limpo o terreno no tempo da colheita. Após 12 a 14 meses, colhem a mandioca e realizam os processos de produção de vários subprodutos para o consumo, o comércio e a alimentação das criações nos quintais (galinhas, patos, porcos). O preparo da área é feito basicamente pelos homens durante os meses de novembro e dezembro, meses da queima (Fotografia 5). O plantio da mandioca é realizado no mês de janeiro com a chegada das chuvas (Fotografia 6), tarefa essa realizada pelas mulheres, assim como a capina.

²⁰ A raiz da mandioca é colocada de molho na água para que possa amolecer e ser submetida aos demais processos de beneficiamento.



Fotografia 5: Área de roça recém queimada e preparada para receber o “broto” da mandioca

Fonte: Queiroz, (2006)



Fotografia 6: Área de roça com aproximadamente três meses após o plantio do “broto” na área registrada a foto anteriormente demonstrada

Fonte: Queiroz (2006)

A roça de mandioca é a atividade produtiva que mais revela sobre a dinâmica social e as regras de convívio entre as famílias. A extensa rede de parentela é articulada no serviço da mandioca funcionalizando as mais diferentes formas de ajuda, o que segundo Marin (1997), resulta em regras de partilhas variadas. A propósito escreve Silva (2004, p. 54) que “a predominância local nesta comunidade sempre foi o cultivo da mandioca. Todos neste local, homens e mulheres, tinham roça e trabalhavam nas mesmas”. O trabalho realizado durante a

preparação da área de “roça” e colheita da raiz como já fora mencionado é o *puxirum* realizado de forma coletiva pelas famílias.

2.6.1 A produção da farinha de mandioca

O processo de fabricação da farinha de mandioca envolve várias etapas que vai do “arranquio” da mandioca até a fornada de farinha. Trabalham numa casa de farinha no dia de farinhada em média cinco pessoas, a raiz é retirada primeiramente e colocada de molho em água para maceração durante uns quatro ou cinco dias. A outra parte é retirada e as raízes levadas para a casa de forno para serem descascadas, lavadas e raladas. A massa é misturada à mandioca macerada na masseira é em seguida, prensada no tipiti²¹ (Fotografia 7) para retirar a água e o ácido cianídrico. Depois de prensado, o produto é espalhado no forno.

No caso, da preparação da farinha de mandioca a participação da mulher é efetiva. Após o plantio, a mandioca leva em media um ano e oito meses para ser colhida. Ou seja, fase em que ocorre o desmanche para posteriormente ocorrer a fabricação da farinha, ou melhor, a “farinhada”, como costumam chamar. O processo é todo manual e envolve os integrantes da família, incluindo as crianças. O trabalho na casa de farinha é eixo da socialização para o trabalho e de aprendizagem de técnica e conhecimento pelas gerações novas. “Mulheres e homens, adultos, adolescentes e algumas crianças circulam na casa de farinha para ajudar nas tarefas descascar, ralar, exprimir, torrar e armazenar” (MARIN, 1997, p. 65).

Assim como as roças, no passado as casas de farinha também estavam próximas dos lagos em função do transporte que era realizado a pé ou de canoa (MORAES, 1990). Segundo, consenso da entrevistas “a farinha do Curiaú possui tradição”. Nas casas comerciais e nas feiras de Macapá sempre foi muito procurada.

²¹ O tipiti é um dos instrumentos de trabalho que até hoje é confeccionado pelas famílias com a fibra do buriti, palmeira da região. Confeccionam também cestas e rodos de madeira.



Fotografia 7: Parte do processo de preparação da farinha de mandioca, casa de farinha no Curiaú de baixo. Do lado esquerdo para direito, a retirada do tucupi com um instrumento conhecido como tipiti. A direita a massa após ter sido ralada a mandioca
 Fonte: Queiroz (2006)

A massa é espalhada no forno previamente aquecido à lenha, e constantemente revolvida, para que a secagem fique uniforme e a coloração alcance a tonalidade esperada. Sobre a quantidade produzida e comercializada de farinha as famílias, geralmente, não sabem informar.



Fotografia 8: “Farinhada” na casa de farinha da família Ramos na ilha de mata do Piauí no Curiaú de baixo, agricultores realizam a seleção da massa para em seguida realizar a torrefação
 Fonte: Queiroz (2006)

A relevância da produção da farinha de mandioca está presente na fala da maioria dos entrevistados que vêem na farinha um elo com lembranças e histórias sobre o Curiaú. Os moradores mais antigos mencionam a importância da produção da farinha.

[...] em 1945 quando Janary era governo aqui, nós tinha um caminhão, uma linha aqui, que esse caminhão fazia duas viagens aqui e levava carradas de farinha e ainda não ia tudo. No fim de semana eles sempre faziam isso, mas todo mundo aqui plantava e num era grande a quantidade de gente, era umas famílias pequenas mesmo né? Mas dava pra sobrevivência da gente, de tudo agente tinha de tudo a gente fazia que a terra é própria pra tudo mesmo e o ramo da gente só era esse [...] (Informação verbal²²).

O senhor Pedro dos Santos, 64 anos, se remete a outro período da produção da farinha de mandioca que também marcou no Curiaú.

[...] na década de 70 ainda havia muita dificuldade aqui pra nós, pra você adquirir um tustãozinho da pouca agricultura que você tinha, você se levantava de madrugada, principalmente dia de farinha né, aí passava o dia todo né, retornava já escurecendo aí fazia aquela farinha e, ainda assim, ia encontrar dificuldade pra vender lá em Macapá, saía um dia antes que era pra contratar aquela farinha, que era pra ir no local certo [...] (Informação verbal²³).

O período referente à produção da farinha de mandioca ao qual o senhor Pedro dos Santos se refere, corresponde ao momento em que a produção destinava-se ao consumo e o que “sobrava” era trocado no comércio de Macapá por outros produtos que o Curiaú não produzia. Neste período, a produtividade da terra segundo Sebastião Meneses da Silva não estava totalmente afetada, ou melhor, “cansada” o que favorecia uma maior produtividade nas áreas de terra. Como afirma Silva (2004), o número de famílias era menor, mas em compensação todos trabalhavam na agricultura. Esses fatores são responsáveis por uma produtividade acima do que as famílias precisavam para sua subsistência, que favorecia a produção do excedente e as relações de troca em Macapá.

A relação econômica das famílias do Curiaú com a cidade de Macapá apresentou-se de diferentes formas: a primeira o produtor era submetido a uma relação de troca única com “comprador” que avaliava a “mercadoria” e “colocava preço”; na segunda forma este passa a receber dinheiro pelo produto sobre a avaliação do comprador e escolhia onde queria comprar; na terceira e mais recente, passa a vender o produto de acordo com os preços estabelecidos na feira livre em Macapá (MORAES, 1991).

²² Entrevista com o senhor Roldão Amâncio, 70 anos, realizada em agosto de 2006.

²³ Entrevista com o senhor Pedro dos Santos, realizada em agosto de 2006.

As relações de troca sempre existiram entre os produtores do Curiaú e os comerciantes de Macapá. No entanto, as relações econômicas se davam basicamente por meio da troca direta por outros produtos o que restringia a opção de compra das famílias favorecendo uma relação econômica na maioria das vezes injusta para que produzisse. Uma significativa mudança ocorrera no momento em que um dos “patrões”²⁴ introduziu a moeda nas relações de troca, liberando os agricultores para comprar os seus produtos em outros estabelecimentos comerciais.

Para alguns, a transição da primeira para a segunda fase na relação de troca representa uma época de muito trabalho para produzir farinha e escoar a produção até a cidade de Macapá. Um dos moradores informou que há cerca de 40 anos a produção era farta e variada tanto da farinha como de seus derivados:

[...] farinha, banana, feijão, melancia era o que a gente produzia. Mas era mais mesmo a farinha [...] eu cheguei a fazer dezesseis fornadas de farinha no dia, nessa época eu tinha oito pessoas da minha família trabalhando comigo (Informação verbal²⁵).

Através da produção da mandioca, da relação econômica com Macapá, do modo de produção das famílias e das relações de trabalho estabelecidas é possível interpretar os momentos da história econômica do Curiaú. A atividade produtiva da mandioca e seus derivados como a farinha, o tucupí, a farinha de tapioca e a goma possuem papel fundamental nas relações econômicas com a cidade de Macapá e na mudança de comportamento sobre o consumo e a produção realizada pelas famílias. Ainda que os três últimos produtos citados sejam produzidos em menor escala e basicamente para o auto-consumo.

O livro de Sebastião Menezes “Curiaú sua vida sua história”, fala de como se iniciou a prática interna de comercialização no Curiaú, dizendo [...] há pouco tempo as coisas evoluíram nessa prática de compra, venda, trocas e crédito. A comunidade produzia e vendia para os atravessadores, trocava pequenos animais e aves para adquirir certas coisas e objetos [...]”. O termo atravessador serve para explicar a presença de vendedores que passam a “visitar” o Curiaú a pedido dos comerciantes de Macapá para introduzir novos produtos no consumo das famílias. Na década de 1940, mais precisamente no governo do capitão Janary Nunes²⁶ o Amapá deixa de ser jurisdição do estado do Pará e passa ser território. Podemos

²⁴ Como eram chamados os principais compradores da farinha dos agricultores do Curiaú em Macapá que mantinham relações econômicas com esses em seus estabelecimentos comerciais.

²⁵ Entrevista com o senhor Pedro dos Santos, 64 anos, realizada em maio de 2006.

²⁶ Foi nomeado primeiro governador do território do Amapá, em 1944, em decreto assinado pelo presidente Getúlio Vargas.

considerar que as relações econômicas do período ainda são limitadas devido à pouca circulação de moeda.

A vida das famílias no Curiaú sempre esteve associada à agricultura desde o tempo dos seus antepassados como foi mencionado. Uma das características marcantes desse local tem sido a resistência em relação ao modo de vida desenvolvido na cidade de Macapá, principalmente no que diz respeito à ligação das famílias do Curiaú com os recursos naturais.

A aproximação do Curiaú com a cidade de Macapá não foi suficiente para eliminar os traços da vida camponesa (MORAES, 1991; MARIN, 1997), pois as famílias têm criado formas de significação ou resignificação de ações exógenas ao seu *habitat*, na medida em que o território historicamente usado para a reprodução de um *modus vivendi* articulado à natureza e seus recursos, tem sido objeto violação dos seus direitos com o avanço desordenado da cidade de Macapá.

Os modos de cooperação e as práticas associativistas são substanciais às comunidades negras no Brasil em situação de vida rural. Estudos sobre estas formas de organização têm considerado as diferenciações internas e as diversidades regionais e mostrado a importância de se compreender de forma particular, o modo de vida, a organização social e a territorialidade (MARIN, 1998, p. 155). Essas atividades utilizam-se intensivamente da mão-de-obra familiar e instrumentos de trabalho rudimentares, tais elementos caracterizam a agricultura do Curiaú como camponesa (MARIN, 1997). A produção atualmente continua associada ao consumo das famílias, e à participação da mão-de-obra familiar. No entanto, calcula-se uma baixa produtividade atualmente no Curiaú. Essa baixa produtividade pode-se atribuir aos conflitos de ordem sociais e ambientais, assim como, pela ausência de políticas públicas que reconheçam as famílias do Curiaú como camponesas. O que se tem observado são políticas que contribuem para o acultramento das famílias de produtores que passam a exercer atividades paralelas para complementar a renda.

Sobre a resistência ao acultramento do modo de vida camponês no Curiaú, alguns moradores como a senhora Orlandina Banha, 73 anos, diz que “colocar roça” e “fazer farinha” é uma “tradição”. Ela mesma, todos os anos manda “colocar roça”, mesmo não tendo condições de ir para o roçado. Nesta fala, se observa o aspecto simbólico de valores de uso e de troca que resistem às mudanças na estrutura organizacional das famílias. Na casa de farinha da família da senhora Nazaré Menezes, 54 anos, na ilha do Piauí, nos “dias de farinha” os irmãos trabalham das 6h da manhã até às 19h, principalmente se possuem “encomenda” feita por algum conhecido de Macapá. A produção precisa atender também aos irmãos que trabalham em todo o processo produtivo. Eles afirmaram que comprar farinha é algo que “não

passa pela cabeça”, pois o Curiaú tem terra para plantar, apesar de já ter famílias comprando farinha.

2.7 OUTRAS PRÁTICAS DE CULTIVO DO CURIAÚ

Entre os moradores do Curiaú quem também não desiste da agricultura é o senhor Sebastião Menezes da Silva. Este possui larga experiência desenvolvida, a partir dos ensinamentos do seu pai e devido a sua curiosidade, criatividade e proximidade com a terra do Curiaú onde nasceu e se criou. Faz experiências com sementes para ver qual se adapta melhor ao terreno seco ou molhado, com espécies frutíferas, leguminosas e outras obtendo sucessos em umas e em outras não.

No entanto, garante que foi assim que seus avós e bisavós produziram toda a vida no Curiaú, sem “essas técnicas que usam produtos que fazem mal pra terra e pra quem planta, colhe e come os alimentos”. As técnicas de plantio não seguem os padrões da extensão rural adotada no Brasil na década de 1940. “Modelo” baseado na intensificação da produção através do uso de maquinários e agrotóxicos sempre foi recusado pelos agricultores do Curiaú.

Segundo o senhor Sabá, como também é conhecido no Curiaú e em Macapá, desde as primeiras tentativas realizadas por técnicos extensionistas rurais do Estado na comunidade, estas não obtiveram sucesso. Pois, os agricultores acabavam optando pelas técnicas utilizadas pelos antepassados. É comum o agricultor do Curiaú não saber a quantidade plantada ou produzida naquele ano. Assim como, é comum não saber o tamanho da área de terra utilizada para o plantio, ou mesmo o uso de uma unidade de medida agronômica.

Durante mais de dez anos o senhor Sabá produziu uma variada quantidade de leguminosas e hortaliças sem seguir nenhuma orientação técnica apenas se orientando pelas instruções das embalagens das sementes. Sobre este particular, muitas espécies testadas se apresentavam favoráveis às experimentações, a exemplo do jerimum e do maxixe comercializados em Macapá. Ele garante que a terra do Curiaú é boa para plantar sem necessidade de utilizar produtos químicos, ou seja, são produzidos de forma agroecológica como ele vem praticando na floresta de várzea.



Fotografia 9: Leguminosas de diferentes tipos entre elas abóboras e jerimuns colhidas na roça da família do senhor Sabá localizada na floresta de várzea
 Fonte: Queiroz (2006)

Os moradores do Curiaú possuem nas lembranças a quantidade e a diversidade de espécies frutíferas e vegetais que as famílias da comunidade produziam na área de várzea, confirmando uma das frases mais ouvida por mim do senhor Sabá “no Curiaú tudo que planta dá”. Perguntei a ele sobre as mudanças ocorridas na agricultura ao longo do tempo e fez a seguinte observação:

[...] a comunidade do Curiaú tinha pouca gente e a produção era grande porque todo mundo plantava. E porque também tinha uma questão que tá se falando de meio ambiente que as áreas de terra elas tavo menos cansada do que tá hoje. Então você fazia uma pequena área, mas aí ela aumentava o rendimento da produção, e depois tinha o fator chamado irmandade, o que quer dizer isso? Família junta que resultava num tipo de mutirão para fazer qualquer tipo de trabalho. Brigavam, mas num momento de trabalho num momento de doença tavo tudo ali junto, isso se chamava amizade familiar e com tudo isso fazia com que aquele rendimento do trabalho ou a produção aumentasse [...] (Informação verbal²⁷).

O senhor Sebastião Menezes na companhia da senhora Celina Menezes, sua esposa, possuem na agricultura sua principal atividade econômica. Suas áreas de roça estão na terra firme e na várzea, os dois trabalham revezando as atividades na área de roça. A senhora Celina Menezes é uma das muitas mulheres que trabalha na agricultura do Curiaú e uma das poucas que atualmente leva produtos para feira do agricultor em Macapá e foi uma das primeiras mulheres a levar no “carro da feira”²⁸ a produção para vender.

²⁷ Entrevista com o senhor Sabá, realizada em agosto de 2006.

²⁸ Existe uma política de transporte voltada para a distribuição da produção de agricultores em alguns povoados e municípios próximos a cidade de Macapá desde a década de 1990. Os caminhões são cedidos pela Secretaria de Agricultura do Amapá para recolher a produção juntamente com os agricultores e levá-los à feira do produtor de Macapá.

As vezes que tive a oportunidade de ver a senhora Celina embarcando sua produção às quintas-feiras no caminhão em frente a sua casa observei a variedade de produtos que esta levava cuja produção era do próprio quintal. Havia semanas que faltava espaço para farinha de mandioca, tucupi, quiabo, maxixe, jerimum, banana, laranja, tangerina, maracujá e os bolos que ela mesma preparava durante as primeiras horas da manhã também para vender na feira. A produção da família do senhor Sebastião da Silva também é comercializada em supermercados cuja relação é mantida há algum tempo através do fornecimento principalmente de leguminosas. Algumas pessoas também vão até sua casa comprar laranja, tangerina, maracujá, caju, ou seja, frutas que são cultivadas nas árvores do quintal.

Para Silva (2004) existe a “vocação das terras e das pessoas do Curiaú para agricultura”. Na ocasião em que precisava fazer “capina” da área de várzea para que o mato não invadisse a planta o e também para plantar outras espécies vegetais, contava com sua força de trabalho, um ter ado e uma vara improvisada para levantar o mato. Em uma das ocasiões quando a produ o era um pouco acima do comum chamava um sobrinho e seu filho para “ajudar” no serviço. O “pagamento” simbólico se dava com frutos e legumes da própria roça.

Sua produ o de milho, abóbora, maxixe, quiabo, banana localizada na área de várzea (Fotografia 10) ocorre nos moldes antigos de “roçar, esperar secar, tocar fogo, esperar a chuva, plantar e fazer capina quantas vezes for necessário”. A  rea de várzea corresponde a uma tarefa (1 ha) e a de terra firme plantam mandioca em quase três tarefas (3 ha). Nenhuma das áreas está localizada próxima da sua casa, a área de terra firme está distante 7 km, segundo ele.



Fotografia 10: Roça de milho e de banana da família do senhor Sabá na área de várzea
Fonte: Queiroz (2006)

A área de várzea esta a aproximadamente 3 km do local da sua casa, e para chegar se vai a pé ou de bicicleta até um trecho da vila, depois atravessa 25 minutos em canoa, depois de caminhar vinte minutos aproximadamente dentro da mata de capoeira alta se chega às plantações de milho, maxixe, jerimum, banana, goiaba e mesmo açaí. A opção de plantar a essa distância é justificada pela presença dos búfalos que estão destruindo as plantações de muitas famílias no Curiaú.

Foi possível notar em algumas casas que a plantação de mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) está no quintal da casa, e que na maioria das vezes está cercada para proteger dos animais. As roças estão sendo transferidas para os quintais com os mesmos equipamentos manuais e artesanais a exemplo da recém construída no quintal da casa do senhor Sabá.

Segundo as famílias as roças e as casas de farinha já estiveram em locais mais distantes das casas, ou seja, na proximidade do lago, como mencionamos. No entanto, se referem também ao tempo que não existia tanta “gente de fora” “rondando a comunidade” e também tinham mais pessoas das famílias para “colocar roça” sem falar que não existia também a criação de búfalos no Curiaú.

3 POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO PARA O AMAPÁ E INTERVENÇÃO NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DO CURIAÚ

O uso e o controle do território quilombola do Curiaú por parte das famílias vem sofrendo intervenções que refletem as disputas e os interesses divergentes entre atores sociais distintos aproximadamente ao longo das últimas cinco décadas. Tais alterações quanto ao uso e ao controle do território estão diretamente relacionadas às “políticas de desenvolvimento” implementadas na Região Amazônica e demais regiões do país. O papel institucional do Estado, através de políticas públicas de cunho desenvolvimentistas, iniciou a violação das estratégias de sobrevivência de famílias que dependiam diretamente dos recursos naturais disponíveis em territórios ocupados secularmente.

Desta forma, a partir de 1940, inicia-se o processo maior de intervenção do Estado na Amazônia, quando por Getúlio Vargas é instituído um conjunto de propostas para reestruturar o Estado e dividir geograficamente a região. A primeira experiência em planejamento regional ocorreu em 1946 com o Plano de Desenvolvimento da Amazônia com a Política de valorização da Amazônia, em 1952, embasado pela ideologia da política de desenvolvimento voltada para a modernização, social, econômica e política da região (BASTOS, 2006).

Nas décadas de 1950 e 1960 a implantação da Política Desenvolvimentista do Governo Federal propiciou a instalação de grandes projetos econômicos, ao mesmo tempo em que mobilizou a população de outras regiões para ocupar os chamados “vazios demográficos amazônicos”. Segundo Brito (2001), as políticas de desenvolvimento para a Amazônia foram marcadas, definitivamente, por um novo modelo de integração econômica para a região.

Os processos de modernização a partir de 1970 e 1980 levaram o Estado brasileiro a incentivar a indústria, o transporte rodoviário e a integração nacional, a custo de intenso processo de reestruturação fundiária em todo país provocando a expropriação dos meios de produção de agricultores, extrativistas, índios, camponeses, quilombolas e outros grupos sociais que ocupavam seus territórios.

Segundo Dourojeanni (1998) somente a partir da última metade do século XX é que vamos observar mudanças nos enfoques teóricos sobre desenvolvimento na Amazônia. O conceito de desenvolvimento tão freqüente até os anos 1950 evoluiu da perspectiva de “conquista, exploração e ocupação” para o conceito de “desenvolvimento sustentável”²⁹,

²⁹ Diegues discute o conceito de “desenvolvimento sustentável” ampliando o debate ao conteúdo e considera o conceito “sociedades sustentáveis” mais adequado que o de “desenvolvimento sustentável” [...] na medida que este permite a cada uma delas definir seus padrões de produção e consumo, bem como o de bem-estar a partir de sua cultura, de seu desenvolvimento histórico e de seu ambiente natural [...] (DIEGUES, 2001, p. 52).

ultrapassando o “desenvolvimento racional” dos anos 1960 e o “ecodesenvolvimento” das décadas de 1970 e 1980.

O novo paradigma do desenvolvimento nasce do reconhecimento de que a humanidade atravessa uma crise sem precedentes. Uma crise que é ao mesmo tempo generalizada – econômica, social, política e institucional – global, cujas origens e alternativas de solução transcendem as fronteiras nacionais, dado o esgotamento do modelo de desenvolvimento ecologicamente predatório, socialmente perverso e politicamente injusto, até aqui estabelecido (GUIMARÃES, 1998; MARTINEZ ALIER, 2004; SACHS, 2007; VEIGA, 2008; LEFF, 2006).

Neste contexto de mudanças paradigmáticas sobre sustentabilidade ambiental e racionalidade produtiva do capital as famílias quilombolas do Curiaú são impactadas pela penetração das ações do estado desenvolvimentista, que busca a racionalidade econômica, sem levar em consideração as populações locais que até hoje sofre repercussões destas intervenções em suas formas e estratégias de sobrevivência, dadas as alterações no modo como estas fazem e faziam uso dos recursos naturais.

No Curiaú, a destruição de sistemas ecológicos que eram utilizados por seus ancestrais vem se tornando cada vez mais rarefeitos, devido à extinção de espécies importantes para a sobrevivência destas famílias, como é o caso das atividades de pesca, caça ou mesmo da retirada de recursos da mata (MARIN, 1998; TRINDADE, 1999). Ao longo das últimas cinco décadas este processo tem provocado violações que afetam diretamente as fontes de trabalho e os meios de vida.

3.1 A CONSTRUÇÃO DA ESTRADA E DA PONTE SOBRE O LAGO DO CURIAÚ

O território do Curiaú apresenta-se como um espaço de diferenciações sociais e simbólicas em que as famílias se esforçam para manter a estrutura cultural, social, ecológica e econômica na medida em que ações arbitrárias do poder público são promovidas com ações devastadoras (TRINDADE, 1999) empreendendo no território lutas de poder a partir dos interesses específicos e diferenciados.

As primeiras intervenções no modo de vida das famílias quilombolas do Curiaú em função das medidas adotadas para a integração da economia do território federal do Amapá³⁰

³⁰ Desmembrado do Pará, teve sua área organizada a partir dos municípios de Almerim, pelo seu distrito de Arumanduba (31.249 km²), Mazagão (19.558 km²) (a união dessas duas áreas originaram o município de Mazagão), Macapá e Amapá. A partir de então, o Amapá passou por reestruturações territoriais municipais

são percebidas a partir do Primeiro Plano Quinquenal da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1955. Segundo Marin (1997), foi especificado para o território federal do Amapá a “Construção do Ramal do Curiaú” que se vinculava ao programa de Melhoramento da rodovia BR-156. No entanto, foi no I Plano de Desenvolvimento do Amapá – Detalhamento do II PND, de 1976, que se definiu seu traçado para o importante asfaltamento do trecho Macapá/Porto Grande.

A estrada que corta o Curiaú de Fora e o Curiaú de dentro segundo o II PND era o único acesso a Usina Hidrelétrica de “Coaracy Nunes” (UHCN). A estrada antiga de chão batido que terminava no lago do Curiaú foi transformada em rodovia do Curiaú. O local fora inserido globalmente nas “áreas prioritárias para projetos agropecuários e pesqueiros”³¹ desde o I PND para o Amapá (MARIN, 1997, p. 53). Neste mesmo momento, o Governo Central iniciou um período de amplos incentivos financeiros destinados aos planos de valorização econômica da região³². O que para se viabilizar a nova atuação estatal sobre a região, foram colocadas em prática algumas ações, como: a revisão do sistema bancário regional (ao transformar o Banco de Crédito da Borracha em Banco de Crédito da Amazônia) e os investimentos no setor primário regional (PORTO, 1998, p. 19).

Neste particular, o papel institucional do Estado através das políticas desenvolvimentista para a região violaram direitos de uso comum dos recursos naturais de diferentes grupos sociais. No Curiaú tais intervenções contribuíram para a formação de estruturas desiguais de acesso ao uso, à distribuição e ao controle do conjunto de recursos naturais no território quilombola. Ou seja, as regras de uso comum utilizadas pelas famílias são ignoradas e desrespeitadas como afirma Silva (1998), quando diz que “não procuraram ter conhecimento com as coisas da comunidade, da história, meteram e esbandalharam com tudo... pelo menos a estrada sobre o lago foi feita sem tomar conhecimento à comunidade, foi imposto...”

resultantes de: preocupações geopolíticas (Oiapoque), atuação de empresas nas suas áreas (Santana, Laranjal do Jari, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio, Porto Grande e Vitória do Jari), pela exploração aurífera (Calçoene), pela construção da Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes (Ferreira Gomes) e de movimentos políticos locais (Tartarugalzinho, Cutias, Itaubal, e Pracuúba).

³¹ Na década de 1970 os produtores se organizaram para escoar a suas mercadorias e fundaram a SOCEAPE, uma cooperativa que teve pouco tempo de funcionamento (MARIN, 1997).

³² No Amapá, este momento coincide com o início da produção mineral da ICOMI, em 1957, empresa brasileira que se encontrava prospectando o manganês desta região, desde o final da década de 1940, quando foi elaborado um contrato para o aproveitamento deste minério e assinado entre esta empresa e o Governo Federal. Com o contrato em execução, organizou-se o investimento infra-estrutural visando a viabilização da produção, tais como a construção de residências para os seus funcionários, de prédios administrativos, ampliação das ruas da capital, ampliação do porto de Santana, a implantação de uma ferrovia ligando a jazida de manganês (localizada na Serra do Navio) ao porto de Santana e o início das obras da Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes (UHCN).

Ocorrem diversas mudanças políticas e econômicas no entorno de Curiaú e nas relações dos moradores com os governantes do território e a cidade. Em função principalmente da diminuição das distâncias em vários sentidos, a ida a cidade nesse momento foi intensificada, pois, dificilmente nas suas relações comerciais os comerciantes de Macapá se aproximavam do Curiaú.

No governo de Janary Nunes na década de 1940, no recém criado território federal do Amapá foram instituídas ações que afetaram diretamente os povoados negros, como a criação de Mazagão Novo, a desapropriação de áreas ocupadas por negros no Largo São João – suas casas e quintais – para a construção de prédios públicos. Estes por sua vez passaram a ocupar o Laguinho. No Curiaú a intervenção representou o alargamento da picada³³ que passava a adquirir forma de estrada para rodagem de autos e caminhões, com uma extensão de aproximadamente 16 km, unindo Macapá e Curiaú de Dentro.

A construção da estrada sobre o lago, segundo Trindade (1999), foi o divisor de águas na história do Curiaú, pois foi responsável por causar problemas de ordem ecológica e econômica e social quando o aterramento para passar a estrada ocasionou a dificuldade da descida das águas com o desaparecimento das “ilhas de mata” e poços. Além da proximidade cada vez maior do território quilombola da cidade de Macapá, causando o medo da invasão e da desterritorialização. Tais sentimentos são identificados também no que as famílias do quilombo chamam de “invasão da cidade” “que transforma Curiaú em lazer dos habitantes de Macapá, seu balneário, o lugar cobiçado para especulação imobiliária da cidade e de concretização de uma política oficial de *marketing*” (MARIN, 1998, p. 39).

3.2 PERDAS TERRITORIAIS

O território quilombola do Curiaú já haveria compreendido uma área de aproximadamente 16.000 ha, o que corresponde a um tamanho cinco vezes maior do que seu tamanho atual de 3.321.89 ha. A diferença entre as duas áreas representa 12.679 ha, que teriam sido palco das perdas territoriais que estes sofreram pelo menos nos últimos vinte anos. Existindo até hoje dúvidas a respeito do real tamanho do território.

³³ Picada fora a abertura de um quilômetro de estrada aberta em direção a Macapá na parte considerada mais alta do Curiaú na “banda do cerrado”, responsável pelo surgimento do Curiaú de fora. Na realidade Curiaú nasce com concentração das casas das famílias no entorno do lago, pois este representa a proximidade das áreas de procura de alimentos, de abertura de roças, do lugar do banho e simbolicamente de parte importante da sua história, beleza e paisagem (MARIN, 1998, p. 48).

O atual Curiaú corresponde restritivamente a uma superfície de 16.000 ha. Familiares do grupo que viviam na casa grande venderam a pequenos e médios fazendeiros seus direitos de posse. No trajeto da denominada Caduforno até São Francisco da Casa Grande observam-se as cercas das fazendas [...] As terras do Curiaú estão rodeadas por conjuntos (Brasil Novo), bairros (Novo Horizonte) e “invasões” como a conhecida Capilândia [...] De outro lado, encontram-se muito próximas as “bonitas fazendas” e residências de luxo de empresários, funcionários e autoridades públicas. Oito fazendeiros algum tempo atrás adquiriram direitos nas extremas do Curiaú, conforme nos informou o presidente da associação dos moradores pelo que esperam receber indenização, no ato de proceder-se à titulação solicitada pelo grupo.[...] as memórias sobre experiências de deslocamento do grupo negro referem-se a um território mais amplo, progressivamente incorporado no mundo das suas relações sociais ao longo do tempo. Recordam Campina Grande, Matapi, Ilha dos Porcos, Igarapé dos Lagos, Pedreira, Lago Novo, Maruanú, Lagoa dos índios, Passo dos bois, Engenho, Matagal, Ilha do Pará, Mazagão ou atravessando o Canal Norte, atingiram lugares da ilha do Marajó (Afua, Anajás, Portel). Todos eles formam pontos de referencia para as trocas econômicas, culturais (festas) e simbólicas (casamentos) dos moradores do Curiaú [...]. (MARIN, 1997, p. 42).

As recorrentes perdas territoriais teriam iniciado efetivamente segundo as próprias famílias do Curiaú na década de 1980, em função, de uma “negociação” realizada entre algumas lideranças locais e o governo municipal³⁴ de Macapá sem que todas as famílias fossem consultadas a respeito. No acordo, seria realizada a pavimentação da atual rodovia do Curiaú. A área dada em troca da negociação de aproximadamente 3.000 ha foi destinada ao loteamento para a construção de casas populares, nos atuais Jardim Felicidade I e II, bairros instituídos como de fronteira no Curiaú.

A área do Curiaú era muito maior, abrangia parte do bairro Capilândia, que hoje se chama Novo Horizonte. Na época, o prefeito João Alberto Rodrigues Capiberibe loteou a área sem o consentimento dos moradores do Curiaú. Quando eles ficaram sabendo o que estava sendo feito, as máquinas estavam limpando, chegando a destruir as roças de mandiocas, naquelas áreas. Os líderes da comunidade e um grupo de pessoas foram até o prefeito para reclamar e tomar satisfação da questão. Segundo eles o prefeito disse que não tinha mais jeito. O mesmo perguntou aos moradores. O que devo fazer para recompensar o acontecido? Os líderes responderam: queremos que o senhor asfalte a rodovia em troca desse pedaço de terra [...] E a comunidade perdeu aquela área que se chamava Bacaba e Mirinzal (SILVA, 2004).

As perdas territoriais ocorridas no Curiaú comprometem os recursos naturais necessários para a sobrevivência das famílias. As áreas de ocupação no entorno do quilombo (Mapa 4) comprometem também o modo de viver das famílias que passam a conviver com a ameaça de perdas materiais e simbólicas no seu território. Além da precariedade dos bairros formados sem a implementação das políticas públicas necessárias.

³⁴ Na perspectiva de cumprir compromissos assumidos durante a candidatura voltada para a concessão de lotes de terra negociou junto às lideranças a aquisição dessas em troca do asfaltamento da via principal de acesso ao Curiaú.



Mapa 4: Áreas de ocupação no entorno do Quilombo do Curiaú
 Fonte: Elaboração a partir da pesquisa (2007)

As terras nomeadas por Francisco Inácio, como do Curiaú, compunham uma extensão de aproximadamente 6.000,00 ha³⁵, comprometidas com as perdas territoriais. Segundo o que se sabe é que destes 6.000 ha só restariam 3.321.89.31 ha após a titulação das terras como de quilombo, cujo limite seria ao norte com as glebas Matapi, Curiaú e Vila Nova; ao sul com a área urbana da cidade de Macapá; ao leste com a margem direita do rio Curiaú; e a oeste com a comunidade de Curralinho (SILVA, 2004).

Esta dinâmica ocorre no final da década de 1980 conforme mencionado quando o território amapaense passa a ser estado da República Federativa do Brasil. A transformação do Amapá em estado, a partir da Constituição de 1988, provocou mudanças na dinâmica espacial da região com uma significativa migração interna que levariam instituições a fazerem

³⁵ Informação prestada na Associação dos Moradores de Curiaú e que constam do roteiro para levantamento e formação de banco de dados sobre *Comunidades Remanescentes de Quilombos e suas Manifestações Culturais* (MARIN, 1990, p. 40).

imposições concretas e simbólicas sobre o território do quilombo juntamente a uma especulação sobre o solo urbano, que se produz neste caso, segundo Marin (1997), na forma defasada de um plano diretor urbano³⁶. A partir da criação da sua constituição estadual em 1991 foram traçadas linhas para a política urbana³⁷.

A Lei do Livre Comércio de Macapá e Santana (LCMS) criada no mesmo ano da elaboração da proposta para o Plano Diretor dos municípios do estado contribuiu também para as mudanças na dinâmica espacial dos principais núcleos urbanos do Amapá, como Macapá e Santana, em função do impulso dado ao movimento migratório. O Programa de Desenvolvimento Sustentável (PDSA), criado pelo governo de João Alberto Capiberibe também se remete como um dos responsáveis por esses fluxos migratórios principalmente de pessoas oriundas do estado do Pará (BASTOS, 2006).

3.3 A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO RIO CURIAÚ

No final da década de 1980, novas medidas foram tomadas por órgãos públicos que implicavam na alteração da estrutura social e ecológica do território quilombola do Curiaú. A Coordenadoria Estadual do Meio Ambiente (CEMA), tentou criar a Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) (Decreto N° 89.336, de 31.01.1984, da legislação ambiental). Esta foi a primeira tentativa de criação de um território protegido com o intuito de instituir normas para o uso dos recursos no Curiaú.

Segundo Diegues (2000), no período que compreende o período de 1964-1980 em certos países como no Brasil, as práticas de ditadura militar se fortaleceram quando as normas democráticas foram abolidas à força. Nestes vinte anos, segundo ainda o autor, as áreas protegidas e as políticas públicas sobre o meio ambiente foram decididas e impostas sem consulta à população, como aliás era feito para as demais políticas públicas.

Neste sentido, o estado do Amapá passa a propor políticas de intervenção sobre o território de uso comum outra organização espacial, sobre a justificativa da “sustentabilidade ambiental”. A sobreposição da “APA³⁸ do rio Curiaú” ocorre sobre o território do Curiaú de

³⁶ Em 1989 o então prefeito de Macapá dirigiu-se ao presidente do INCRA solicitando da autoridade federal a “doação de toda a “gleba” contígua à área urbana desta cidade” indicando uma planta colorida da cidade uma superfície total de 19.810 há com o fim de institucionalização de um novo perímetro urbano para a cidade de Macapá. Justificada pela concentração urbana segundo este na cidade de Macapá.

³⁷ A política de desenvolvimento urbano tinha como objetivo ordenar e harmonizar o crescimento através da elaboração do Plano Diretor dos municípios com mais de 5.000 habitantes.

³⁸ De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação instituído pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. “as *Áreas de Proteção Ambiental (APAs)*, em geral é uma área extensa com certo grau de ocupação humana., dotada de atributos abióticos, bióticos e estéticos ou culturais especialmente importantes para a

Dentro e Curiaú de Fora e mais três povoados vizinhos (Casa Grande, Curralinho e Mocambo), através do Decreto nº 1.417 de 28 de setembro de 1992, que denota outra tipologia de apropriação e desterritorialização do território quilombola, cujo responsável é o Estado.

Neste sentido, chama-se a atenção para a importância da diversidade ecológica existente no território da APA do rio Curiaú e a relevância desta para garantir o sustento das 1.500 famílias que compõe os cinco povoados, principalmente através do uso e do consumo direto. A “Tragédia dos comuns”, revivida em sua versão moderna, exerceu influência sobre o que seriam as causas e os efeitos no curto e no longo prazo das ações antrópicas sobre os recursos naturais, especialmente em áreas de florestas tropicais.

O resultado foi o estabelecimento de acordos de cooperação internacional com o intuito de se aplicar políticas públicas de controle, conservação e preservação dos recursos naturais. Os estados brasileiros, assim, passaram a adotar leis ambientais e fazer alterações em suas leis florestais, a fim de atender aos aspectos globais dos acordos que fazem parte da dinâmica política, econômica, ambiental e social das instituições globalizantes. Dessa maneira, conforme Mehta et al. (2002, p. 113):

Nas últimas décadas tem se visto um crescimento e influência das instituições nacionais e supranacionais de gestão [...] que estão cada vez mais enraizadas num conjunto maior de processos econômicos e políticos globalizados [...] Estas instituições globais influenciam cada vez mais no controle dos recursos e seu manejo e intercâmbio articulando-se assim direta e indiretamente às práticas locais de manejo dos recursos. O crescimento destas instituições é válido para o âmbito dos problemas ambientais, particularmente para aqueles considerados de âmbito global e, portanto se sobrepondo a soberania dos Estados-nação.

As instituições globais não conseguem, segundo Mehta et al. (2002), alcançar um dos problemas principais que atinge os interesses na atualidade das famílias que vivem em áreas de floresta e fazem uso comum dos recursos, que são as incertezas que afetam diretamente seu modo de sustento. A interferência das instituições globais no modo de sustento das famílias tem contribuído para a criação e recriação das suas modalidades de reprodução, material, social e simbólica, como forma de respostas às ameaças que estes vêm sofrendo sobre o acesso e o uso de seus recursos naturais (DIEGUES, 2002).

Martinez Alier (2004), ao analisar a “Tragédia dos comuns”, considera que apenas duas situações foram postas, a de “acesso aberto” chamada falsamente de “comuns” e a propriedade privada, considerando em particular o crescimento populacional. No entanto,

qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivo básico proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais”.

descartou as pressões de mercado, dando espaço para uma outra classificação de propriedade, que seria: acesso aberto, propriedade comunitária com regras de uso para os membros; propriedade privada e propriedade estatal. No caso específico da propriedade comunitária afirma que:

Todos os proprietários têm o direito de usar os recursos (nem sempre em partes iguais), todavia os que não são proprietários são excluídos de seu uso. Pode acontecer que em situações de propriedade comunitária abuse dos recursos se as regras não são respeitadas. Pode ser que a comunidade se veja cada vez mais em uma lógica comercial em detrimento da lógica de valor de uso (MARTINEZ ALIER, 2004, p. 109).

A APA³⁹ do rio Curiaú possui em sua totalidade uma extensão de aproximadamente 21.676 ha (GARCIA; PARQUIS, 2000), declarada por meio do Decreto nº 1419/92 como patrimônio cultural do estado do Amapá, devido a sua diversidade cultural e ecológica. De acordo com o seu estatuto a APA do Rio Curiaú (Fotografia 11), é de uso direto e de jurisdição estadual⁴⁰. Para Diegues (2000), esse tipo de imposição geradora de conflito se reporta à ecologia política ou a política *tour-court* na medida em que o Estado impõe sobre espaços territoriais onde vivem populações tradicionais outros espaços tidos como “modernos e públicos”. Para Bonnie (2002), a proposta de intervenção do Estado sobre os recursos naturais de uso comum, denota a concepção da “Tragédia dos comuns” que impõe restrições regulatórias, programas de racionalização e até mesmo de privatização dos recursos, contribuindo para uma possível redução da capacidade de determinados grupos sociais de manejar seus próprios recursos.

A APA do rio Curiaú, criada pelo Decreto 1417, de 28 de setembro de 1992, tem como principal objetivo proteger os recursos ambientais e os sistemas naturais ali existentes, visando a melhoria da qualidade de vida das famílias residentes. A justificativa encontrada a partir da análise dos diferentes discursos sobre a criação da APA, denota um contingente de acontecimentos recorrentes que, segundo Marin (1997), envolvem conflitos por recursos naturais e por áreas de terras para a especulação imobiliária e a construção de condomínios de luxo no território.

³⁹ A Lei 9.985/2000, que institui o SNUC, prevê que os estados, o Distrito Federal e os municípios podem criar UC de todas as categorias nos territórios sob a sua jurisdição. Existem no Brasil 492 UC estaduais enquadradas nas categorias do SNUC.

⁴⁰ A primeira área de proteção criada no Brasil data da década de 1937⁴⁰, no entanto, é a partir da década de 1990 que se cria e legitima as Unidades de Conservação com programas de governos nacional e estadual devido a forte pressão internacional pela manutenção e conservação da floresta Amazônica. Neste sentido, a criação da APA do rio Curiaú corresponde ao período de formação de um mosaico de áreas de proteção ambiental no território amazônico e especialmente no Amapá.

Neste sentido, o crescimento populacional da cidade de Macapá provocou uma concentração desordenada de áreas consideradas ainda rurais, pressionando cada vez mais os recursos em especial os localizados em áreas de terras firmes e de várzea como as do Curiaú. Dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam para o período de 1991 a 2000, o estado do Amapá como o que apresenta a mais alta taxa de crescimento demográfico do país na década de 1990, correspondente a 64,42%.



Fotografia 11: Algumas placas de identificação da APA do rio Curiaú podem ser vistas ao longo da AP-70

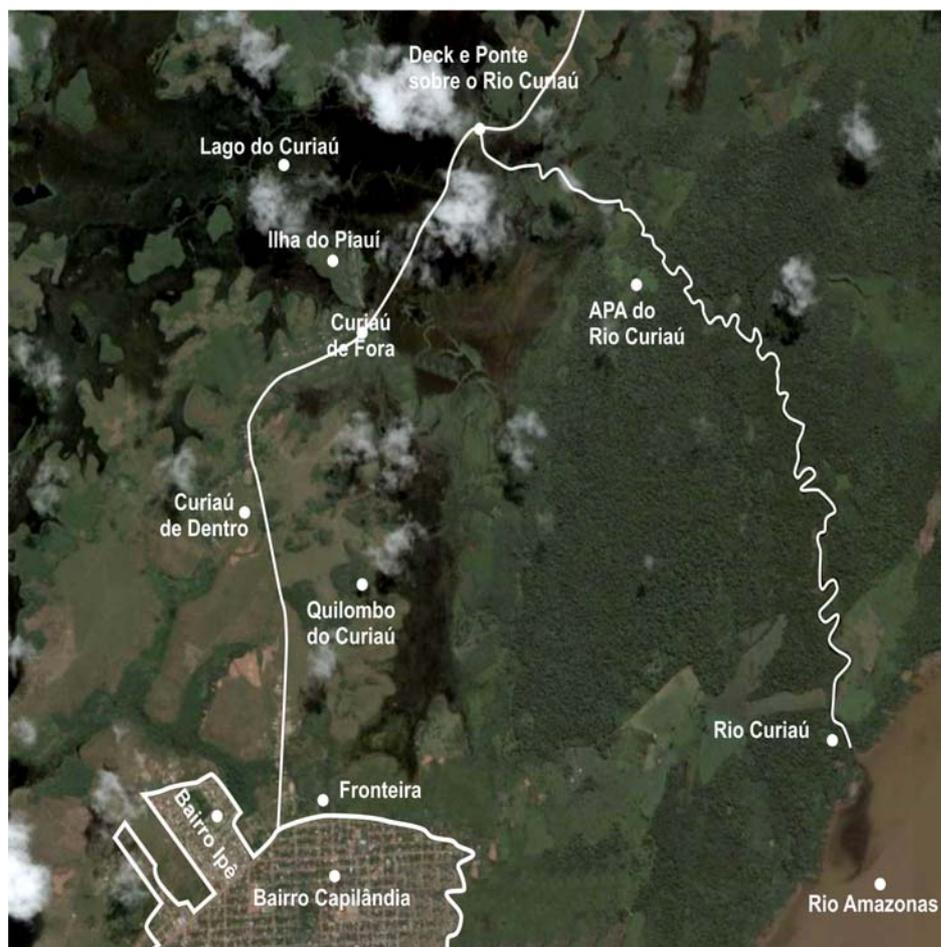
Fonte: Queiroz (2006)

Dados do IBGE (2000) apontam ainda que o Amapá possui uma população urbana com 89,02% localizada principalmente nas sedes municipais de Macapá e Santana que juntas concentram 76,27% da população total do estado. Macapá apresenta uma área de 6.562,41 km² com uma densidade demográfica de 43,10 hab/km². O êxodo rural também é outro fator importante na análise da dinâmica espacial urbana da cidade, pois este ocorre com o deslocamento dentro do próprio Estado. Em 2000 a população urbana de Macapá atinge 95,52%, em detrimento da rural que apresenta 4,48%.

Segundo Bastos (2006) as transformações ocorridas no espaço urbano do município de Macapá se deram em função do que os autores chamam de “inchaço urbano” que provoca a desordem do processo de urbanização e a falta de infra-estrutura básica para a população. Além de expressar, sobretudo, as desigualdades socioespaciais agravadas, tanto no centro da cidade, como em direção a áreas até então consideradas rurais. O espaço da cidade e do campo estão sujeitos à especulação imobiliária. Áreas que até bem pouco tempo

caracterizavam o espaço rural de Macapá começaram a sofrer pressão imobiliária pela proximidade com o centro da cidade.

A pressão urbana sobre o território do Curiaú contribui para que as famílias quilombolas encontrem estratégias simbólicas para assegurar o direito sobre o território. Elas passaram a ocupar a área de “fronteira” que faz divisa com os bairros do Brasil Novo, Novo Horizonte, Capilândia e Ipê⁴¹ (Mapa 5), com o objetivo de conter o avanço da cidade para as terras do Curiaú, construindo inclusive, uma “cerca viva” (Fotografia 12) com espécies de árvores locais.



Mapa 5: O avanço da cidade de Macapá em direção às terras do Curiaú

Fonte: Elaboração a partir da pesquisa (2007)

É neste contexto que a criação da APA do rio Curiaú surge enquanto uma possível solução do Governo do Estado, com a justificativa de conter o crescimento o avanço da cidade de Macapá em direção a esta área do município. O Curiaú está localizado a 8 km do

⁴¹ Dados do IBGE (2005) apontam que até o final da década de 1990 institucionalmente surgiram alguns bairros em Macapá como: Boné Azul, Brasil Novo, Novo Horizonte, Jardim Felicidade e São Lazaro na região Norte da cidade, ou seja, área em que está localizado o território quilombola do Curiaú.

centro de Macapá, distância essa diminuída na medida em que o crescimento urbano levou o avanço à parte norte da cidade, permitindo a ameaça constante da perda do território da identidade das famílias quilombolas.



Fotografia 12: A “cerca viva” e as casas das famílias do Curiaú. Ao lado direito, o bairro Capilândia. A área ocupada por esse bairro foi uma das primeiras perdas verificadas no território quilombola de Curiaú.

Fonte: Queiroz (2006)

Estratégias para assegurar o direito de uso dos recursos e do território quilombola passaram a fazer parte da rotina das famílias, pois as pressões ocorrem sobre o território e sobre os recursos naturais necessários a sua sobrevivência (pesca, colheita do açaí e outros frutos, caça e construção de casas). Esse conjunto de problemas sociais e ambientais enfrentado pelo quilombo do Curiaú necessitava de ações imediatas que só poderiam ser solucionadas com medidas institucionais tomadas pelo governo local e provocadas pelos próprios quilombolas.

A luta voltada para os interesses ecológicos e sociais de populações pobres, segundo Martinez Alier (2004), se remete a outra categoria de análise da preocupação ambiental. Esta seria de interesse principalmente social, pois o objetivo maior é garantir os recursos materiais necessários para a sobrevivência. É uma preocupação pelos que dependem diretamente dos recursos naturais disponíveis em seus territórios que passaram a ser alvo de interesses externos, de lutas e conflitos.

As relações ecológicas e sociais estabelecidas no território do Curiaú são fundamentais para compreender a dinâmica do grupo. Segundo Pritchard (1976), essas dinâmicas são percebidas através da cultura material simples que é capaz de dizer o quanto o grupo depende

dos recursos naturais para seu sustento. Sobre este aspecto podemos considerar que “tradicionalmente a terra e o trabalho não estão separados, pois, o trabalho é parte da vida, a terra continua sendo parte da natureza, a vida e a natureza formam um todo articulado. A terra se liga às organizações de parentesco, vizinhança, profissão e credo” (POLANYI, 2000, p. 214) estabelecido no grupo definindo, assim, seu território.

A função econômica é apenas uma entre as muitas funções vitais da terra. Esta dá estabilidade a vida e ao homem; é o local da sua habitação, é a condição da sua segurança física, é a paisagem e as estações do ano. Imaginar a vida do homem sem a terra é o mesmo que imaginá-lo nascendo sem mãos e pés. E, no entanto, separar o homem da terra e organizar a sociedade de forma tal a satisfazer as exigências de um mercado imobiliário foi parte vital do conceito de uma economia de mercado (POLANYI, 2000, p. 214).

Diegues (2000) afirma que o homem está dentro da natureza, e essa realidade não pode ser abolida, pois ela não é o meio exterior ao qual o homem se adapta. O homem é natureza e a natureza seu mundo. Capaz de produzir através das relações sociais e ecológicas o saber e o saber fazer, a respeito do mundo natural e sobrenatural, gerados no âmbito da sociedade não urbano/industrial e transmitidos oralmente de geração para geração.

As populações tradicionais não só convivem com a biodiversidade, mas nomeiam e classificam as espécies vivas segundo suas próprias categorias e nomes. Uma importante diferença é que essa natureza diversa não é vista como “recurso natural”, mas sim como um conjunto de seres vivos que tem um valor de uso e um valor simbólico, integrado numa complexa cosmologia [...] Neste sentido, pode-se falar numa etnobiodiversidade, isto é, a riqueza da natureza da qual participam os humanos, nomeando-a, classificando-a, domesticando-a, mas de nenhuma forma nomeando-a selvagem e intocada [...] Pode-se concluir que a biodiversidade pertence tanto ao domínio do natural e do cultural, mas é a cultura como conhecimento que permite que as populações possam entendê-la representá-la mentalmente, manuseá-la e, freqüentemente, enriquece-la [...] Eles pertencem a um lugar, um território como locus em que se produzem as relações sociais e simbólicas (DIEGUES, 2000, p. 31).

Neste sentido, a função do território dos recursos para as famílias do Curiaú perpassa por um significado mais amplo do que o adotado pela lógica da especulação imobiliária e das políticas públicas ambientais implementadas no território, com o intuito de “preservar” a cultura e os recursos naturais.

José Araújo da Paixão, 50 anos, um dos fundadores e presidente da Associação de Moradores da Comunidade do Curiaú (AMCC) em 1988, período em que se iniciava o processo para instituir a APA do rio Curiaú, disse que este passo foi dado paralelo a luta do Curiaú pela titulação das suas terras de uso comum. Contudo, as duas propostas foram formuladas por agentes com interesses distintos. Pois, se por um lado a titulação das terras do

Curiaú garantiria a propriedade e o uso comum pelas famílias, por outro, a APA do rio Curiaú instituiria processos de controle e preservação, dada a pressão da cidade de Macapá, mas que acabaria comprometendo as formas de uso utilizadas pelas famílias passadas de geração para geração de manejar os sistemas ecológicos existentes no território.

A iniciativa para a titulação das terras se deu em função, segundo Joaquim Araújo da Paixão, 65 anos, “da idéia de que se todos eram uma só família e que crescemos vendo nossos pais trabalhando juntos na terra, não existia razão para que cada um tivesse seu ‘pedaço’ de terra, pois, a terra era de todos”. A afirmativa de que “a terra é de todos” apresentada pelo grupo no sentido de garantir o uso comum do território pelas famílias do Curiaú tem existência legal em certidões, a primeira de 1892, por meio do registro de posse das terras denominadas “São Joaquim do Curiaú” realizado naquele ano, por Domingas Francisca do Espírito Santo, viúva de Francisco José Ramos.

O território identificado como patrimônio comum recebido em herança dos que ocuparam a terra e fizeram o registro (MARIN, 1997) mesmo com a garantia de que as terras pertencem às famílias não foi garantia para as famílias do Curiaú, o que levou estas a exigirem a titulação das terras como de quilombo e também a criação da APA. No entanto, segundo o senhor Joaquim Araújo da Paixão, mesmo com estes instrumentos as famílias continuam sofrendo com ameaças de perda do território.

[...] a invasão tá grande, o pessoal entra de qualquer maneira, bagunçam tudo. Se tivesse um apoio das autoridades, assim, uma consciência, uma conversa. Olha pessoal vêm pra cá mas o nosso hábito é esse, assim, assim, assim [...] você não pode fazer isso porque você vai prejudicar a natureza [...] (Informação verbal⁴²).

Sobre o processo de criação da APA e a titulação das terras como de uso comum das famílias o entrevistado respondeu:

[...] aqui dentro do Curiaú tem umas pessoas [...] elas queriam ser donas do Curiaú viu, enquanto que donos somos nós porque Deus deixou a terra pra todo mundo trabalhar criar e sobreviver. Ele não deixou terra pra A nem B porque quando você nasce você já achou né minha amiga? Então a terra é de todos, agora você tem que zelar você tem que preservar [...] (Informação verbal⁴³).

O território reconhecido como de uso comum pelas famílias está presente nas falas dos quilombolas, assim como a preocupação com a persistência das invasões mesmo após a instituição da APA do rio Curiaú e da titulação das terras quilombolas. Foi principalmente por

⁴² Entrevista com o senhor Joaquim Araújo da Paixão, realizada em agosto de 2006.

⁴³ Entrevista com o senhor Joaquim Araújo da Paixão, realizada em agosto de 2006.

causa da pressão sobre o território que a AMCC passou a exigir providências institucionais, no sentido de assegurar os direitos sobre o território, assim como sobre o uso dos recursos.

Mesmo com os direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988, art. 68, as lideranças entrevistadas que faziam parte da AMCC durante o processo de titulação das terras e da criação da APA, asseguram que esta foi a única forma encontrada para frear a pressão sobre o território do Curiaú. Em relação à necessidade de preservação no quilombo, Sebastião Menezes da Silva escreve os motivos que levaram a demandar outras formas de instituições para garantir um direito adquirido.

Um deles era a chegada da cidade dentro do lugar. Mesmo nós, querendo preservar, há necessidade de mudar certas coisas pelo desenvolvimento da sociedade [...] Por causas modernas, estamos perdendo dia após dia nossos hábitos, costumes e nossa maneira de ser. [...] Hoje esse lugar ainda não foi definido como devemos chamar, se é comunidade do Curiaú, Zona Rural, vila ou interior etc. Só que a nossa identidade nós precisamos manter. É direito nosso manter esse lugar como patrimônio; temos que preservá-lo. Fazer com que o povo de fora entenda que essa beleza natural não é do governo, e ou do município, isto aqui é do Curiaú [...] Queremos ser respeitados de uma forma humana, conhecidos pela nossa origem (SILVA, 2000, p. 33).

A gravidade da pressão urbana sobre o território e os recursos naturais levou a AMCC a empreender ações políticas, desta forma, solicitou da Procuradoria Geral da República do Amapá no ano de 1995, entre outras, providências para a demarcação e a titulação definitiva de forma coletiva das terras do Curiaú, além da reintegração de posse de áreas sobre domínio de terceiros com ou sem autorização do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (MARIN, 1998). Sobre a APA também foram requeridas providências no sentido de que pouco se havia feito até então, inclusive, o Plano de Utilização que é a “condição para a sua preservação”.

A hipótese de que se a APA não tivesse sido instituída a cidade teria avançado mais ainda em direção ao quilombo é apontada por alguns moradores e lideranças que ocuparam cargos neste período, como a solução mais efetiva de controle sobre a situação. No entanto, a APA do rio Curiaú não garantiu que o território e seus recursos continuassem sofrendo pressões. O Decreto 1417 de 28 de setembro de 1992 prevê medidas para fim de garantir a manutenção das famílias que viviam nas terras e usavam os recursos que fariam parte da APA.

Um exemplo é o art. 3º do Decreto 1417 que assegura que na implantação e manejo⁴⁴ da APA do rio Curiaú seria realizado o zoneamento ambiental que serviria para definir que espécies de atividades seriam mais apropriadas para serem desenvolvidas na APA. A utilização de instrumentos legais e de recursos financeiros governamentais para assegurar a biota e o uso racional do solo também faz parte do art. 3º. No entanto, tais ações até o momento não foram realizadas pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado (SEMA).

Segundo o ex-presidente da AMCC, o senhor José Araújo da Paixão, durante a instituição da APA, a forma utilizada com as famílias foi clara e transparente. Ressaltando que a participação foi um dos principais quesitos nesse processo. No entanto, nem todos têm a mesma opinião. O atual presidente da Associação de Moradores do Curiaú⁴⁵, o senhor Noro, 55 anos, está na função há quase quatro anos, vive na área de “Fronteira” e diz que algumas coisas não ficaram claras no Curiaú durante esse período.

Sobre o processo de criação da APA do rio Curiaú ele diz que “na verdade a comunidade foi enganada pelo Governo do Estado”, pois entende que naquela época “o presidente da AMCC tinha pouca experiência sobre associação e pouco conhecimento sobre APA e meio ambiente, pois o assunto era novo no Brasil, em Macapá e no Curiaú”. O entrevistado opina que não houve um processo de esclarecimento e articulação para que as famílias soubessem de fato quais seriam os benefícios que poderiam ser gerados ou quais os efeitos negativos da criação da APA.

A sobreposição da APA ao quilombo é palco de dúvidas e incertezas sobre o futuro das famílias que dependem dos recursos para realizar suas atividades culturais, sociais, simbólicas e econômicas. Na medida em que a escassez dos recursos e a expropriação do território avançam, estes são temas centrais que norteiam as suas lutas por justiça social e ambiental no Amapá.

O quilombo do Curiaú continua sofrendo com as mesmas pressões da fase anterior à criação da APA, sem contar que passou a enfrentar outros tipos de problemas, como o da compreensão equivocada de que o território agora é de domínio público e que, por isso, qualquer pessoa pode entrar no território, invadindo e retirando os recursos.

⁴⁴ A Lei do SNUC estabelece a obrigatoriedade de que cada UC tenha um plano de manejo e estabelece o prazo de até cinco anos a partir da data de criação para a sua preparação. Esse documento deve ser composto de forma a ser o principal instrumento para o planejamento e a gestão da unidade. Evidentemente, ele não é o único instrumento necessário, mas ele deve ser a matriz de dados, projetos, programas e metas da gestão. A elaboração de um plano de manejo demanda no mínimo vários meses e não raramente mais de ano, para ser pesquisado, discutido e finalizado, exigindo a contratação de consultorias externas aos órgãos gestores. No entanto, até o presente momento a APA do rio Curiaú não possui seu plano de manejo.

⁴⁵ A associação realiza de quatro em quatro anos eleições para escolher o presidente. Nessa eleição participam moradores com idade acima de 16 anos.

O senhor Pedro dos Santos, 63 anos, um dos membros do Conselho Gestor da APA (CONGAR)⁴⁶ disse que o “conselho precisa parar de se preocupar tanto com o deck”⁴⁷, e olhar mais para as áreas limites do território quilombola com a cidade de Macapá, principalmente as áreas situadas ao sul, pois as ameaças continuam e o quilombo já perdeu boa parte de suas terras. “Podendo chegar a perder tudo, e do jeito que as coisas estão não vai demorar muito a acontecer”, se referindo à “invasão” mais recente, do Ipê.

“[...] o que eu queria quando a gente começemo esse Conselho [...] Não tinha aquela invasão lá, primeiro problema que eu sugeri para o Conselho que era pra gente da em cima pra impedir que era pra gente abrir um ramal pra delimitar a área urbana de Macapá do Curiaú [...], mas o pessoal só dá importância pra esse balneário [...] Não era pra ter acontecido essa invasão aí [...]” (Informação verbal⁴⁸).

O ex-presidente da AMCC diz que o CONGAR foi a solução encontrada para que os grupos quilombolas que estão “dentro da APA” discutissem ativamente a melhor forma de controle e uso dos recursos já que os territórios quilombolas “dentro da APA” são todos ligados pela bacia hidrográfica do rio Curiaú⁴⁹. As falas dos moradores do Curiaú sobre a criação da APA e o processo de reconhecimento das terras do quilombo se apresentam de forma complementar em alguns casos e contraditórias em outros. As informações obtidas sobre a criação da APA durante a pesquisa de campo atestam para uma compreensão ainda limitada sobre o que é uma APA ou a APA do rio Curiaú para as famílias. Durante as entrevistas realizadas nesta pesquisa constou-se que, das 55 famílias, 34,5% (19) sabiam o que significava uma APA, porém de forma pouco precisa sobre o seu verdadeiro objetivo. Os 60% (33), ou seja, mais da metade não sabia o que representava a APA no sentido dos benefícios, mas sabiam os efeitos negativos que esta causava sobre as atividades exercidas

⁴⁶ A Lei do SNUC estabelece que as UC devem dispor de um conselho gestor (com caráter consultivo ou deliberativo, dependendo da categoria da UC). Esta inovação institucionalizou o importante componente de participação social na gestão das UC, a qual vinha sendo estimulada em algumas delas ainda antes da lei. Um conselho gestor suscita o diálogo e a cooperação entre comunidades locais, organizações não-governamentais, poderes públicos estaduais e municipais, proprietários rurais, empreendedores urbanos, iniciativa privada em geral, instituições de ensino e pesquisa, entre outros. Representa ainda uma arena na qual os conflitos e as divergências em torno das UC podem ser expostos e encaminhados de maneira mais eficaz. Tudo isso é fundamental para garantir a compreensão do significado das UC aos olhos das comunidades e dos interesses locais e para gerar o apoio necessário à gestão bem sucedida. Neste sentido, o Conselho Gestor das Associações Residentes da APA do Rio Curiaú (CONGAR) foi criado com o objetivo de garantir os interesses das cinco comunidades existentes na APA do rio Curiaú.

⁴⁷ Infra-estrutura de aproximadamente 50 m quase toda em madeira em volta das partes mais profundas do rio Curiaú. Possui um espaço com uma bateadeira de açaí, um salão de beleza afro e uma lanchonete, tudo funcionou por algum tempo e é atualmente utilizado como fonte de lazer principalmente por pessoas de fora do Curiaú nos finais de semana.

⁴⁸ Entrevista com o senhor Pedro dos Santos, realizada em maio de 2006.

⁴⁹ Daí o nome Área de Proteção Ambiental do Rio Curiaú e não APA do Curiaú como foi proposto no início da criação da APA.

pelas famílias no território, como por exemplo, a caça e a pesca que agora precisavam ser exercidas sobre regras de uso diferentes das utilizadas antes da APA.

Outro aspecto importante foi a respeito do tamanho total da área destinada a APA do rio Curiaú, das 55 famílias 3,6% (2) sabiam a sua dimensão enquanto que 87,3% (48) não sabiam dizer qual o tamanho da área. Segundo Garcia e Pasquis (2000) existe uma falta de informação sobre as atividades institucionais realizadas no território por parte das famílias. Às 1.500 famílias que vivem nos 21.676 ha da APA do rio Curiaú foi garantido no Parágrafo único do art. 4º do Decreto 1417 que: “fica reservada às populações residentes e a comunidade do Curiaú, a utilização racional dos recursos naturais locais, inerentes a suas tradições e a sua subsistência”. Apesar, de garantido o direito das famílias de permanecerem em seu território e de continuarem a usar os recursos naturais estas continuamente sofrem com as limitações geradas pelas novas regras de uso estabelecidas pelo próprio Decreto 1417 de criação da APA.

Na APA do Curiaú ficam proibidas: V- o exercício de atividades que impliquem a captura, matança, ou molestamento de espécie da fauna local; VI- o exercício de atividades que impliquem em derrubada e queimada da sua vegetação natural e sua flora característica, em desacordo com o zoneamento ambiental; VII- a pesca profissional e amadorística”. O art. 5º esclarece que “A implantação de loteamentos e/ou projetos de urbanização no interior da APA do Curiaú, além do cumprimento das normas municipais e estaduais cabíveis, dependerá de licenciamento prévio da SEMA, que somente poderá conceder após ouvidas as populações residentes (Decreto de criação da APA do rio Curiaú, 1992).

O Estado e as políticas públicas não são os únicos a criarem situações contrárias às regras estabelecidas pelos proprietários comunitários (BONNIE et al., 2002), pois estes também sofrem pressões de forças internas e externas do mercado que penetram e redefinem as relações sociais no seu interior, convertendo-as basicamente em instrumentais e utilitaristas. Para Martinez Alier (1998), esta é uma pressão da produção sobre os recursos naturais e não das necessidades de sobrevivência das populações pobres, ou seja, uma pressão das instituições de mercado sobre o uso dos recursos.

Na entrevista com o senhor Jesse James, 43 anos, chefe da Divisão de Unidades de Conservação do Estado do Amapá, em relação às invasões e a pressão sobre os recursos no quilombo e na APA declarou que “a cidade de Macapá é uma das que mais cresce no Brasil” e que a proximidade da APA com a área urbana localizada na região norte da cidade é uma das “mais difíceis de ser controlada”, pois, está localizada na região menos alagada de

Macapá – onde existe um grande número de áreas de ressacas⁵⁰ - o que favorece a pressão e o baixo controle sobre a unidade de conservação.

Este afirmou ainda que uma Área de Proteção Ambiental é uma unidade de conservação de caráter público e privado de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e que por isso comporta diferentes categorias de ocupação. Concordou que estas deveriam possuir um plano de manejo para a área e seus residentes e que o Curiaú não o possui e é a unidade de conservação do estado sobre a qual a SEMA menos possui ações dessa natureza.

Ou seja, sua fala confirma a expansão da cidade de Macapá sobre o território quilombola apesar da existência da APA e a ausência de políticas públicas voltadas para a pressão urbana sobre territórios como o das famílias do Curiaú. Tais afirmativas e os acontecimentos envolvendo o território quilombola e seus recursos nos levam a tentar entender os reais motivos da sobreposição da APA do rio Curiaú às terras quilombolas. Existe especulação pelas próprias famílias de que esta poderia ser uma forma de resguardar áreas de terras para a especulação imobiliária futura, que garantiria a construção de condomínios horizontais de luxo nessa área da “cidade”, cuja valorização da paisagem e a terra firme seriam atrativos.

As propriedades particulares existentes dentro da APA e do território do Curiaú, segundo Jasse James eram áreas de terras que os próprios moradores realizam transações comerciais. Em sua opinião estes têm o direito de estar lá e precisariam ser indenizados em caso de remoção. Disse que as invasões no território do Curiaú só não estão ocorrendo em proporção maior devido ao reconhecimento do território pelo Governo Federal como quilombola pela Fundação Palmares. E citou o exemplo do bairro Ipê criado há dois anos nas terras do Curiaú e que o Ministério Público Federal foi a principal instituição a intervir na primeira tentativa das famílias de entrar nas terras do quilombo, coisa que a SEMA não teve como fazer, segundo ele.

3.3.1 A SEMA no território segundo os quilombolas

A atuação da SEMA na APA representa motivo de preocupação para as famílias que não conseguem perceber mudanças significativas de sua atuação no território e muito menos sobre a área total da APA, pois o controle que se esperava que fosse realizado pela SEMA

⁵⁰ Áreas localizadas no interior da cidade e que permanecem alagadas de acordo com o fluxo das águas do rio Amazonas.

fica a cargo dos próprios moradores. O senhor Joaquim Araújo da Paixão lembra que existe um grupo do Curiaú que fez o curso de guarda ambiental oferecido pela SEMA e que estariam fazendo o levantamento das famílias que estão indevidamente ocupando áreas de terra do quilombo do Curiaú e da APA para serem remanejadas para outro local. Sua fala, carregada de preocupação, confirma a insatisfação sobre a atuação da SEMA no território do Curiaú e na APA quando diz:

[...] só quero colocar uma coisa, ela (a APA) assim, que tem lei, que tem tudo, as autoridades dão pouco interesse aqui no Curiaú [...] então eu já disse pro pessoal faça todo esse levantamento que nós vamos pra cima das autoridades principal por que esse pessoal não pode ficar dentro, só pode ficar o pessoal que é da comunidade do Curiaú. Quem vendeu, quem deu, não tô nem lá, se vire pra lá [...] (Informação verbal⁵¹).

A atuação da SEMA na APA está voltada para cursos de capacitação como o de agente ambiental e ecoturismo⁵². Este primeiro tem como objetivo o controle sobre a área de recreação e uso dos recursos e a entrada de pessoas na APA pelos próprios moradores. No entanto, no Curiaú soube que os agentes não estão realizando esse trabalho, pois não recebem remuneração, o que não favorece que os agentes realizem o trabalho permanente de fiscalização e controle na APA.

[...] a gente sabe de notícia que o Curiaú passava do lago da Vaca ali passando essa pista asfaltada até próximo do km 6, era do Curiaú. Aí o que acontece o João Capiberibe muito sagaz tomou [...] pegou essas terras pro Estado, pior que nós temo documento que prova que eles fizeram isso [...] (Informação verbal⁵³).

Segundo o senhor Noro, citado anteriormente durante o processo de criação da APA, havia um recurso do Governo Federal para as famílias do Curiaú e este não teria chegado às mãos das famílias. E que possivelmente a construção do prédio da União dos Negros do Amapá (UNA)⁵⁴ no bairro do Laginho tem relação com esse recurso. No entanto, o mais difícil segundo ele é:

[...] conviver com a idéia de que de vez em quando entra um nas terras da comunidade dizendo que se a APA, é terra da União então ele também pode entrar. E não é esclarecido que na verdade é um patrimônio de muito valor para as famílias

⁵¹ Entrevista com o senhor Joaquim Araújo da Paixão, realizada em agosto de 2006.

⁵² O Plano de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA) priorizou o Ecoturismo como atividade básica de desenvolvimento nos municípios potencialmente turísticos. Como consequência e em busca da implantação de ações em curto prazo, visando estímulo à economia local a APA do Rio Curiaú foi considerada devido a relevância dos aspectos ambientais com sua paisagem formada por amostras de ecossistemas de cerrados, florestas e campos de várzeas significativos e, complementado por um conjunto interligado de lagos temporários alimentados pelas águas das chuvas que permite o extravasamento do rio Curiaú que deságua no rio Amazonas (Estratégia para o desenvolvimento do Ecoturismo na APA do Curiaú”, março 2002).

⁵³ Entrevista com o senhor Joaquim Araújo da Paixão, realizada em agosto de 2006.

⁵⁴ Inaugurada em 5 de setembro de 1998, representa a revitalização e a valorização da cultura negra no Amapá. Possui seis blocos edificadas numa área de 7,2 mil m², compreende um anfiteatro, museu do negro, auditório, espaço afro-religioso, sala de múltiplo uso e administração.

que vivem neste local e que receberam de seus ancestrais essas terras [...] com isso a gente vêm sendo prejudicado, por exemplo, de vez em quando entra um, pra tirar tem que brigar, aí isso não compensa [...] você vê como o governo não se interessa [...] a lei só pode ser cumprida sobre nós que somos preto e pobre [...] (Informação verbal⁵⁵).

Sobre esta última frase se refere a um dos acontecimentos mais recentes envolvendo “invasões” ao território quilombola. Um casal de fora construiu uma casa nas terras do quilombo que foi derrubada pelos próprios moradores. O casal registrou queixa na polícia e o senhor Noro como representante do Curiaú, recebeu intimação para comparecer a delegacia para esclarecer o motivo pelo qual a casa foi derrubada, como se a terra invadida fosse do casal de fora e não das famílias do Curiaú.

O direito de uso sobre o território quilombola vem sendo ignorado pelas instituições locais. No entanto, o senhor Noro garante que as famílias que estão irregularmente dentro do quilombo, ou melhor, que não possuem relação de parentesco com as famílias quilombolas vão sair. A SEMA foi advertida: se os técnicos não fizerem alguma coisa em relação às invasões, serão proibidos de entrar nas terras do Curiaú, pois, segundo ele ainda “não fazem nada para impedir ou tentar resolver os problemas enfrentados pelas famílias quilombolas”.

O problema das invasões, ocupações ilícitas e a falta de fiscalização, segundo Garcia e Pasquis (2000) são motivos que levam os moradores a tecerem críticas à SEMA, pois não realizam fiscalização diante das denúncias de invasões nos poços ou de atividades ilegais, como a produção comercial do carvão. Este fato foi apontado por Garcia e Pasquis (2000) e confirmado nesta pesquisa.

A atual presidente da Associação de Mulheres do Curiaú, a senhora Antonia dos Santos, 24 anos, aponta o que representa para ela o título de uso comum das terras do Curiaú:

[...] acredito que parece que agora as pessoas tão se dando conta que se a gente perder esse lugar pra onde nós vamos? Porque os empresários daqui só querem isso aqui, pra invadir isso aqui [...] Porque nós somos privilegiados, porque isso aqui é nosso, ninguém pode tomar, ninguém pode entrar sem a nossa permissão [...] (Informação verbal⁵⁶).

⁵⁵ Entrevista com o senhor Noro, realizada em agosto de 2006.

⁵⁶ Entrevista com a senhora Antonia dos Santos, 24 anos, realizada em agosto de 2006.

4 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

4.1 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS SOBRE OS PRINCIPAIS RECURSOS DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA

Compreender os conflitos⁵⁷ socioambientais é importante para o conjunto da sociedade – academia, comunidade política e demais grupos sociais envolvidos na elaboração de políticas públicas que reflitam o estágio histórico das lutas sociais de vários segmentos. À medida que se aprofunda o processo de transformação econômica e social dos territórios os conflitos ocorrem, evidenciando a disputa por hegemonia entre distintas concepções sobre as formas de incorporação da natureza e do meio ambiente para satisfazer necessidades materiais e simbólicas das comunidades (BASTOS, 2006).

As pressões sobre os recursos do território quilombola do Curiaú têm se intensificado nos últimos trinta anos de forma cada vez mais complexa e diversa. O problema de pressão sobre recursos de territórios pertencentes a grupos sociais específicos tem sido analisado em princípio pelo aspecto do conflito social. “No Brasil, a influência de análise marxista nas Ciências Humanas e Sociais informou de maneira decisiva a tônica e a direção das análises sobre conflitos sociais, pelo menos até a segunda metade da década de 80” (BARBANTI, 2001).

A queda dos sistemas políticos dos países socialistas nesse período contribuiu para a busca de outros marcos teóricos, ganhando ênfase os enfoques de consenso. Tais enfoques são compatíveis com as preocupações ambientais que passaram a ter maior enfoque no Brasil justamente no mesmo período, a saber, que:

Embora a defesa do meio ambiente seja justificável em si por razões éticas, ele também possui uma raiz teórica e prática eminentemente liberal. A necessidade de se cuidar dos problemas ambientais foi incorporada pelo discurso do *establishment* político e empresarial capitalista em menos de uma década porque, em síntese, a destruição ambiental compromete a reprodução do capital (BARBANTI, 2001, p. 2).

Sobre esta lógica a “problemática ambiental” recai unicamente como uma externalidade aos custos econômicos. No entanto, um conflito não é algo dado em si, existente, mais sim construído nas relações sociais. E mais recentemente passa a ser considerado pelo aspecto ecológico, se configurado numa categoria de análise que envolve

⁵⁷ Estudos sobre conflitos estão entre os mais antigos na história do homem. Mesmo antes da formação das escolas de pensamento na Grécia antiga, estrategistas de guerras elaboravam suas teorias de pré-militares sobre formas ou defesa. Ao longo da história da humanidade, diversos campos do conhecimento, da Psicologia à Economia, contribuíram para a interpretação destas formas violentas de conflitos, como também de outras formas mais sutis de embate entre indivíduos, entre grupos sociais e entre estados (BARBANTI, 2006).

conflitos sociais e uso dos recursos naturais denotando a formulação de uma sociologia dos conflitos ambientais (BARBANTI, 2006, p. 2).

Em torno desses problemas surgem interesses opostos entre atores sociais que defendem diferentes lógicas para a gestão dos bens coletivos de uso comum, configurando-se assim os conflitos ambientais (BASTOS, 2006). Para o propósito desta pesquisa estudaram-se cinco autores: Barbanti Jr. (2001), Bastos (2006), Little (2001), Acserald (2004) e Martinez Alier (2004). Entre os autores citados existe uma unanimidade de que os conflitos ambientais são formas de conflitos sociais entre interesses, sentidos e fins envolvendo a relação sociedade e meio ambiente.

A análise dos conflitos dentro da sociologia ambiental tem encontrado dificuldades para caracterizar os “conflitos ambientais” como objeto científico, conforme expõe Acserald (2004). Essas dificuldades dizem respeito, sobretudo, à complexidade da caracterização do campo ambiental como um campo específico de construção e manifestação dos conflitos.

No Brasil, as concepções dos autores que tratam conceitualmente do termo “conflito ambiental” distinguem-se pela forma de abordar o termo, mas apresentam uma convergência para as definições estabelecidas pela Conferência das nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92). Little (2001) aponta como importante o campo de estudo e de ação política. Conceitua os “conflitos socioambientais” como embate entre grupos sociais, em função dos seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico (que envolve o meio social e natural). Esta definição enfoca o relacionamento dinâmico e interdependente entre o mundo biofísico e o mundo social e identifica as novas realidades socioambientais que surgem da interação entre estes.

Barbanti Jr. (2001) compreende a estruturação de conflitos, entendidos como conflitos sociais relacionados ao meio ambiente, construindo um eixo analítico pautado pelas ciências sociais e seus saberes. Acserald (2004) aprofunda sua discussão na estruturação do conceito de “conflitos ambientais” compreendidos como aqueles que envolvem grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolve ameaçadas por impactos indesejáveis – sejam eles transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes dos exercícios das práticas de outros grupos.

O marco que iniciou os conflitos sociais e a sua interface com a questão ambiental no Curiaú foi a transformação da estrada de terra em rodovia na década de 1980, pois nesse momento o lago e o rio sofreram severas perdas devido ao aterramento de parte do lago. Problemas de ordem ecológica e econômica decorreram desde então com a ausência de

espécies de peixes, o desaparecimento de ilhas, poços e outros recursos animais e vegetais (MARIN, 1997; TRINDADE, 1999; SILVA, 2002), importantes para as famílias do Curiaú. O conflito se instalou com a interferência de órgãos estatais que decidiram esta intervenção no ecossistema.

A pressão sobre os recursos se intensificou com a construção da estrada e com a aproximação cada vez maior da cidade para as terras do quilombo. Atualmente um dos principais geradores de conflitos socioambientais no Curiaú é a invasão do território para a extração dos recursos naturais por “pessoas de fora”, geralmente oriundas dos bairros de Macapá, às proximidades do quilombo.

Os sistemas ecológicos de cerrado, várzea, matas de galeria, campos inundáveis, ilhas de matas, rios, poços e lagos que até pouco tempo eram recursos territorializados das famílias do Curiaú, estão sofrendo a retirada por “pessoas de fora” contribuindo para o desaparecimento e a escassez de recursos importantes para a “segurança alimentar” das famílias que, além da perda do território, são expostas a uma situação de vulnerabilidade socioeconômica já que os recursos necessários para a sua sobrevivência estão ameaçados em função do crescimento urbano de Macapá.

O território é um espaço modificado pelo trabalho e que afirma relações de poder exercido por pessoas ou grupos. Para Little (2002), o território é um esforço coletivo de um grupo social, para ocupar, usar, e se identificar com uma parcela de seu ambiente biofísico, convertendo-se assim no seu “território”.

4.1.1 O território de pesca

A pesca no Curiaú é uma das atividades mais afetadas pelas mudanças sociais e ecológicas, pois da abundância de anos anteriores, atualmente conferem uma perda de espécies e cardumes, pois o lago e os poços ofereciam mais acará, tamuatá, matrixão, traíra, tucunaré, caira, pirapitinga, mafirá, jiju, piranha, pratinha, matapá, surubin, jacaré, tambaqui e outros (MARIN, 1997) nos poços e no lago. Quem mariscava lembra da fartura que era voltar pra casa e contar as histórias sobre os acontecimentos da atividade.

O marisco do peixe era feito de maneira artesanal, através do caniço, da linha de mão, gapuia, flecha e fachiar. Atualmente usa-se a malhadeira. Seu João Menezes e João da Cruz pescaram um tambaqui no poço do Buritizal que tinha o comprimento do próprio mariscador. Os dois juntamente com tio Chico pegaram um pirarucu no Porto das Canoas, onde hoje é o bar Marabaixo (SILVA, 2004, p. 73).

A construção da estrada sobre o lago e da ponte de concreto sobre o principal canal de drenagem do rio Curiaú durante os meses de março, abril e maio se tornam praticamente um só, rio e lago (Fotografia 13). Além da estrada e da ponte construída sobre as águas do Curiaú, os conflitos socioambientais são instituídos ocasionando interferências no modo de vida e no dia-a-dia dos moradores, tanto nas rotinas de trabalho, como no próprio comportamento que possuem com o território ou territórios. Ou seja, a territorialidade das famílias é afetada, pois segundo Bastos (2006) esta tem uma multiciência de expressões que produz um leque muito amplo de territórios. Cada território possui particularidades socioculturais que cada grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território.



Fotografia 13: Canal de drenagem do rio Curiaú
Fonte: Queiroz (2006)

A territorialidade de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história de ocupação guardada na memória coletiva o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele. No Curiaú esta territorialidade estaria alterando em função do fluxo de pessoas que transitam pela estrada, quintais e roças durante o dia e a noite. O que ocorre com mais frequência nos finais de semana e no mês de férias escolares, ou seja, mês de julho quando “pessoas de fora” são atraídas pelos chamados do governo local para os eventos do Macapá Verão⁵⁸ onde as festas dançantes realizadas nos bares e sedes às margens do rio e do lago são atrações principais. O Curiaú possui um número total de nove bares, na maioria pertencentes a moradores do próprio Curiaú.

⁵⁸ O Plano de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA) priorizou o ecoturismo como atividade básica de desenvolvimento nos municípios potencialmente turísticos (Estratégia para o desenvolvimento do Ecoturismo na APA do Curiaú, março 2002).

Em conversa com Raimunda Araújo, esta disse que há muito tempo não atravessa “aquela ponte”, pois não se sente à vontade, em função de que sempre há pessoas de fora, bebendo, dançando e há quem diga que se “prostituindo também”. Disse ainda que ela e os familiares não possuem o costume de utilizar aquele espaço para o “banho” e mesmo os jovens e as crianças são orientadas a usar outro espaço do lago.

A presença de “pessoas de fora” tornou-se cada vez mais comum principalmente após a construção recente de uma estrutura de madeira com a finalidade de desenvolver o programa do Departamento de Turismo (DETUR) do Amapá, voltado para atividades de ecoturismo. Do programa faziam parte a construção do “deck” (Fotografia 14) de madeira sobre uma das áreas mais profundas do rio Curiaú. E também a construção de pequenos ambientes de madeira destinados a pelo menos três atividades econômicas. A comercialização do suco do açaí com farinha de tapioca em pequenas quantidades; a venda de lanches e comidas típicas e ainda um outro destinado a um salão de beleza principalmente para a confecção de tranças no estilo afro. O espaço seria utilizado pelas famílias que tivessem interesse em forma de rodízio como oportunidade de trabalho para as famílias.



Fotografia 14: Bares e o complexo com as construções destinadas a venda de comidas típicas e de açaí no mês de agosto período em que as águas estão baixas. Nesta área do rio se identificam plantas aquáticas

Fonte: Queiroz (2006)

Existe neste local do rio particularmente, segundo constatado em conversas informais um ser encantado responsável por proteger o rio Curiaú. No local já ocorreram mortes de pessoas de fora, principalmente no período das águas cheias (Fotografia 15), no entanto, mesmo assim, a quantidade de pessoas que freqüentam o Curiaú com a finalidade de usar o espaço para diversão e lazer só tem aumentado.



Fotografia 15: Ponte de aproximadamente 200 m de comprimento construída sobre o rio Curiaú, banhistas no espaço que para os moradores pertence a elementos imaginários. Estes elementos pertencem às estratégias utilizadas para manejar os recursos do rio, do lago e dos poços
 Fonte: Queiroz (2006)

Das 55 famílias entrevistadas sobre a atividade de pescar, 41 (74,5%), atualmente utilizam o lago com essa finalidade, os outros 11 (20%), disseram não utilizar por motivos variados que vão desde a escassez atual do peixe, à idade que não permite ou porque o filho é quem pesca. Sobre a frequência com que utilizam o lago para pescar também foi perguntado, das 55 famílias, 34 (77,3%), afirmaram que costumam sair para pescar em média, uma a duas vezes por semana nos poços e no lago quando é tempo das águas cheias.

A quantidade e a variedade de espécies de peixes já não são mais as mesmas o que é possível observar no tempo que é gasto para conseguir algum peixe, assim como, em função das poucas espécies capturadas. Sobre as espécies os entrevistados garantem que as mais encontradas atualmente são: traíra (*Hoplias malabaricus*), jiju (*Hoplerethrinus unitaeniatus*), pratiqueira e pirapitinga (*Piaractus branchyomum*).

Segundo Garcia e Pasquis (2000), os moradores trazem cada vez menos quantidade de peixe e fazem excursões cada vez mais ocasionais ou são obrigados a caminhar mais tempo. Os jacarés caçados desapareceram da área e o pirarucu (*Arapaima gigas*), esta cada vez mais raro. O rio Curiaú é o mais freqüentado, por oferecer uma pesca mais sucedida com resultados regulares. Os poços permanentes também sofrem forte pressão, sobretudo no verão, por invasores.

Os recursos do rio, do lago e dos poços sempre tiveram a função importante e principal de suprir as necessidades alimentares das famílias, podendo se imaginar o impacto negativo da pressão causada sobre os recursos. Segundo Silva (2002), a tradição no Curiaú sempre foi tirar o sustento da própria terra, sendo que o marisco é a forma natural de

conseguir o alimento. A produção voltada para a comercialização ou até mesmo para troca não é uma prática desta atividade, pois a relação com a água do rio, do lago e dos poços se sobrepõe à visão utilitarista dos recursos naturais. A presença de um ser que estabelece critérios e regras de comportamento de uso do rio sinaliza a existência de uma correlação entre uso, preservação e manutenção de um espaço do território de extrema importância.

O lago do Curiaú influenciado pelo fluxo das marés e pelo regime das chuvas da região teve seu curso interrompido pela construção da estrada⁵⁹ (Fotografia 16). A estrada é mencionada pelos moradores e apontada como uma das primeiras causas dos conflitos socioambientais responsáveis pela escassez dos recursos no Curiaú, pois além de impedir o percurso natural das águas do lago, também contribuiu para um aumento do fluxo de “pessoas de fora” como os “banhistas” em áreas importantes de reprodução e deslocamento de cardumes como o canal de drenagem do rio Curiaú.

A escassez atual dos recursos hídricos no Curiaú seria tanto em função do fluxo de “banhistas” como das invasões freqüentes que ocorrem durante a madrugada por “pessoas de fora”, principalmente dos bairros de Macapá ao entorno do quilombo. Estes utilizam como ferramenta para pesca principalmente a malhadeira pequena⁶⁰ instrumento que já foi proibido pela Secretaria de Meio Ambiente do estado (SEMA), mas que continua sendo utilizada pelos pescadores clandestinos no meio da noite e da madrugada. Este equipamento de pesca contribui para causar danos aos ecossistemas hídricos, pois não é capaz de selecionar as espécies quanto ao tamanho contribuindo para o desaparecimento de muitas dessas do rio e dos poços do Curiaú.

⁵⁹ A estrada construída em 1980 pela administração municipal não realizou Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e ignorou a opinião dos moradores o que interrompeu o fluxo normal do lago do Curiaú (TRINDADE, 1999), e até os dias atuais não foi realizado nenhum tipo de estudo para saber quais as reais conseqüências da construção da estrada sobre o ecossistema do lago (MARIN, 1998).

⁶⁰ A SEMA proibiu o uso da malhadeira pequena na APA, no entanto, segundo as famílias “as pessoas” não respeitam nem as coisas do território nem a SEMA.



Fotografia 16: Estrada construída sobre o lago do Curiaú com aproximadamente 1 km de extensão, responsável por impedir o fluxo natural das águas do lago

Fonte: Queiroz (2006)

Um dos principais efeitos do conflito socioambiental em relação ao uso dos recursos hídricos no Curiaú depois de provocar a escassez dos recursos, tem sido a substituição da atividade de mariscar das famílias pela compra do pescado nas feiras de Macapá. A limitação de uso dos recursos em função da escassez ocasionada pelas diferentes formas de intervenção no rio, lago e poços do Curiaú, compromete e limita o uso das famílias no seu dia-a-dia que dependem da ictofauna do ecossistema local.

4.1.2 A floresta de várzea (o açáí)

A extração do açáí no Curiaú sempre esteve associada a sua importância alimentar (valor de uso), ou seja, para o consumo das famílias, no entanto, observa-se uma mudança em que a extração passa a ser determinada cada vez mais por interesses econômicos (valor de troca). A atividade extrativa do açáí é realizada através da coleta – principalmente do fruto e muito raramente coleta do palmito. A prática tradicional de coleta do açáí é feita com o uso de peconha⁶¹ (Fotografia 17). Alguns moradores afirmam que nunca se plantou açáí no Curiaú, pois o que se tirava dava para consumir e “nunca faltava”. A natureza tinha o tempo que precisava para repor o que era retirado pelas famílias garantindo o uso por todos.

⁶¹ Um dos principais instrumentos de trabalho utilizado nos açazais pelos extrativistas, confeccionado com a própria folha da palmeira do açáí (MARINHO, 2005).



Fotografia 17: Morador do Curiaú na várzea colhendo açai
 Fonte: Queiroz (2006)

A partir do mês de dezembro o fruto é amplamente comercializado por algumas famílias (GARCIA; PASQUIS, 2000). No entanto, durante a permanência no Curiaú chamou a atenção a presença de um possível atravessador do fruto, que em um carro pequeno entrega sacas de aproximadamente 60 kg em casas que possuem bateadeira, principalmente no Curiaú de Dentro.

Segundo Sebastião Menezes da Silva, hoje existem 17 amassadeiras de açai no Curiaú, enquanto na que década de 1990 existia uma amassadeira que era responsável por atender a necessidade de todas as famílias do Curiaú de Baixo. O açai do Curiaú, segundo ele, “já acabou”, pois a corrida pelo fruto aumentou nos últimos anos. Essa corrida se dá em função do aumento do consumo não das famílias do Curiaú, mas principalmente na cidade de Macapá. Quando a retirada do fruto do açai era realizada apenas para o consumo das famílias a ação antrópica ocorria de forma diferenciada. De acordo com Marin (1997, p. 66):

Colhe-se açai apenas para amassar e ser consumido pelos membros da família [...] Raramente o vendem, usam geralmente para seu consumo e para distribuir entre os parentes, realizando oferecimento amistoso ou em troca com os vizinhos. É no mês de dezembro que começa a madurar. No Curiaú de Fora tem uma amassadeira de açai, prato diário da dieta local e, outra existe no Curiaú de Dentro.

Sobre o açazeiro, um aspecto levantado em campo é que a palmeira até tempos atrás possuía as condições de que precisava para manter o fruto no “pé do açazeiro” até o amadurecimento completo, o que está cada vez mais difícil em função da pressão que o recurso vem sofrendo em função da retirada cada vez maior por pessoas que vivem nos bairros do entorno do quilombo. Segundo informações de moradores, quando o açai começa a

ficar escasso no Curiaú pelos meses de julho/agosto, ele é obtido pelo atravessador da comunidade do Abacate da Pedreira, distante aproximadamente 15 km da vila.

As opções variadas de palmácea em diferentes pontos do território - em função do consumo que como já foi dito destinava-se somente às famílias do Curiaú - refletia em um baixo consumo e a quase nenhuma comercialização do fruto ou do palmito.

A reposição da espécie florestal do açazeiro (*Euterpe orelacea* Mart.) por órgãos da área florestal não foi identificada como programa ou política pública no município ou no estado do Amapá. O objetivo seria garantir a reposição ecológica e principalmente o açaí na mesa dos principais consumidores, que são os próprios moradores do Curiaú. O esgotamento do recurso contribui para sua escassez e compromete o consumo das famílias, obrigadas a comprar o açaí ao invés de extrair do próprio território. Em entrevista a agricultora Celina Menezes, 45 anos, aponta a extração voltada principalmente para o mercado como uma das causas da retirada intensiva do açaí:

[...] olha, açaí dá muito açaí aqui, agora só que o pessoal estraga um bocado também, se começa a tirar com essa gana de vender né? Aí tira o açaí que é pra você usar no mês de julho eles tiram no mês de maio, aí num tem condição, aí acaba o açaí desce cedo, aí eles começam a comprar de outras comunidades para vender [...] (Informação verbal⁶²).

A pressão do mercado sobre a atividade pode ser identificada nas entrevistas, onde se constatou que das 55 famílias contatadas apenas 8 (15%) destinavam o total da produção para o consumo familiar, e as outras 45 (85%) destinavam parte da sua produção para o comércio. Ou seja, mais da metade das famílias do Curiaú utilizam a produção atual do açaí também para a comercialização. Isso implica dizer que as famílias utilizam o açaí como fonte de renda. Isso leva a questionar as causas dessas mudanças e o porquê de uma atividade que em outros momentos era destinada apenas para o consumo das famílias passa também a ser destinada para o mercado.

Na casa da família da senhora Nazaré da Silva Ramos, 56 anos, localizada na ilha do Piauí⁶³, foi possível observar de perto a dinâmica mais intensiva da produção do açaí. A própria localização da casa da família favorece o acesso à área de várzea, pois as ilhas são áreas de floresta que se manifestam isoladamente, ora nos domínios do ecossistema de cerrado, ora nos domínios dos chamados tesos dos campos inundáveis.

⁶² Entrevista com a senhora Celina Menezes, 45 anos, realizada em agosto de 2006.

⁶³ Uma das 19 ilhas de matas ligada por uma ponte de madeira de aproximadamente 100 m à terra firme do Curiaú de Fora.

As ilhas de mata apresentam também baixa diversidade florística, sendo essas representadas tanto por elementos da floresta de terra firme, quanto por elementos da floresta de várzea. Esse aspecto peculiar pode caracterizar esse ecossistema como uma área de ecótono, ou seja, representam manchas transacionais entre o ecossistema da floresta de terra firme e o ecossistema inundável da floresta de várzea (FACUNDES; GIBSON, 2000).

No Curiaú, o açaí ocorre com frequência maior no mês de maio, quando é favorecido pelas águas do lago que ainda estão altas. Tomando como exemplo uma família composta por cinco indivíduos adultos e uma criança – como no caso da senhora Nazaré – mais da metade tem participação na coleta do fruto. Em certa ocasião, observou-se a chegada de homens da várzea trazendo duas sacas, sendo uma de 60 kg e outra de aproximadamente 30 kg. Enquanto isso, outras duas sacas já estavam sendo preparadas para serem batidas e depositadas em garrafas “pet”⁶⁴ de dois litros. Essas garrafas são comercializadas para quem antecipadamente fez a “encomenda” aos batedores.

Cada garrafa nesse período custa em torno de R\$ 3,00 a R\$ 4,00 e são comercializadas no próprio Curiaú. Em outros tempos a retirada de uma “rasa” de açaí era suficiente para o consumo diário de uma família, segundo informaram alguns moradores. Hoje, no entanto, a realidade é outra. O consumo do fruto aumentou, todavia, não em função do aumento do número de famílias no Curiaú; mas, pela intensificação da produção familiar voltada também para o mercado e pela invasão de pessoas de fora às áreas de várzea do Curiaú em busca do açaí sem que haja algum tipo de controle.

O senhor Jucivaldo Ramos também produz açaí destinado ao consumo da família e para o mercado. Suas duas filhas lavam e fazem a seleção do açaí, escolhendo aqueles caroços que não estão bons para o consumo (Fotografia 18). O açaí então é depositado em bacias de alumínio com água pré-aquecida e depois batido na própria casa no Curiaú de Dentro.

As vezes que se esteve na casa do senhor Sebastião e da senhora Celina Menezes foi possível observar outras situações sobre a produção e a comercialização do açaí no Curiaú como a compra de um atravessador de uma comunidade próxima. No entanto, raras vezes o açaí era retirado por alguém do núcleo familiar. Quando o açaí estava “escasso” e conseqüentemente “caro”, estes preferiam comprar uma saca de 60 kg com uma das famílias mais próximas e emprestar uma amassadeira para “bater” ao invés de comprar açaí “batido” na própria comunidade.

⁶⁴ As garrafas plásticas de refrigerantes são reutilizadas para a comercialização do açaí, sendo compradas ou adquiridas com vizinhos ou nos mini-mercados dos bairros próximos.



Fotografia 18: Filhas do senhor Jucivaldo Ramos selecionando açaí para a extração do suco na própria casa no Curiaú de Fora
Fonte: Queiroz (2006)

No período em que o açaí está em falta por ocasião da seca do lago, entre julho e setembro, uma saca de pode chegar a custar até R\$ 85,00. O rendimento de uma saca é de aproximadamente dez a doze litros de suco “grosso”, isto quando o fruto está totalmente maduro, pois pode ocorrer a presença de frutos verdes na saca. Outra situação constatada foi a compra de açaí em garrafas “pet” de dois litros, encomendados de um dia para o outro e entregues na casa dos compradores, sendo que neste período estas chegam a um preço de R\$ 7,00. Tais observações ocorreram em agosto de 2006, período em que o açaí “não estava dando” no Curiaú.

Além do fruto, os açazeiros também oferecem outros usos, como a palha para confecção de cestos, peconha, adubo e tapete. Os caroços são empregados na confecção de bijuterias, a exemplo de colares, pulseiras e brincos. A estirpe (tronco) serve para construções rurais como ripas e caibros. A raiz nova, por sua vez, serve de chá para verminoses e o cacho pode servir como vassoura de quintal, e, queimado, é usado como repelente.

4.1.3 Outros usos para a floresta de várzea

Além da extração do açaí nas florestas de várzea tudo leva a crer que exista uma pressão sobre as espécies florestais madeireiras como a andiroba (*Carapa guianensis*), a macacauba (*Platymiscium sp.*), o pau-mulato (*Calicophyllum spruceanum*), o cedro (*Cedrella odorata*) e a virola (*Virola surinamensis*). Mas essa extração não se dá por parte das famílias que vivem no Curiaú. A andiroba (*Carapa guianensis*) destina-se à produção de óleo e outras espécies frutíferas próprias da várzea (FACUNDES; GIBSON, 2000). A madeira é geralmente utilizada para fazer frechal, tábuas e casas, sendo as mais utilizadas o pau mulato (*Calicophyllum spruceanum*), a andiroba (*Carapa guianensis*) e o macaqueiro (*Platymiscium*

sp.). Das matas queimadas para abrir roça, as famílias tiram o carvão (MARIN, 1997; GARCIA; PASQUIS, 2000).

Não existe no Curiaú uma cultura de produção voltada para o consumo ou comercialização de produtos florestais madeireiros. De acordo com as entrevistas realizadas em 55 famílias contatadas, 47 (85,5%) não retiram madeira da área de floresta. Somente quatro (7,3%) tiram madeira com o objetivo de fazer lenha, cerca e currais para os animais. Boa parte dessa madeira é aproveitada após a queima realizada na área para colocar roça.

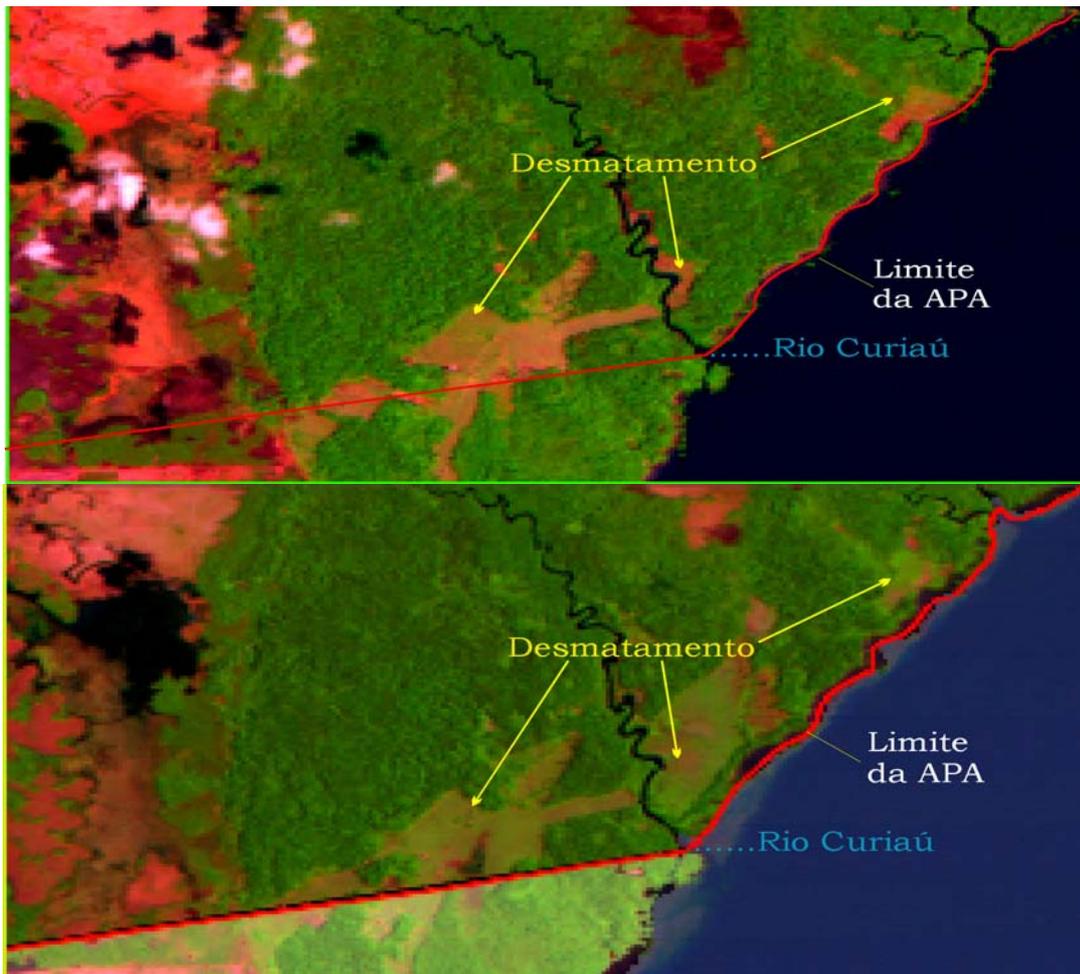
Existe, todavia, uma pressão antrópica ocorrendo na área de floresta de várzea em busca das espécies florestais madeireiras, comprovada nas imagens de satélite que identificam um avanço significativo da capoeira de várzea, principalmente a partir da década de 1980 (FACUNDES; GIBSON, 2000), sendo que a maior parte desse desmatamento está localizado às margens do rio Curiaú (Mapas 6 e 7) principal afluente da bacia hidrográfica no território quilombola.



Mapa 6: Comparação dos níveis de desmatamento na área de várzea do Curiaú, em que é possível visualizar a intensificação dos danos, principalmente na margem esquerda do rio. Imagem esquerda do Satélite Landsat TM5 (1986)

Fonte: Facundes e Gibson (2000)

Na década de 1990 essa ação antrópica foi intensificada, agravando o desmatamento nesta área e conseqüentemente provocando problemas ecológicos e sociais no Curiaú. Já que a várzea possui um importante papel no provimento das famílias que dependem de recursos como a palmeira do açá para a subsistência, a preocupação maior seria com a falta de atenção das instituições governamentais para o problema que não teria sido solucionado com a criação da Área de Proteção Ambiental do rio Curiaú (APA do rio Curiaú).



Mapa 7: Mapas comparativos mostrando em imagens de satélite o avanço do desmatamento num intervalo de cinco anos entre as imagens referidas. As três áreas indicadas pela seta somam juntas 294,15 hectares de floresta de várzea desmatada. Satélite Landsat TM5 (1991) e Satélite Landsat TM5 (1997)

Fonte: Facundes e Gibson (2000)

A entrada de pessoas de fora do nas áreas de floresta do Quilombo e da APA do Curiaú para a extração de produtos madeireiros sem que esses sejam identificados e detidos ocorre pela ausência de políticas mais severas para com os que insistem em exercer atividades ilegais, inclusive, comercializando produtos pertencentes às famílias. As áreas identificadas por Facundes e Gibson (2000) nas imagens de satélite confirmam a presença de pessoas de fora do Curiaú que fazem uso dos recursos, segundo regras diferenciadas dos grupos familiares provocando no lugar do manejo dos recursos o uso descontrolado de espécies florestais madeireiras e não madeireiras e conseqüentemente conflitos socioambientais.

Neste sentido, no campo da Economia Ecológica é possível analisar as relações sociais e ecológicas de um determinado grupo considerando as pressões sofridas pelo mercado no

aspecto do conflito social entre os distintos interesses dos grupos que fazem uso dos recursos naturais. Mediante o estudo dos conflitos ambientais é possível entender o enfrentamento que evolui entre a economia e o meio ambiente (MARTINEZ ALIER, 2004), isso porque a relação entre a natureza e a sociedade acaba sendo histórica em dois sentidos: “Primeiro a história humana se desenvolve num contexto de circunstâncias naturais, porém a história também modifica a natureza. Segundo, a percepção da relação entre os humanos e natureza tem mudado ao longo do tempo” (MARTINEZ ALIER, 2004, p. 20).

Cabe destacar neste sentido que a Economia Ecológica nos permite compreender as relações econômicas, sociais, ecológicas e políticas geradoras de transformações ocorridas em função da presença de instituições como o Estado e o mercado em territórios pertencentes a grupos humanos cujo modo de produção é estabelecido principalmente nas relações sociais de cunho familiar e de parentesco e não em relações estritamente monetárias. Trata-se de um campo de estudo transdisciplinar que vê a economia como um subsistema global e finito.

Os direitos de propriedade e a gestão dos recursos naturais também fazem parte do objeto de estudo da economia ecológica, notadamente para tomadas de decisões e propostas de novos instrumentos de políticas públicas. Os economistas ecológicos questionam ainda a sustentabilidade da economia de mercado devido aos seus impactos ambientais e as suas crescentes demandas energéticas e materiais.

Para Martinez Alier (2004), na Economia Ecológica a palavra “economia” é utilizada num sentido mais próximo da “oikonomia” do que da “crematística”. Pois, a economia ecológica não se compromete apenas com o valor monetário, mas também com as evoluções físicas e sociais, com as contribuições da natureza e os impactos ambientais da economia que são medidos no seu próprio sistema de contabilidade. A economia ecológica, portanto, leva em consideração, também, indicadores físicos e sociais e não unicamente crematísticos.

Para que dessa forma não sejam levados em consideração – ao que se refere aos “conflitos socioambientais” – apenas os aspectos econômicos e suas externalidades. Pois, antes de serem externalidades econômicas, os “conflitos socioambientais” são estabelecidos principalmente, parafraseando Martinez Alier (2004) em função da pressão da produção voltada exclusivamente para o mercado causando conflitos de ordem social e ecológica em modos de vida que possuem suas próprias formas de produzir e de se relacionar com a natureza sem que isto comprometa a manutenção da própria vida.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O quilombo do Curiaú é um dos territórios pertencentes a populações amazônicas marcados pelo crescente e desordenado processo de urbanização, principalmente nas duas últimas décadas do século XX. Situado no norte do município de Macapá, Curiaú pertence a famílias quilombolas que ocupam este local a mais de dois séculos. As famílias do Curiaú têm tido que conviver com um mundo até pouco tempo, desconhecido para elas, pois as mudanças no território e também quanto ao uso dos recursos naturais destes vêm ocorrendo de forma vertiginosa.

A pressão urbana sobre o território quilombola tem contribuído para o surgimento de conflitos de ordem socioambiental, em função do enfrentamento entre o modo de vida das famílias que compõem um conjunto de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais com os vetores de modernidade que têm implicado em danos sociais, ecológicos e econômicos para as famílias no território. As características ainda presentes no modo de produzir e de se relacionar com a natureza das famílias quilombolas do Curiaú é um contraste com a presença cada vez mais marcante da cidade no entorno do território.

Sobre este tema, Acserald (2004) explica que podemos discriminar dois espaços onde se definem relações de poder nas sociedades, espaços estes que pertinentes também aos modos de apropriação da base material da sociedade. O primeiro seria o espaço da distribuição, entre os sujeitos sociais, do poder sobre os diferentes tipos de “capital”, incluindo o que podemos chamar para os efeitos da questão ambiental, de “capital material”. O que existe no espaço é uma capacidade diferencial dos sujeitos terem acesso a terra fértil, a fontes de água, aos recursos vivos, aos pontos dotados de vantagens locais.

As áreas anteriormente utilizadas pelas famílias para cultivo, extrativismo, pesca, caça e pecuária vêm se tornando gradualmente objeto de uso por “pessoas de fora” e de proprietários de terrenos transformados em sítios e chácaras, além de promover uma alteração na mobilidade das famílias na área que hoje está limitada aos 3.321.89.31 há, o que é confirmado por Silva (2004), “esse lugar é muito desejado por pessoas que querem morar no Curiaú”. Esta realidade sobre a pressão dos recursos das famílias contribuiu para o processo de titulação das terras do quilombo e para a elaboração da proposta de criação da APA do rio Curiaú. No entanto, “nos tempos atuais existe a necessidade de conjugar preservação, mas com ações que interferem diretamente na natureza porque ninguém preserva passando fome”

(SILVA, 2004, p. 70). A APA do rio do Curiaú representa um marco na construção de novas práticas de uso dos recursos territorializados das famílias.

As famílias do Curiaú habitam um território que abriga uma paisagem natural relativamente exuberante “dentro do município” de Macapá. Em função do seu estado de preservação e da sua localização agora próxima à cidade de Macapá, o Curiaú representa hoje uma das áreas mais cobiçadas para a especulação imobiliária com a presença de bairros, loteamentos, fazendas, chácaras e casa de fins de semana recentemente instalados em seu entorno e mesmo dentro do território quilombola.

As famílias do Curiaú, a partir das visões que elas têm sobre o território e as próprias atividades de sobrevivência, vêm contribuindo e reafirmando sua identidade como categoria social, procurando resgatar regras costumeiras, que quando articuladas a normas estabelecidas institucionalmente, possam assegurar seus direitos de uso do território. As estratégias do grupo baseiam-se nas novas formas de apropriação e significado pelas “pessoas de fora” que causam danos tanto ambientais como culturais. Esse ponto tem aproximação com questões debatidas por Acserald (2004) que orienta para analisar os conflitos ambientais, simultaneamente nos espaços de apropriação material e simbólica dos recursos do território. Ambos são, por certo, espaços onde se desenrolam disputas sociais em geral, nos quais o modo de distribuição de poder pode ser objeto de contestação.

Os conflitos socioambientais no Curiaú giram em torno do modo de vida e do trabalho dos quilombolas. Os espaços de convivência e trabalho vêm sendo reduzidos e substituídos por novos espaços e lógicas de uso, limitando o acesso aos recursos necessários para a manutenção das famílias. A perda do território quilombola para as famílias possui um significado mais amplo, pois não se trata de perdas meramente econômicas. A história das famílias do Curiaú dá conta de que, por muito tempo, as famílias fizeram uso comunal do território. As terras pertencentes ao grupo apresentam formas consensuais, que tomam por base os laços de parentesco e vizinhança, assentados em redes de solidariedade (ALMEIDA, [1996]).

A ausência de políticas públicas municipais e estaduais voltadas para atender as necessidades reais das famílias quilombolas do Curiaú respeitando o universo do qual estas fazem parte, vem contribuindo para o enfrentamento entre a cultura tradicional e vetores da

modernidade que tem implicado em danos para o meio ambiente e para a perda de autonomia do grupo expondo-as à vulnerabilidade socioeconômica.

A partir da superação dos desafios aqui expostos, será possível a geração de conhecimentos locais e regionais que visem a modificação e/ou elaboração de novas práticas de investigação e intervenção que seja no campo da economia e da ecologia de uso interdisciplinar como, por exemplo, nas lutas do movimento de justiça ambiental⁶⁵. Pois, o estudo aqui proposto poderá fornecer subsídios para a luta de movimentos sociais em prol da diminuição e/ou extinção das desigualdades socioambientais em particular nas comunidades negras rurais do Amapá e da Amazônia.

⁶⁵ O movimento de justiça ambiental constituiu-se nos EUA a partir de uma articulação criativa entre lutas de caráter social, territorial, ambiental e de direitos civis envolvendo principalmente minorias étnicas (ACSERALD, 2004).

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Conflitos ambientais do Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Boll, 2004. p. 07-35.
- ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (eds.). **Sociedades caboclas amazônicas**: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comunal e conflito. In: CASTRO, Edna; HEBÊTE, Jean (orgs.). **Na trilha dos grandes projetos**: modernização e conflito na Amazônia. Belém: Cadernos NAEA, n. 10, 1989. p. 163-196.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. **Quilombos**: sematologia face as novas identidades. Flexal Terra de Preto Quilombo reconhecido como reserva extrativista, Projeto Vida de Negro. São Luis: SMDDH/CCN-PVN, 1996.
- ARAGÓN, L. E. Até onde vai a Amazônia e qual é a sua população? In: _____. (org.). **Populações da Pan-Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2005. p. 13-23.
- ARGUELLO, O. Estrategias de supervivencia: un concepto en busca de su contenido. **Demografia y Economia**, v. 15, n. 2, p. 190-230, 1981.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. São Paulo: UNESP; Rio de Janeiro: Contraponto, 1996 [c1994]
- ASCHER, W. Communitities and sustainable forestry. In: _____. **Community and sustainable forestry in developing countries**. San Francisco: CS Press, 1995.
- BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Compêndios das Eras da Província do Pará**. Belém: UFPA, 1969.
- BARBANTI JR., Olimpio. Conflitos socioambientais: teorias e práticas. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPPAS, Idaiatuba, SP, 2001. **Anais...** ANPASS, 2001. Disponível em: www.anppas.org.br/enconto-anual/encontro/gt/dimensões-socio-politica. Acesso em: 24 jul. 2007. p. 1-20.
- BASTOS, C. M. C. B. **Conflitos ambientais urbanos em áreas de ressaca**: um estudo da comunidade negra da Lagoa dos Índios em Macapá (AP). 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2006.
- BALLÉ, W. Indigenous transformation of amazonian forests. **L' Homme**, n. 33, 1993. Não paginado.
- BANERJEE, S. B. Quem sustenta o desenvolvimento de quem? O desenvolvimento sustentável e a reinvenção da natureza. In: FERNANDES, M.; GUERRA, L. (orgs.) **Contra discurso do desenvolvimento sustentável**. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2003. p. 77-128

BENATTI, José Heder. **Posse agroecológica & manejo florestal**. 3 ed. Curitiba: Juruá, 2006.

BENTES-GAMA, M. de M.; SCOLFORO, J. R. S.; GAMA, J. R. V.; OLIVEIRA, A. D. Estrutura e valoração de uma floresta de várzea alta na Amazônia. **Cerne**, Lavras, v. 8, n. 1, p. 88-102, 2002.

BONNIE, J. et al. **Alla del mercado o de la comunidad?** Perspectivas críticas de la investigación sobre la Propiedad coletiva. El cuidado de los bienes comunes. Gobiernos y manejo de los bosques en la Amazonia. Org. Richar Chase Smith y Danny Pinedo – Lima, IEP; Instituto del Bien comn, 2002- (Estudios de la sociedad rural).

BRASIL, Marília C. **Marajó: Em busca da sobrevivência**. 1993. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1993.

CANO, Ricardo Scoles. **Comunidade Negra do Itacoã: território, biodiversidad y organización sócia, pilares para el etnodesarrollol**. NAEA/UFPA. 2005.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence. **Faces do Trópico Úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: CEJUP; NAEA/UFPA, 1997. p. 221-242

CAMARGOS, R. Nascimento da APA Sul-RMBH: o poder da polêmica. In: ACSERALD, Henri (org.) **Conflitos ambientais do Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Boll, 2004. p. 131-146

CAVALLINI, M. M. **Agricultura tradicional, composição paisagística e conservação de biodiversidade na região sul mineira: subsídios ao desenvolvimento rural sustentável**. 2002. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais) - Universidade Federal de São Carlos, 2002.

CRUZ NETO, Otavio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social**. Teoria, método e criatividade. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p. 51-66.

DESCOLA, P. El mundo de la selva. In: **La selva culta: simbolismo y praxis en la ecología de los Achuar**. Quito: Abya-Yala, 1988.

_____. **La antropología y la cuestion de la naturaleza**. Repensando la naturaleza: encuentros y desencuentros disciplinarios en torno a lo ambiental. Colombia: Universidad Nacional de Colombia; Instituto Amazónico de Investigaciones; Instituto Colombiano de Antropología e História; Colciencias, 2002.

_____. Ecologia e cosmologia. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence. **Faces do Trópico Úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: Cėjup; NAEA/UFPA, 1997. p. 243-261

DIEGUES, A. C. S. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: MOREIRA, André de Castro Cotti (org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB, 2001. v. 1, p. 97-124

DIEGUES, A. C. **Etnoconservação da natureza**: enfoques alternativos. etnoconservação – novos rumos para conservação da natureza. São Paulo: Núcleo de Apoio á Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras. Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade de São Paulo, 2000.

DOUROJEANNI, Marc, J. Antigos e novos efeitos do desenvolvimento no mesmo espaço geosocial amazônico: mundialização e afirmação local, a síntese perseguida. In: CONFERENCIA INTERNACIONAL AMAZÔNIA 21. UMA AGENDA PARA UM MUNDO SUSTENTÁVEL, 1. Brasília, 1997. **Anais...** Brasília: UNAMAZ; Secretaria de Coordenação da Amazônia; DMF Congressos, 1998.

DUCKE, A.; BLACK, G. A. **Notas sobre a fitogeografia da Amazônia Brasileira**. Belém: Instituto Agrônomo do Norte, 1954. 62 p. (Boletim Técnico, 29)

FACUNDES, F. da S; GIBSON, M. V. **Recursos naturais e diagnóstico ambiental da APA do Rio Curiaú**. Macapá: Curso de Geografia, Universidade Federal do Amapá, 2000.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Forests and poverty reduction**. Disponível em: <www.fao.org/forestry/site/livelihoods/en/> Acesso em: 23 out. 2007.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. Tradução Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.

GODELIER, Maurice. **Teoria Marxista de las sociedades precapitalistas**. 2. ed. Barcelona: LAIA, 1975.

_____. **Antropologia y economia**. Barcelona: Anagrama, 1998.

GUIMARÃES, Roberto, P. Um conceito novo de desenvolvimento para o século novo: raízes ecológicas, econômicas e ecumênicas e seu húmus ético. In: CONFERENCIA INTERNACIONAL AMAZÔNIA 21: UMA AGENDA PARA UM MUNDO SUSTENTÁVEL, 1. 1997: Brasília **Anais...** Brasília: UNAMAZ; Secretaria de Coordenação da Amazônia; DMF Congressos, 1998.

HARDIN, Garret. **La tragedia de los bienes comunes**. El cuidado de los bienes comunes: gobierno y manejo de los lagos y bosques en la Amazonía/ Richard Chase Smith y Danny Pinedo – Lima, IEP, Instituto del Bien Común, 2002. (Estudio de la Sociedad Rural, 21).

HARRIS, Mark. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (eds.). **Sociedades caboclas amazônicas**: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006. p. 81-108

HAUWERMEIREN, S. V. **Manual de Economia Ecológica**. Programa de Economia Ecológica. Santiago: Instituto de Ecologia Política, 1998.

IEPA. **Macrodiagnóstico do estado do Amapá**: primeira aproximação do ZEE. Macapá, 2002, 140 p.

_____. **Zoneamento Ecológico Econômico da área sul do estado do Amapá.** Atlas. Macapá, 2000.

LANNA, M. Nota sobre Marcel Mauss e o ensaio sobre a dádiva. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 14, p.173-194, jun. 2000.

LEFF, Enrique. La ecología política en América Latina: un campo en construcción. In: ALIMONDA, Héctor (comp.). **Los tormentos de la material:** aportes para una ecología política latinoamericana. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 21-39

LEVI-STRAUSS, C. A ciência do concreto. In: _____. **O pensamento selvagem.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

LITTLE, Paul. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 85-103, jan.-jun. 2006.

_____. **Políticas ambientais no Brasil:** análises, instrumentos e experiências. São Paulo; Brasília: IIEB, 2003.

_____. Environments and environmentalisms in antropological reserch: facing a new millennium. **Annual Review of Antropology**, v. 28, p. 253-284, 1999.

_____: Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURZSTYN, Marcel (Org.). **A difícil sustentabilidade:** política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 107-122

LIMA, R. R.; TOURINHO, M. M. **Várzeas da Amazônia brasileira:** principais características e possibilidades agropecuárias. Belém: FCAP, 1994. 20 p.

MADEIRA, V. G. **Abordagem etnobotânica de plantas alimentícias utilizadas pela comunidade quilombola de Curiaú de Dentro, Macapá-AP, Brasil.** Macapá: Universidade Federal do Amapá. Pró-Reitoria de Graduação. Coordenação de Ciências Biológicas; 2005.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Itancoã no Baixo Acará –** As terras dos descendentes além da Casa Grande. Belém: NAEA/UFPA, 1999.

_____. Agricultura no delta do rio Amazonas: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial In: MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo (org.). **A escrita da história paraense.** Belém: NAEA/UFPA, 1998a. p. 53-91

_____. **Experiência social de grupos negros no Pará -** No caminho das pedras de Abacatal. Belém: NAEA/UFPA.1998b.

_____. **Nascidos no Curiaú.** Belém: NAEA/UFPA, 1997.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; CASTRO, Edna. **Negros do Trombetas guardiões de matas e rios.** Belém: CEJUP,1993.

MARINHO, J. A. M. **Dinâmica das relações socioeconômicas e ecológicas no extrativismo do açaí:** o caso do Médio Rio Pracuúba, São Sebastião da Boa Vista, Marajó (PA). 2005.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

MARTINEZ ALIER, J. **El ecologismo de los pobres**: conflictos ambientales y lenguajes de valoración. Icaria. Antrazyt. FLACSO. Barcelona, 2004.

_____. **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. Tradução de Armando de Melo Lisboa. Blumenau: Editora da FURB, 1998.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia com uma introdução a obra de Marcel Mauss, de Claude Levi-Strauss**. Tradução de Lamberto Puccinelli. São Paulo: EPU, 1974.

MEHTA, L. et al. Explorando conocimientos sobre instituciones e encertitubre: Nuevas direcciones en el ameno de recursos naturales. In: CHASE SMITH, Richar; PINEDO, Danny (orgs.). **El cuidado de los bienes comunes**. Gobiernos y manejo de los bosques en la Amazonia. Lima: IEP; Instituto del Bien comn, 2002- (Estudios de la sociedad rural). p 100-154

MEYERS, N. The world's forests and their ecosystem services. In: DAILY, G. C. **Nature's services**: societal dependence on natural ecosystems. Washington D. C.: Island Press, 1997.

MORAES, José Maria da Silva. **Adoção de inovações, relações de trabalho e cultura da unidade de produção camponesa** – o caso do Curiaú no Amapá. 1991. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola Superior de Agricultura de Lavras, 1991.

MORÁN, Emilio F. **A ecologia humana das populações da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1990.

OLIVEIRA R. C. de. O trabalho do antropólogo. Olhar, ouvir e escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1992.

PEREZ, M. L. La gestion colectiva de los recursos forestales. Trabajo presentado al: Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinaria de la UNAM, Marzo de 1999. **Revista Mexicana de Comercio Exterior**, dez. 1999. Disponível em: www.iis.unam.mx/areas/agrarios/merino.html Acesso em: 25 ago. 2007.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Tradução de Fanny Wrobel. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PRITCHARD, E. E. Evans. **Os nuer**. Uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. São Paulo: Perspectiva, 1976.

QUEIROZ, J. A. L. **Fitossociologia e distribuição diamétrica em floresta de várzea do estuário do rio Amazonas no estado do Amapá**. 2004. 101f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Agrárias, Curitiba, 2004.

QUEIROZ, J. A. L. de; MOCHIUTTI, S. Efeito do manejo de açazais sobre a diversidade de espécies florestais no Estuário Amazônico. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DA IUFRO, Belém, 2000, **Resumos...** Belém, 2000. p. 135.

RAMIREZ, M. C. La selva: una gran planta medicinal. In: PAVAN, C.(Org.) **Uma estratégia latino-americana para a Amazônia**. São Paulo: UNESP, 2001. v. 1. p. 257-265

SABOURIN, E. Organização dos agricultores e produção de valores humanos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 12., 2005. **Anais...** Belo Horizonte: SBS, 2005. 20 p.

SACHS, Ignacy. Rumo a ecossocioeconomia: In: VIEIRA, Paulo Freire (org.). **Teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2007. p. 315-348.

SHANLEY, Patrícia; MEDINA, Gabriel. **Frutíferas e plantas úteis na Amazônia**. Belém: CIFOR; IMAZON, 2005.

SILVA, R. B. L. **A etnobotânica de plantas medicinais da comunidade quilombola de Curiaú, Macapá- AP, Brasil**. 2002. 170 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, Belém, 2002.

SILVA, Sebastião, M. **Curiaú: a resistência de um povo**. Macapá: Secretaria do Estado de Meio Ambiente, 2004.

_____. **Curiaú: sua vida, sua história**. Macapá: FUNDECAP, 2000. 34 p.

SMITH, C. R.; PINEDO, D. **Los bienes comunes y su gestión comunitaria**. Conceptos y practicas. El cuidado de los bienes comunes. Gobiernos y manejo de los bosques en la Amazonia. Lima: IEP; Instituto del Bien Común, 2002. (Estudios de la Sociedad Rural, 21).

STIPANOVICH, A. **Etude des plantes médicinales utilisées à Curiaú de Dentro, APA du Rio Curiaú, Amapá, Brésil**. 2001. 76f. (Trabalho de Conclusão de Curso) - IEPA/SETEC/GEA, Macapá, 2001.

SUDAM. **Atlas climatológico da Amazônia brasileira**. Belém, 1984. 125p.

TORRADO, S. Sobre los conceptos de “estrategias familiares de vida” y “proceso de reproducción de la fuerza de trabajo”: notas teórico-metodológicas. **Demografía y Economía**, México, v. 15, n. 2, p. 204-233, 1981.

TRINDADE, J. B. **“No tempo das águas cheias”**: memória e historia dos negros do Curiaú-AP. 1999. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

YIN, R. K. **Case study research**. Thousands Oaks: SAGE, 1994.

APÊNDICE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO
QUILOMBO DO CURIAÚ E ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO RIO CURIAÚ: NA
INTERPRETAÇÃO DA ECONOMIA ECOLÓGICA
CURIAÚ – MACAPÁ – AMAPÁ
AGOSTO-2006

<p>01 DADOS DEMOGRÁFICOS</p> <p>01) Sexo: () M () F 02) Idade (em anos completos) _____ 03) Estado Civil _____ 04) Numero de filhos ou dependentes e se estão na escola _____</p> <p>05) Recebem algum tipo de auxilio financeiro do governo? () Sim. Qual? _____ () Não () NS/NR</p> <p>06) Quantos anos na escola você completou (anos com aprovação)? -- Anos. () NS/NR</p> <p>07) Fez algum curso em nível de 2º ou 3º grau? () Não () Sim, curso técnico, nível 2º grau. Qual _____ () Sim, 3º grau. Qual? _____</p> <p>08) Em que local você estudou? () Curiaú () Macapá () Outros _____ () NS/NR</p> <p>09) Qual local do seu nascimento? Quanto tempo você vive no Curiaú _____</p> <p>10) Você faz parte de alguma associação ou entidade ligada a comunidade? () Sim. Qual _____ () Não. Por quê _____ () NS/NR</p> <p>02 DADOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E ECOLÓGICOS DO QUILOMBO DO CURIAÚ</p> <p>11) Qual a sua principal ocupação e há quanto tempo? () Agricultor (a) () Vigilante () Funcionário (a) publico (a). Que função? _____ () Outros _____ () NS/NR</p> <p>12) Você possui algum tipo de roça ou plantação? () Sim () Não. Por quê? _____ () NS/NR</p> <p>13) Que tipo de produtos são plantados na sua roça? () Mandioca () Leguminosas. Quais? _____ () Frutíferas. Quais? _____ () Outros _____ () NS/NR</p> <p>14) Você produz farinha de mandioca? () Sim () Não. Por quê? _____ () NS/NR</p> <p>15) Se sim. Você possui casa de farinha? () Sim () Não. Por quê? _____ () NS/NR</p> <p>16) Onde está localizada a casa de farinha? () No quintal de casa () Próximo área de roça () Outros _____ () NS/NR</p>	<p>17) Que distancia aproximadamente há entre a área de roça e a casa de farinha? R= _____ () NS/NR</p> <p>18) Quanto desse produto é destinado para o consumo familiar? () Total () Parcial () Outros _____ () NS/NR</p> <p>19) Além da farinha que outros produtos derivados da mandioca você produz? R= _____</p> <p>20) Quanto desse produto é destinado para o consumo familiar? () Total () Parcial () Outros _____ () NS/NR</p> <p>21) Quando a produção é comercializada em que local ocorre a comercialização? () Feira do produtor de Macapá () Próprio local () Outros _____ () NS/NR</p> <p>22) Como é preparada a área de roça para a plantação? R= _____</p> <p>23) Qual o tamanho da área preparada para a plantação? R= _____</p> <p>24) Em que área você possui roça? () Terra firme () Várzea () Outros _____ () NS/NR</p> <p>25) Que distância aproximadamente há entre a área de roça e a sua casa? R= _____</p> <p>26) Qual o principal meio de utilizado para transportar a produção da área de roça até a sua casa? () Canoa () Bicicleta () Outros _____ () NS/NR</p> <p>27) Você recebe visita de técnicos especializados em agricultura? () Sim. Com que frequência? _____ () Não () NS/NR</p> <p>28) Que tipo de mão de obra você utiliza na produção? () Familiar () Empregados () Outros _____ () NS/NR</p> <p>29) Se sim. Com que frequência? () Temporariamente () Mensalmente () Outros _____ () NS/NR</p>
---	--

30) Você recebe ou recebeu algum tipo de financiamento voltado para a agricultura?

- Sim. Qual e em que ano? _____
 Não () NS/NR

31) Que árvores frutíferas você possui no seu quintal?

- Laranjeiras
 Cajueiros
 Mangueiras
 Outros _____ () NS/NR

32) Quanto dessa produção é destinado para o consumo familiar?

- Total
 Parcial
 Outros _____ () NS/NR

33) Você já teve alguma de suas áreas de roça ou quintal destruídos por animais bovinos ou bufalinos?

- Sim. Quantas vezes? _____
 Não () NS/NR

34) Você possui algum tipo de criação animal?

- Sim. Que tipo? _____
 Não. Por quê? _____ () NS/NR

35) Se sim. Você recebe visita técnica voltada para produção de animais?

- Sim
 Não
 NS/NR

36) Como os animais são criados?

- Soltos
 Presos
 Outros _____ () NS/NR

37) Qual a quantidade de animais que você possui?

R= _____ () NS/NR

38) Quanto dessa produção é destinado para o consumo familiar?

- Total
 Parcial
 Outros _____ () NS/NR

39) Você utiliza o lago do Curiaú para pescar?

- Sim
 Não. Por quê? _____
 Outros _____ () NS/NR

40) Que espécies de peixes você encontra com maior frequência no lago do Curiaú (enumerar em ordem decrescente)?

- Jijú
 Pirapitinga
 Pratiquerira
 Outros _____ () NS/NR

41) Com que frequência você utiliza o lago do Curiaú para pescar?

- 01 a 02 vezes por semana
 01 a 02 vezes por mês
 01 a 02 vezes no ano
 Outros _____ () NS/NR

42) Quanto do que você pesca é destinada para o consumo familiar?

- Total
 Parcial
 Outros _____ () NS/NR

43) Você costuma caçar animais?

- Sim
 Não. Por quê? _____ () NS/NR

44) Que tipo de animais de caça são encontrados no quilombo do Curiaú com maior frequência (enumerar em ordem decrescente)?

- Paca
 Guariba
 Cutia
 Outros _____ () NS/NR

45) Você extrai madeira das áreas de floresta?

- Sim. Para que fim? _____
 Não () NS/NR

46) Você utiliza alguma árvore para fins medicinais?

- Sim. Qual _____
 Não () NS/NR

47) Você extrai fruto de alguma árvore da floresta?

- Sim. Qual _____
 Não () NS/NR

48) Quanto desse produto é destinado para o consumo familiar?

- Total
 Parcial
 Outros _____ () NS/NR

03 DADOS TERRITORIAIS E DA CRIAÇÃO DA APA DO RIO CURIAÚ

49) Você sabe o que é uma Área de Proteção Ambiental (APA)?

- Sim
 Não () NS/NR

50) Você acompanhou o processo de criação da APA do Rio Curiaú?

- Sim
 Não. Porque? _____ () NS/NR

51) Você tem conhecimento do tamanho da área destinada ao uso e ocupação das terras pela comunidade após a criação da APA?

- Sim. Qual? _____
 Não () NS/NR

52) A criação da APA do Rio Curiaú mudou a localização da sua roça?

- Sim. Por quê? _____
 Não () NS/NR

53) Na sua opinião que mudanças ocorrerão no quilombo do Curiaú quanto ao uso dos recursos da natureza após a criação da APA?

R= _____

54) Você acompanhou o processo de titulação das terras do quilombo do Curiaú?

- Sim
 Não. Por quê? _____ () NS/NR

55) Na sua opinião que tipo de ameaças sofre as terras do quilombo do Curiaú hoje?

R= _____

56) O que representa para você o título de uso coletivo da terra do Quilombo do Curiaú?

R= _____